



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA – UFPB

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS,
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR MPPGAV

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e os
indicadores de avaliação referente à biblioteca universitária: construindo
um modelo de avaliação para o SISTEMOTECA da UFPB

VICENTE PAULO RAMALHO

João Pessoa

2017



VICENTE PAULO RAMALHO

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e os indicadores de avaliação referente à biblioteca universitária: construindo um modelo de avaliação para o SISTEMOTECA da UFPB

Relatório técnico apresentado ao mestrado profissional em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior – MPPGAV, linha de pesquisa gestão, avaliação e financiamento do ensino superior, em cumprimento aos requisitos para conclusão do curso de mestrado.

ORIENTADOR: Prof. Dr. – Swamy de Paula Lima Soares

JOÃO PESSOA

Fevereiro/2017

R331s Ramalho, Vicente Paulo

Sistema nacional de avaliação da educação superior e os indicadores de avaliação da biblioteca universitária: construindo um modelo de avaliação para o Sistemoteca da UFPB. / Vicente Paulo Ramalho. - João Pessoa, 2017.
139f.;il.

Orientador: Prof. Swamy de Paula Lima Soares

Relatório técnico (Mestrado MPPGAV)
– Universidade Federal da Paraíba.

1. SINAES. 2. Avaliação de biblioteca.
3. Biblioteca universitária. I. Título.

CDU: 371 (043.2)



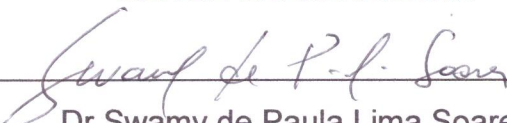
VICENTE PAULO RAMALHO

Relatório técnico apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa Gestão, avaliação e Financiamento da Educação Superior, como requisito a conclusão do curso de mestrado.

Aprovado

Em 23 /Fevereiro /2017

BANCA EXAMINADORA

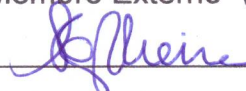

Dr Swamy de Paula Lima Soares

Orientador (MPPGAV)



Dr. Alexandre Viana Araújo

Membro Externo -(UFPE)



Dr.ª. Maria das Graças Vieira Guerra

Membro Interno -(MPPGAV)

À Deus, fonte de força e poder, por todas as realizações e por mais esta conquista; e aos meus pais Manoel e Maria(*in* memorian), por tudo que foram e que são para mim, em especial por terem sido os grandes responsáveis pela minha índole. A vocês papai e mamãe que sempre estarão eternizados em meu coração.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Deus, o *Alfa* e *Omega*, que foi e sempre será a minha força, pelas horas de consolo diante das inconstâncias da vida, por ter me proporcionado a realização desse grande objetivo.

Sou eterno grato aos meus pais, a minha mãe *Maria Rodrigues Ramalho* (in memorian), que me educou e amou para sempre e em especial ao meu pai *Manoel Ramalho de Souza* (in memorian) que soube me mostrar a importância da perseverança diante dos obstáculos e servi-la aos necessitados.

Aos meus irmãos *Antônio*, *Ayla* e *Cida* que muitas vezes sem entender e conhecer meus verdadeiros objetivos me apoiaram sempre nas dificuldades.

Aos meus avós *Jó Ramalho*, *Maria Rodrigues Ramalho*, *Vó Neuza* e *Satro Ramalho* (in memorian) que foram exemplo de vida para gerações posteriores.

Aos meus tios *Manoel*, *João*, *Aglae*, *Aldenora*, *Dedé*, *Orleide*, *Deta Valdete* pelo amor e respeito.

Aos meus sobrinhos *Angélica*, *Joalyson*, *Sergianny* e *Wallyson*.

A Residência Universitária (RUFM II) e Secundarista (CEFA), meu eterno agradecimento.

Em especial a minha esposa, *Hellys Patrícia*, que é exemplo de amizade, compreensão e companheirismo, pelo carinho dedicado e incentivo, por sempre me estender a mão nas horas difíceis.

Ao professor e orientador *Swamy de Paula Lima soares*, pela paciência, competência e assistência, por ter me orientado a ter conquistado esse sonho, meu muito obrigado.

Aos professores e funcionários do programa MPPGAV, que me incentivaram e colaboraram com meu aprendizado. Em especial aos membros da banca da qualificação, Professores Rodrigo Freire e Maria das Graças Vieira, pela compreensão e sugestões representava a pesquisa em andamento.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por ter me proporcionado mais esse sonho.

Aos colegas e amigos da primeira turma do programa-MPPGAV, pois a UFPB precisa de mais servidores qualificados e comprometidos.

Aos participantes da pesquisa que contribuíram para melhoria do SISTEMOTECA.

São as universidades [e suas bibliotecas] as principais instituições com funções e dinâmicas marcadamente sociais que mais radicalmente cumprem a responsabilidade pela produção e pelo aprofundamento de uma consciência nacional, pelo sentimento de cidadania e pela constituição de uma sociedade científica fundada sobre o valor público. (DIAS SOBRINHO, 2011, p.155)

RESUMO

O cenário atual do ensino superior no Brasil é caracterizado pela globalização e dinamismo decorrente do neoliberalismo, que implicou em fortes mudanças nas perspectivas do ensino, permitindo o desenvolvimento de políticas educacionais e na potencialização de políticas de avaliação. Para tanto, a abordagem trata-se de um relatório técnico com a temática: O sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES) e os indicadores de avaliação referente à biblioteca universitária: construindo um modelo de avaliação para o SISTEMOTECA da UFPB. A pesquisa tem interesse de contribuir com o sistema de bibliotecas universitárias e com o fortalecimento da gestão pública e da educação superior. Para tanto, tem como objetivo principal arquitetar um modelo de avaliação para as bibliotecas universitárias da UFPB sobre várias perspectivas: a documentação do SINAES adotado pelo MEC para avaliações periódicas dos cursos de graduações e da Instituição; modelo de avaliação de biblioteca universitária adaptado a nossa instituição e a sinergia da comunidade acadêmica representada pelos profissionais da própria instituição na elaboração do modelo de avaliação. A fundamentação do relatório resgatou o processo de globalização e a ideologia neoliberal que refletiu nos estados nacionais com a perspectiva do Estado avaliador no Brasil na década de 1990. Concomitantemente, com o PAIUB e as políticas públicas educacionais nos governos FHC e Luiz Inácio Lula da Silva. O procedimento metodológico caracteriza a pesquisa como exploratória e como campo o sistema de biblioteca da UFPB. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o formulário e o questionário aberto de abordagem predominantemente qualitativa. A pesquisa realizada, a partir do levantamento bibliográfico, documental e de campo, apresenta a seguinte conclusão: O Relatório técnico representado sobre três prismas de avaliações: apresenta-se o modelo do processo avaliatório conduzido pelo MEC/INEP sobre duas vertentes: as avaliações institucionais e a avaliação dos cursos de graduação; contextualiza-se o sistema de biblioteca da UFPB e os serviços disponíveis, e por fim o modelo embrionário de avaliação de biblioteca universitária da instituição. Assim, é que a investigação permita a direção a um processo avaliativo capaz de gerar mudanças significativas na dinâmica, qualificando ou aprimorando o que foi constatado passível de alterações necessárias, mas que apresentem resultados relevantes para o sistema de biblioteca.

Palavras-Chave: Biblioteca universitária, Modelo de avaliação, Educação superior.

ABSTRACT

The current scenario of higher education in Brazil is characterized by globalization and dynamism due to neoliberalism, which implied in strong changes in the education perspective, enabling the development of educational policies and in potentiation of evaluation policies. For this purpose, the approach is a technical report with the thematic: The national system of evaluation of the higher education (SINAES) and the evaluation indicators referring the university library: building a pattern of evaluation for the SISTEMOTECA of UFPB. This research aims to contribute with the universities libraries system and the strengthening of public management and higher education. Therefore, the main objective is to engineer a pattern of evaluation to the universities libraries of UFPB under several perspectives: the SINAES documentation embraced by MEC for periodic evaluations of undergraduate courses and the institution; evaluation pattern of universities libraries adapted to our institution and the synergy of the academic community represented by the institution owns professional in the elaboration of the evaluation pattern. The report grounds rescued the process of globalization and the neoliberal ideology that reflected into the national states with the perspective of the State appraiser in Brazil of the 90 decade. Concomitant, with the PAIUB and the public educational policies in the governments of FHC and Luiz Inácio Lula da Silva. The methodological procedure characterizes the research as explanatory, having the UFPB libraries system as field. The tools for collecting data were the forms and the open questionnaire of prevailing quality approach. The research performed from both bibliographical and documental survey and field presents the following conclusion: the technical report represented under three evaluation perspectives; the pattern for the evaluator process conducted by MEC/INEP about two aspects: institutional evaluation and undergraduate courses evaluations. Also, contextualises the library system of UFPB e the available services and at last the embryonic pattern of evaluation of university library of the institution. Thus, the investigation allows a direction towards an evaluative process capable to generate meaningful changes in the dynamics, qualifying or enhancing what has been stated liable of necessary alterations, that presents relevant results for the library system.

Keywords: University Library. Evaluation Pattern. Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ABRUEM - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

ANUP - Associação Nacional das Universidades Particulares

ABESC - Associação Brasileira das Escolas Católicas

BASIS - Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes

BM - Banco Mundial

CAVN - Colégio Agrícola Vital de Negreiros

CAVG - Comissão de Avaliação da Graduação

CCEN - Centros de Ciências Exatas e da Natureza

CCHLA - Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas

CCS - Centro de Ciências da Saúde

CCM - Centro de Ciências Médicas

CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas

CE - Centro de Educação

CT - Centro de Tecnologia

CTDR - Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

CCA - Centro de Ciências Agrárias

CCHSA - Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias

CCAE - Centro de Ciências Aplicadas e Educação

CONSUNI- Conselho Superior

CONSEPE - Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão

CPC - Conceito Preliminar de Curso

CONEP - Conselho Nacional de Ética da Instituição em Pesquisa

CBBU - Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitária

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

CPA - Comissão Própria de Avaliação

CGACGIES - Coordenação-Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de ensino Superior

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CEUA - –Comitê de Ética na Utilização de Animais

DAES - Diretoria de Avaliação da Educação Superior

DDC - Divisão de Desenvolvimento das Coleções

DPT - Divisão de Processos Técnico

DSU - Divisão de Serviços ao usuário

ENC - Exame Nacional de Curso

ENADE- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FMI - Fundo Monetário Internacional

FAPESB - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

GED - Gratificação Estimulo Docência

HU - Hospital Universitário

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions

IGC - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição

IFPE - Instituto Federal de Pernambuco

IFPE -SERTÃO - Instituto Federal do Sertão Pernambucano

IFET - Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

LDB-Lei de Diretrizes de Base da Educação

MARE- Ministério da Administração e Reforma do Estado

MPPGAV - Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior

NDHIR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NCDH - Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

OMC - Organização Mundial do Comércio

PROUni - Programa Universidade para Todos -

PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNBU - Programa Nacional de Biblioteca Universitária

PROBIB - Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior

PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

RAD - Relatórios de Atividade Docente

REUNI - Programa de apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo

SIGAA – Sistema de Gestão integrada de atividades acadêmicas

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISTEMOTECA - Sistema de Biblioteca Universitária

SESU - Secretária da Educação Superior

SERES - Secretaria de Regulação do Ensino Superior

SNBU - Seminário Nacional de Biblioteca Universitária

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01- A expansão da educação superior no Brasil de 1995 à 2002.....	24
Quadro 02- Números de instituições e de matrículas de 2006 à 2013.....	28
Quadro 03- Relações entre IES e matrículas na graduação.....	29
Quadro 04- Panorama dos aspectos tradicionais de biblioteca.....	48
Quadro 05- Apresentação do grupo de indicadores e indicadores do modelo de avaliação.....	49
Quadro 06- Modelo de avaliação de biblioteca universitária: sugestões e justificativas.....	51
Quadro07- Conceitos e descrição segundo o MEC/INEP.....	66
Quadro 08- Indicadores, Notas e conceitos.....	66
Quadro 09- a nota técnica 023/2015 referente à Bibliografia básica.....	71
Quadro 10- Manual do MEC/INEP referente à bibliografia complementar e periódico especializado respectivamente.....	72

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - DO SISTEMOTECA: SERVIÇOS OFERTADOS.....	77
TABELA 2 – MODELO DE AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFPB.....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1- Objetivo Geral.....	17
1.1.1- Objetivos Específicos.....	17
 2. ESTADO E AVALIAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	19
 2.1 O ESTADO BRASILEIRO E O SEU DESENVOLVIMENTO: o Estado avaliador.....	19
2.2 O ESTADO AVALIADOR: do Governo Fernando Henrique Cardoso ao Governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	21
2.3 O Estado Avaliador e o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).....	30
 3. UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E O SISTEMA DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA.....	34
3.1 Modelos e Diretrizes de Avaliação de Bibliotecas Universitária.....	44
 4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	53
4.1 Caracterizações da pesquisa.....	53
4.2 Delimitação do campo de pesquisa.....	55
4.3. Sujeitos da pesquisa.....	56
4.4 Instrumentos e procedimentos de coletas de dados.....	57
4.4.1 Instrumento de coleta de dados - o formulário.....	57
4.4.2 Instrumento de coleta de dados - o questionário aberto.....	58
 5. APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO RELATÓRIO	64
5.1 Avaliação institucionais: segundo o MEC.....	64
5.1.1 Avaliação dos cursos de graduação segundo o MEC.....	71
5.2 Avaliação diagnóstica do SISTEMOTECA.....	76
5.3 Avaliação formativa.....	82

5.3.1 EDIFICANDO O MODELO EMBRIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFPB: com os colaboradores partícipes da pesquisa.....	94
6. CONSIDERAÇÕES.....	101
7. REFERENCIAS.....	105
APÊNDICE.....	111
ANEXO.....	122

1 INTRODUÇÃO

O cenário atual do ensino superior no Brasil é caracterizado pelo dinamismo decorrente da ideologia neoliberalista marcada pela globalização dos mercados e a forte troca de conhecimentos entre os países, desde o final do século XX. Nesse sentido, pode-se dizer que o movimento da globalização estabeleceu uma maior integração entre os países e entre as pessoas como também implicou em fortes mudanças nas perspectivas do ensino como um todo.

O movimento da globalização permitiu o desenvolvimento de políticas educacionais além das fronteiras nacionais dos países, o que resultou, no caso brasileiro, em uma acentuação da reformulação do aparelho do Estado na década de 1990, culminando na redução de obrigações estatais, na criação de serviços não essenciais e na potencialização de políticas de avaliação.

Partindo deste pressuposto, uma análise crítica sobre a educação superior, no contexto brasileiro, pode exigir uma investigação detalhada da realidade do ensino e a aplicabilidade das políticas públicas educacionais. Em um primeiro momento, é válido destacar que no caso das Instituições de Ensino Superiores (IES) brasileiras, além das mudanças advindas com o processo de globalização, há aspectos específicos do contexto brasileiro, a exemplo da necessidade de harmonização entre a projeção e as reais necessidades que apontam as políticas públicas educacionais projetadas.

No mesmo período da reforma do Estado, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), em 1996, representando um novo marco na educação brasileira e com uma redação que preconizava um processo nacional de avaliação com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. Cabe salientar que, nesse mesmo momento histórico, as Universidades Federais estavam fragilizadas, principalmente em razão da falta de recursos necessários à manutenção.

Uma década após a promulgação da LDB e a reforma do Estado, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com o objetivo de disciplinar a avaliação periódica interna e externa dos cursos de graduação, das instituições de ensino superior e do desempenho dos estudantes. O sistema, além disso, ressalta a importância da responsabilidade social das instituições, bem como o papel da biblioteca universitária.

Em um sentido mais restrito, pensando na função e na importância da biblioteca universitária, observamos que este espaço passa a ser visualizado como um elemento fundamental para a boa formação. No que tange à infraestrutura e organização pedagógica, o papel da biblioteca se concentra em torno da sua função subsidiária à comunidade acadêmica e, de maneira geral, a importância que ela tem para a consecução da missão da instituição mantenedora.

Com a ampliação da política de educação superior, em 2007, caracterizada no setor público pelo Programa de apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), as bibliotecas foram inseridas em um processo de expansão, tendo em vista que, dentre as atribuições e ações do REUNI, estava o aumento do número de estudantes e cursos de graduação.

Nesta pesquisa, pensamos especificamente no caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), SISTEMOTECA. Na UFPB, nesse período, foram ampliados o acervo e os recursos humanos, além da reforma e construção de novas bibliotecas nos campus do interior e na sede.

Assim, o estudo realizado parte da seguinte questão: por que criar um modelo de avaliação para o sistemoteca da UFPB?

Um primeiro argumento é baseado no pioneirismo da investigação, de uma análise sobre as bibliotecas da UFPB, o que pode inclusive permitir a identificação de potencialidades e fragilidades do sistemoteca da UFPB. Um segundo argumento reside, por sua vez, na importância dos resultados que podem ser gerados, para a atualização das bibliotecas em relação às demandas evidenciadas em portarias e notas técnicas do Ministério da Educação (MEC), que por sua vez regulamentam dimensões e aspectos das bibliotecas universitárias. Por fim, um terceiro argumento diz respeito à interação das bibliotecas com a comunidade acadêmica da instituição, cada vez mais heterogênea, e que representa a clientela dos serviços e produtos do Sistema. Essa interação, portanto, pode permitir a coleta e interpretação sistemática de dados e informações relevantes para o modelo de mensuração, evidenciando, assim, uma construção coletiva de políticas internas que podem ajudar a melhorar o sistema de bibliotecas universitárias da UFPB, inclusive, de como esta biblioteca universitária pode desenvolver ações diretamente relacionadas com os objetivos institucionais da universidade.

A expansão do número de vagas e cursos de graduação, advindos com o REUNI e a adesão total da UFPB à Lei de Cotas, as demandas estruturais, inclusive

das bibliotecas, aumentaram de forma proporcional. Dessa forma, fala-se de novas necessidades de melhorias nas bibliotecas universitárias. Um exemplo válido, sobre as mudanças, inclusive de ordem tecnológica, diz respeito à utilização de tecnologias no contexto das bibliotecas, inclusive, com o uso da internet. Esse exemplo, mesmo que breve, pode sugerir uma grande quantidade de deficiências estruturais da instituição como um todo, bem como das bibliotecas e, ainda mais: detectar problemas relacionados à satisfação dos usuários das bibliotecas e problemas relacionados à eficiência dos sistemas de gestão da UFPB e, por fim, gargalos que podem comprometer a própria existência da universidade.

A partir desse contexto, é possível, de forma preliminar, sugerir-se que essas deficiências das bibliotecas setoriais da UFPB podem afetar de maneira negativa a universidade uma vez que não existe instrumento específico de avaliação das bibliotecas universitárias. Pode-se falar ainda de um comprometimento do desempenho da instituição e uma série de problemas que podem continuar a existir e afetar outros aspectos das políticas educacionais inerentes à UFPB.

Diante de tudo que foi dito, é válido justificar um estudo sobre a criação de um instrumento de avaliação do sistema de bibliotecas. No contexto particular, esse estudo tem como foco as bibliotecas da UFPB a partir de vários prismas: primeiro, os indicadores do SINAES, que avaliam os cursos e a instituição e firmam parâmetros para as IES receberem o credenciamento de funcionamento dos cursos de graduação e, concomitantemente, de suas bibliotecas universitárias. O segundo prisma, por sua vez, é baseado no fato de que a biblioteca universitária exige um instrumento que identifique os pontos fortes e fracos do seu próprio sistema, a partir de contribuições (e da participação) da própria comunidade acadêmica que acompanha suas ações e, dessa forma, pode subsidiar o planejamento e a gestão de ações de melhoria para o sistemoteca da UFPB.

A construção de um instrumento de avaliação do desempenho do sistemoteca da UFPB, nesse sentido, pode contemplar preocupações relacionadas a questões de ordem formativa, regulamentária e participativa, que por sua vez influenciam no cumprimento da missão da biblioteca universitária. Esse instrumento, portanto, tem como premissa a avaliação da qualidade dos serviços e dos materiais bem como a avaliação da complexidade e dinâmica da biblioteca universitária.

A relevância da temática em estudo, seguindo o que foi dito anteriormente, se dá pela necessidade de participação, na condição de estudante e profissional da

instituição, no desenvolvimento de ações que possam ajudar as bibliotecas da UFPB a alcançarem a missão e os objetivos delineados pelas políticas educacionais. Essa concepção é coerente com Buarque (1999) que explica que a universidade deve ter tanta qualidade que, por sua vez, deve ser capaz de definir o seu próprio conceito de qualidade e isso deve ser construído de forma coletiva.

Assim, pensamos nos seguintes objetivos a serem contemplados com este trabalho:

1.1 Objetivo Geral:

- ✓ Construir um modelo de avaliação para o sistema de Bibliotecas Universitárias da UFPB.

1.1.1 Objetivos Específicos:

- ✓ Elencar cada indicador referente à biblioteca universitária segundo os extratos, portarias e notas técnicas do MEC/ INEP/SINAES/ SERES e UFPB;
- ✓ Elicitar os serviços ofertados por cada biblioteca da instituição;
- ✓ Identificar e discutir modelos de avaliação já existentes que incluem a biblioteca universitária, considerando a opinião dos participantes da Instituição (profissionais)

Para elaboração do presente trabalho de pesquisa, caracterizado como relatório técnico aplicado, em razão da sua natureza funcional e científica, está organizado sua estrutura da seguinte forma:

No primeiro capítulo fez-se a exposição e discussão do embasamento teórico do relatório, com fontes bibliográficas, tais como artigos e livros, tendo como objetivo identificar contribuições sobre a temática em estudo, bem como contextualizando os aspectos evolutivos do processo de globalização, o desenvolvimento do estado avaliador no Brasil, na década de 1990. Ainda no primeiro capítulo apresentamos aspectos pertinentes sobre o Estado avaliador e o Programa de Avaliação Institucional de Universidades Brasileiras - o PAIUB, as nuances do Estado avaliador nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse capítulo, apresenta-se a Universidade Federal da Paraíba, o sistema de biblioteca da Instituição e, modelos e diretrizes referentes à avaliação de biblioteca universitária pertinente a análise.

No terceiro capítulo é descrito o percurso metodológico, isto é, os caminhos percorridos no âmbito da pesquisa científica, a natureza da pesquisa, o campo da pesquisa e os instrumentos utilizados para o seu desenvolvimento.

No último capítulo é apresentado a estrutura do relatório, composto pelas seguintes partes: I) Identificação da legislação em vigor de acordo com o MEC/INEP, que considera as dimensões de análise, aspectos e critérios exigidos referentes a bibliotecas universitárias; II) apresentação do sistema de biblioteca universitária pertinentes à análise, pautado por exitosa contribuições para o desenvolvimento institucional, e III) exposição, análise e construção de modelos de avaliação para o SISTEMOTECA, de acordo com os participantes da pesquisa na UFPB.

Por fim, será apresentado às conclusões deste relatório e as recomendações para a implementação do modelo proposto, além de possíveis espaços de discussão que surgiram ao longo deste estudo.

2 Estado e avaliação no contexto brasileiro

A fundamentação teórica que embasa esta pesquisa foi organizada neste primeiro capítulo, com o propósito de apresentar os aspectos evolutivos do processo de globalização, bem como as relações do Estado com a ideologia neoliberal, para compreendermos como essa ideologia estimulou o desenvolvimento das políticas de avaliação da educação exercidas pelo Estado no Brasil, na década de 1990.

2.1 O ESTADO BRASILEIRO E O SEU DESENVOLVIMENTO: o estado avaliador

A trajetória do Estado brasileiro é marcada por uma história de reflexões e, ao mesmo tempo, ruptura na própria estrutura da sociedade. A gênese do Estado brasileiro é baseada em uma discussão que exige uma rebuscada reflexão sobre, entre outros pontos, a origem e os aspectos evolutivos da própria sociedade como um todo. Para Xavier, Ribeiro e Noronha (1994), a sociedade brasileira teve seu nascimento, de fato, baseado em uma dupla exploração, essa exploração dava-se pelos proprietários locais, empresários internacionais, financiadores e distribuidores de mercadorias brasileiras.

Recentemente, com a redemocratização do Estado brasileiro tem-se início uma nova fase da história política e social do Brasil. O processo de redemocratização começou com a eleição indireta para Presidente da República para, posteriormente, realizar-se a eleição direta pelo povo brasileiro.

A Constituição Federal de 1988, marco legal da fase mais atual da política brasileira, reporta em seu artigo 1º os aspectos básicos que caracterizam a República Federativa do Brasil, indicando que o Estado brasileiro organiza-se como Estado Democrático de Direito, tendo como fundamentos a soberania, a cidadania, à dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho, a livre iniciativa e o pluralismo político.

Nesse contexto de mudança e renovação da democracia, o regime político passou de um modelo autoritário ao democrático. Nesta perspectiva, a redefinição estatal referenciada pela lógica do mercado ganha adeptos e prioriza resultados em detrimento do projeto de nação, que pode ser classificado pela reforma do aparelho

do estado brasileiro e o entendimento de serviços não exclusivos em lugar de direitos sociais, garantido constitucionalmente.

Assim, o Estado caracterizado como patrimonialista, não se adequava mais e de forma implacável representava um total comprometimento do projeto de nação. Nesse sentido, só com uma reforma poderia se agilizar as mudanças necessárias para estruturação de um Estado baseado em ideias neoliberais e alinhado com as premissas do capitalismo moderno, dessa forma, cabe destacar o PDRAE (1995 p.13):

(...) O governo brasileiro não carece de governabilidade, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa.

Dessa forma, adotou-se o modo gerencial de funcionamento da administração pública, que havia sido utilizada pela necessidade de separar o Estado da sociedade e diminuir o clientelismo estatal, muito presente no passado.

Neste sentido, o processo de avaliação estatal no Brasil que está presente no pós-redemocratização, com a Constituição de 1988, vai cada vez mais se firmando no Estado e mais enfaticamente no governo Fernando Henrique Cardoso, adepto do modelo de Estado Neoliberal. Esse Estado Neoliberal no Brasil, por sua vez, acaba representando os anseios das grandes corporações e a perspectiva de gerenciamento, agora pautado não mais no processo, mas nos resultados.

Nesse contexto, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, através de ementa constitucional, vai ao encontro de um novo modelo de Estado pautado pelo Mercado de capital internacional e por medidas de eficiência e resultados. Intencionando que Brasil alcance um novo olhar, o Estado e a máquina pública, pautada pela necessidade de eficiência e eficácia, acabam reduzindo as atribuições estatais tal qual a agenda oculta da ideologia neoliberal preconiza.

Nesta perspectiva, o Estado avaliador pautado pela política de avaliação estatal e o objeto de estudo caracterizado pelo SINAES têm provocado algumas reflexões. Primeiro, o Estado ampliam seu leque de atuação e incorporam a avaliação mercantilista à educação ajustado a produtividade e controle. Cabe ressaltar, que esse entendimento tem sido levado em consideração por sucessivos

governos, caracterizado pela lógica empresarial, visando à rentabilidade imediata do investimento em educação, salientando a quantificação.

Por outro lado, com a criação e institucionalização do SINAES, marca um novo paradigma da educação superior e reconhece a política de avaliação enquanto sistema, que fortalece e redireciona as ações institucionais. Além disso, resgata a responsabilidade social das instituições e a avaliação periódica dos cursos, estudantes e instituições, valorizando a participação e construção coletiva da política pública da educação superior.

Neste sentido, a depender da forma da avaliação, que não é “naturalmente” bom ou ruim, mas que precisa ser entendido em um determinado contexto, percebendo as diversas forças políticas e sociais que influenciam, inclusive, a própria natureza da avaliação. Assim, a avaliação conduzida pelo Estado sobre um conjunto de políticas públicas representam horizontes a ser seguido e fortalece certas concepções liberais.

2.2 O ESTADO AVALIADOR: DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO AO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Essa nova fase do Estado Brasileiro foi marcada, de início, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002), e baseou-se principalmente em uma aliança liberal-conservadora, com uma série de privatizações e cortes no orçamento das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. O referido governo foi marcado também por ser adepto do Estado produtivista e que busca a eficiência, perfil esse que pode ser identificado pelas reformas estatais e a política de avaliação desenhada nesse período.

No período de seu governo, o Presidente FHC criou mais um ministério, denominado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) em 1995 e nomeia o economista e educador Luiz Carlos Bresser-Pereira para reformulação do aparelho do estado, buscando um maior alinhamento junto às diretrizes dos organismos neoliberais, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, além de um estreitamento das oligarquias empresariais nacionais.

Neste mesmo período foi aprovada por definitivo a reforma do aparelho do Estado brasileiro, em 1995, e assim operacionalizada pela condução da recém

criada pasta pelo economista Bresser Pereira (Ministro da Administração e Reforma do Estado – MARE). As mudanças empreendidas reduziram as obrigações estatais e criou-se uma série de serviços não exclusivos, da mesma forma foi buscada a potencialização da política de avaliação. De acordo com o Plano Diretor (1995, p.12), “a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado” que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Desse modo, mudanças substanciais foram implementadas, tais como a criação das Organizações Sociais. Ainda sobre o cenário nacional, cabe mencionar que sob o argumento do Estado Patrimonialista e da administração burocratizada da máquina pública, aprova-se a Reforma do Aparelho do Estado, alterando a função básica do estado brasileiro de Estado provedor ao Estado regulador. De acordo com o PDRAE (1995), a respeito da reforma Gerencial, diz-se que:

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação (1995, p.1).

Neste entendimento, fica claro o propósito da reformação do aparato estatal baseado na necessidade de ajuste fiscais para controlar o aumento da inflação. Destaca-se, nesse sentido que o Estado passa a considerar três pilares principais relacionados à organização social: a austeridade fiscal, a privatização e a liberação de mercado. Sobre o último pilar, discute-se que é compreendido pela remoção da interferência do governo nos mercados financeiros, de capitais e nas barreiras comerciais. Assim, o Estado adequa sua política aos anseios neoliberais.

Nesse período, no cenário mundial, a UNESCO recomendava à educação superior do século XXI o alinhamento à ideologia produtivista e focada na geração de renda. De acordo com Santos (2010,p.23), a política recomendada para a educação superior pode ser identificada pela faces de uma mesma moeda:” pautada pelo desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil

da educação superior, colaborando com os anseios do banco mundial, fundo monetário internacional e organização mundial do comércio”.

Outro fato importante na América do Sul foi a rodada uruguaia em 1995, sendo o Brasil um dos Países signatário, que ampliou a atuação da organização mundial do comércio – OMC que, com o acordo geral de tarifas e comércio (GATT), ampliam para serviços, com o acordo geral sobre comércio e serviços (GATS).

Neste contexto, a educação como insumo importante e estratégico para o desenvolvimento sustentável de um país recebe o mesmo tratamento: o de serviços de fomento não exclusivo do Estado; e o Brasil, com um potencial promissor de consumidores, torna-se um mercado mais lucrativo, para os países produtores de tecnologia. Segundo Maués (1997, p.87) “a educação e o desenvolvimento tecnológico com um forte mercado promissor, cujos países, como o Brasil de extensão continental podem favorecer ao lucro”.

Pode-se observar, inclusive, que o governo FHC dobrou a expansão da educação superior nos seus oito anos à medida que as Universidades públicas vivenciaram cortes e escassez de recursos, existindo o dobre de matrícula bruta na graduação.

Posteriormente, em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes de Base da Educação – LDB, cuja redação preconiza que ela visa a assegurar, “o processo nacional de avaliação [...], objetivando a melhoria da qualidade do ensino”. Bauer (2010, p.243) destaca que foi “implantado o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar de São Paulo - SARESP a partir de 1996, corroborando com a política pública educacional de avaliação”.

Assim, entre tantas outras colaborações neoliberais desse governo pode-se citar a criação da renúncia fiscal para as IES privadas e estimula o financiamento nas IES com o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior (BRASIL, 1999) expandindo o ensino privado, à medida em que sucateia as IES pública, mas cria a incorporação da gratificação docência – GED, Lei nº 9.678/1998, um falso reajuste para os docentes das universidades federais pautada na política de avaliação de desempenho.

Proporcionando um efeito devastador na educação superior ao mesmo tempo uma dicotomia, primeiro pelo sucateamento das universidades federais que deveriam de ser avaliadas periodicamente já que precisam se reinventar para se manter e no setor privado da educação superior cria incentivos tais como isenção e

financiamento o que leva a criação de novas Instituições. Concomitantemente institui por Decreto nº 2.306 de 1997 várias denominações de Instituições de ensino superior - IES: Universidades, Centros Universitários, Faculdades integradas, Institutos superiores ou Escolas superiores. Ampliando o leque de possibilidade para o mercado de mão de obra diplomada financiada pelo estado por ausência fiscal ou bolsas de financiamento.

Por outro lado, a redução de investimento pelo Governo FHC é substancial à medida que cria mecanismo de avaliação como O Exame Nacional de Curso-ENC, com o intuito de instalar de vez nas Universidades o *accountability*, mecanismo importante que valoriza a objetividade e a produtividade eficientista, para que possa comprovar o seu financiamento pelo Estado e, da mesma forma, ranking dos cursos, com foco comparabilíssimo, muito presente aos adeptos neoliberais. Segundo a Lei 9.131/1995, - cuja convenção de medida provisória nº1159 - conhecida como “provão” antecipava a LDB e avaliam os cursos de graduação à medida que as universidades federais estavam sucateadas. E em de 21 Dezembro de 2000, pela medida provisória nº 1.972-21, substitua o crédito educativo (CREDUC) pelo o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior – FIES e ampliava essa política.

Essa expansão da educação superior no Brasil pode ser comprovada no quadro a seguir:

Quadro 01 -A expansão da educação superior no Brasil (de 1995 a 2002)

Ano 1995	Matricula bruta 1759.703	Matricula liquida 1104.783
Ano 2002	Matricula bruta 3479.913	Matricula liquida 2.316.184

Fonte: Gomes e Moraes (2012, p.171)

É neste período que se dá um avanço da expansão da educação superior no setor privado. Assim, pode-se observar que o governo FHC dobrou a expansão nos seus oito anos à medida que as Universidades públicas vivenciaram cortes e escassez de recursos, existindo a duplicação de matrícula na educação superior do País. Assim, nessa perspectiva, as amarras neoliberais estavam colocadas em prática no país e em particular na educação com um viés mercadológico e competitivo que teve certa continuidade no governo posterior, mas com avanço nas universidades federais e valorização do professor.

O momento adjacente do Estado Avaliador brasileiro, marcado por modelo baseado na aliança liberal-popular, também foi o conduzido no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mas conhecido como o Governo do Lula (2003 a 2010). Apesar da mudança de governo de direita, deslocando as relações políticas e de poder, antirreformas neoliberais continuaram em menor escala e, da mesma forma, a política de avaliação. Cabe mencionar, no entanto, que a educação recebeu recursos para manutenção e expansão, que haviam sido esquecidos pelo governo anterior. A exceção, no entanto, ficou para o ensino superior privado.

Nesse governo foi criado e institucionalizado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, em 2004, que se inicia com a previsão de Avaliação na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 aprovada em 20 de Dezembro de 1996. Segundo o Artigo 9º, inciso VI da referida Lei, destaca-se o papel do instrumento como um processo nacional de avaliação, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino. E posteriormente pela criação da comissão de especial de avaliação presidida por José Dias Sobrinho em 2003. Segundo o MEC,

A Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11 de 28 de abril de 2003 e nº 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizado.

Este processo de avaliação do SINAES, segundo Dias Sobrinho (1990), tem um duplo caráter: em primeiro, de regulamentação, de cursos de graduação e da Instituição Mantenedora; e da mesma maneira, participativo, na medida em que a comunidade acadêmica participa através da auto avaliação e avaliação externa.

Menciona-se, nesse sentido, que no artigo 3º, Inciso III da referida Lei, disserta-se sobre a contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social do SINAES. É possível identificar, inclusive, que a responsabilidade social das instituições formata-se primeira na inclusão, somente depois no desenvolvimento econômico e, por último, no desenvolvimento social, refletindo-se, dessa maneira, na própria sociedade.

É importante destacar que foi no referido governo que se concebeu a lei 10.861/04 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e foi aprovada em 14 de abril de 2004 e o Decreto que regulamenta é o nº

5.773 de 09 de maio de 2006. Esse sistema representou, no contexto dos anos 2000, uma nova política de avaliação da educação superior e, portanto, uma mudança de paradigma.

Para Dias Sobrinho (2000, p.70), “a avaliação institucional antes do SINAES tem-se desenvolvido pouco e estreitamente vinculada ao progressivo aviltamento das políticas sociais e públicas”. O autor explica, ainda, que essa relação também está particularmente ligada ao processo gradual de deterioração dos orçamentos das universidades. É notável que o sistema, portanto, configura-se com uma ruptura com a política adotado do Governo anterior, bem como é indispensável à Sociedade e as IES.

Sobre o SINAES, de acordo com o INEP (2009, p.92): “o sistema de avaliação é uma construção a ser assumida coletivamente, com funções de informação para tomadas de decisão de carácter político, pedagógico e administrativo”.

Neste sentido, a participação de educadores e pesquisador é fundamental. Acrescenta-se que os processos avaliativos do sistema são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e, para tanto, a operacionalização fica sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ligado ao Ministério da Educação (MEC). Destaca-se ainda que o SINAES tenha como objetivo realizar um diagnóstico do sistema educacional brasileiro e de alguns fatores que possam interferir no desempenho individual e institucional.

Os componentes de avaliação da educação superior, de acordo com o SINAES, centram-se na avaliação institucional interna e externa, avaliação dos cursos de graduação, Censo da Educação Superior e Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Estes são instrumentos importantíssimos que contribuem para a melhoria da educação superior brasileira, quando a avaliação institucional interna e externa localizam os pontos fortes e, da mesma forma, os mais frágeis e que precisam ser melhorados e discutidos internamente. É importante explanar, inclusive, que o “SINAES tem duplo propósito: articular a regulação e avaliação educativa” (VIEIRA, 2004, p.2).

De acordo com o parágrafo único do SINAES, uma série de avaliações é tomada como referencial básico dos processos de regulação e supervisão da

educação superior. No art. 3ª, parágrafo §2 a avaliação das instituições definidas, por sua vez, pela autoavaliação e a avaliação externa *in loco*.

Da mesma forma, a avaliação utiliza como subsídios o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e o relatório de autoavaliação fornecidos pela IES ao MEC/INEP. Cabe salientar, no entanto, que a centralidade da biblioteca universitária resume-se e limita-se a infraestruturas físicas, conforme Art. 3ª, inciso VII do SINAES. Por fim, explica-se que os relatórios emitidos servem para compará-lo com a realidade encontrada nas IES e, dessa forma, delinear um cenário para realização de análises sobre a conjuntura atual do sistema.

No período em questão, é válido mencionar que o governo Lula ampliou o FIES e criou o programa universidade para todos - PROUni instituída pela Lei 11.096/2005. Esta lei concebe bolsas de estudos integrais ou parciais para IES privada e, portanto, fortalece a dinâmica da atuação do Estado na formatação de um ambiente fomentador do Ensino. Ainda sobre essa questão, posteriormente é aprovada a Lei de nº 11.509/2007 que desvincula do PROUNI os cursos mal avaliados pelo SINAES e que foram considerados insuficientes por duas vezes.

Situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5º da Lei 11.509/2007.

Cabe mencionar que anteriormente se fazia necessário à avaliação insuficiente por três vezes consecutivas Artigo 7º, parágrafo §4 da lei do Prouni.

Desse modo, o Governo Lula estimulou o crescimento do setor privado e, conseqüentemente, ampliou a renúncia fiscal das instituições, impactando nas IES públicas que são financiadas pelo Estado. Concordamos com Biffi (2010, p.57) quando diz:

O curioso é que os neoliberais não costumam acusar o Estado de paternalista por esse tipo de ajuda. Vale lembrar que as IES do setor privado no Brasil se dividem nas seguintes categorias: Particulares com fins lucrativos, Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas.

Vale ressaltar que com a criação do PROUni, “as faculdades privadas deixaram de pagar cerca de R\$ 4 bilhões de impostos e contribuições ao Estado de 2005 até 2013” (BRASÍLIA, 2013, p.1). Neste sentido, houve a ampliação do acesso

à educação superior, mas essa ampliação aconteceu em benefício e no fortalecimento do setor privado.

Em 2006, no que se refere às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, foi criado 'o programa' expandir das instituições federais de ensino que teve por meta a implantação de 10 novas universidades federais e a criação ou consolidação de 49 campi nas cinco regiões brasileira, com vista a promover a inclusão social, reduzir as desigualdades regionais e reorientar a organização do ensino superior no Brasil (Nascimento e Helal, 2006, p. 46).

Já o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 teve por meta o estabelecimento da relação de um professor para cada dezoito alunos; a ampliação dos cursos, inclusive na modalidade noturna, que eram pouco ofertados e, por conseguinte se subutilizava das estruturas nas Instituições.

Os dados abaixo representam o crescimento dentre os anos 2006 (que antecipam o REUNI) e de 2013 (após a conclusão do programa), números de instituições e números de alunos de graduação no Brasil respectivamente, segundo o INEP (2013):

Quadro 02 – números de instituições e de matrículas (2006 a 2013)

Instituições 2006	Federal: 105	Matrículas na Graduação: 58.078
Instituições 2013	Federal 301	Matrículas na Graduação: 1.137.852

Fonte: INEP (2013).

No mesmo ano, em 2007, foi criada a integração de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica através do Decreto 6.095 de 24 de abril de 2007, transformado na Lei 11.892/2008, objetivando a constituição de Instituições Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, mediante a celebração para formalizar a agregação "voluntária". De acordo com Gomes e Moraes (2012), tal agregação voltou-se para os Centros Federais Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais.

Cria-se, pelo mesmo Governo, o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) que utiliza o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM sob a luz da ideia de avaliação

de desempenho no âmbito do ensino nacional. Nesse contexto de mudanças, pode-se observar um crescimento significativo da educação superior, comprovado pelo quadro nº 03 a seguir e, conseqüentemente, a abertura para a massificação do acesso à educação superior.

Conforme Gomes e Moraes (2012, p.185) “é importante destacar que foram as políticas de governo, dos dois governos, com clara linha de continuidade, que induziram o sistema a ingressar na fase da educação superior de massa”. Nesse sentido, pode-se salientar que os dados do censo do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP representam um diagnóstico das Instituições e matrículas na graduação, conforme o quadro 03 que apresenta informações sobre o ano de 2013:

Quadro – 03 – Relações entre IES e matrículas na graduação

Instituições Federal: 301	Na Capital: 98	No Interior: 203	Matrículas na Graduação: 1.137.851
Faculdade Privada: 2090	Na Capital: 743	No Interior: 1347	Matrículas na Graduação: 5.373.450

Fonte: Inep, 2013.

Esses dados demonstram um crescimento da educação superior, mas, da mesma forma, pode-se dizer que o número de matrículas na graduação é massificado apenas no setor privado à medida que, a grande maioria é orientada apenas pelo ensino, ressaltando assim uma diferença no contexto das instituições públicas e privadas no período.

Segundo Dias Sobrinho (2000, p.13):

No Brasil a expansão da educação superior que é predominantemente privada, em grande parte é quase exclusivamente centrada no lucro e de baixa qualidade. Por isso, a política de avaliação conduzida pelo MEC é tão fortemente marcada pela ideia de fiscalização e punição. A Universidade deve ficar atenta para não cair nesses critérios eficientista. Porém, ficar imóvel seria suicídio. Pois, as avaliações fazem parte do seu cotidiano e deve respaldar em alguns princípios, dentre eles o mérito, a equidade, a pertinência e a relevância social. Pois, são critérios universais dentro da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, as avaliações para o mercado e governo centralizam-se na padronização e comparabilidade, diferentemente das desenvolvida pelas próprias Universidades que abrangem um diâmetro mais complexo e subjetivo, considerando que os processos de avaliação são socialmente construídos. Passemos, neste

momento, a contextualização do estado avaliador e o programa de avaliação institucional das universidades brasileiras - PAIUB.

2.3 O Estado avaliador e o Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB)

O dinamismo do mundo globalizado e a hegemonia capitalista têm levando a constantes indagações sobre as crises vivenciadas pelos Estados modernos. Tais indagações surgem em primeiro lugar pela necessidade de reorientação do seu papel estatal, e em segundo lugar pelo imperativo de reavaliação dos problemas mais constantes, a exemplo de crises econômicas e fiscais decorrentes do modelo capitalista.

Destaca-se, nesse sentido, que os adeptos da ideologia neoliberal carregam consigo um discurso sedutor da ineficiência do Estado e a necessidade de um Estado avaliador, porém, destacam a intervenção estratégica para o desenvolvimento do estado de capital internacional. Nessa perspectiva, altera-se a dinâmica do Estado de provedor a regulador, denominado como uma nova investida capitalista no cenário mundial.

Ainda sobre esse tema, é válido enfatizar, que as reconfigurações do Estado, de forma que se torne um Estado avaliador, tem como objetivo atender ao interesse de assegurar a continuidade do projeto capitalista no contexto global.

Decorre, portanto, que a relação Estado-Sociedade tem mudando forçosamente para a relação Estado-Mercado, relação essa que se caracteriza na seara do Estado intervencionista.

Destaca-se, nesse sentido, o papel que mercado de capital internacional pautado pela ideologia neoliberal - cujo receituário é o consenso de Washington¹ - teve nesse novo paradigma de relacionamento entre Estado e demais forças sociais. Nesse contexto, conforme Afonso (2013, p.271) idealiza-se o Estado avaliador, que por sua vez pode ser compreendido pelas reformas neoliberais e neoconservadoras e formata-se a partir da necessidade de constituição de um *modus* de avaliação da política estatal, concretizando-se como instrumento de ação dos estados e governos. É válido destacar que o entendimento do Estado ineficiente e paternalista

Batista (1995) resumem as medidas do Consenso de Washington conhecida como decálogo: Ajuste Fiscal; Redução do tamanho do Estado; Privatização; Abertura comercial; Fim das restrições ao capital externo; Abertura financeira; Desregulamentação; Reestruturação do sistema previdenciário; Investimento em infraestrutura básica e Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas.

classificado dessa forma pelos adeptos do ideário neoliberal colabora para sua própria redefinição enquanto Estado.

Nesse processo de redefinição do papel do estado operam-se, por sua vez, reformas ideais na organização da dinâmica política, econômica, cultural, social e estatal, a fim de ajustá-lo a uma lógica econômica e produtivista do mercado que colocam em prática os ideais do Estado Avaliador, cujos princípios relacionam-se com o mercado capitalista e a política de avaliação estatal. Sobre o tema, dissertam Schneider e Rostirola (2015, p.506) que os países devem adotar instrumentos de acompanhamento do desempenho, a fim de reorientar suas políticas públicas.

O Brasil, nesse contexto, teve sua redemocratização marcada por impulsos neoliberais e, principalmente, pela ideologia que envolveu uma redefinição do papel do Estado, cuja recomendação tem limitado o projeto de nação em detrimento das reformas neoliberais baseadas fortemente em demandas das organizações intergovernamentais, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio.

Jezine e Chaves (2011) destacam que:

A reforma no estado brasileiro, no conjunto das políticas neoliberais não pode ser considerada pontual e local, ao contrário é processual, global e faz parte de um projeto do mundo capitalista que prevê mudanças no campo da política, economia e cultura, com vistas ao fortalecimento das concepções liberais de estado e sociedade". (JEZINE E CHAVE, 2011 p.77).

No Brasil, a década de 1990, é marcada pela perspectiva do Estado avaliador e o Governo prossegue nessa direção, combatendo a crise estatal que havia se erguido nas décadas anteriores. Destaca-se nesse período a formatação de uma política de ajuste fiscal, por sua vez orquestrada com o Plano Real no Governo Itamar Franco.

Acrescenta-se, nesse sentido, conforme Bonfim (2015), que o Brasil segue a reforma de acordo com a mesma lógica dos Países Centrais no cenário mundial, seguindo uma tendência homogeneizante e de padronização. Salienta-se, no entanto, que há avanços como a criação do o programa de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB) em dezembro de 1993.

Segundo o INEP (2009, p.27), o PAIUB:

(...) sustentava no princípio de adesão voluntária das instituições do ensino superior – IES, numa perspectiva de um olhar mais abrangente sobre as instituições e seus programa de desenvolvimento institucional – PDI, em diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade.

Segundo o seu art. 1º são estabelecidas uma série de diretrizes com o intuito de viabilizar a implementação do processo de avaliação institucional nas universidades brasileiras. Compartilhando o entendimento de Barreyro e Rothen (2008, P.146) de que a avaliação atenderia a uma tripla exigência a qual “as universidades contemporâneas estariam submetidas: primeiro, um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico; segundo, uma ferramenta para o planejamento e gestão universitária e, em terceiro e último lugar, um processo sistemático de prestação de contas à sociedade”.

Cabe mencionar, ainda que, em conformidade com Dias Sobrinho (2011, P.33), a avaliação institucional é entendida como instrumento de melhoria de qualidade das Universidades.

É importante destacar que boa parte da aceitação do PAIUB foi graças ao protagonismo de sua concepção, por sua vez formatado pelos sujeitos da educação superior do País e que procuraram realizar o diagnóstico da realidade do ensino superior. Segundo o MEC:

A comissão foi composta por representantes: da secretária da educação superior-SESU/MEC, Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior-ANDIFES, Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais – ABRUEM, Associação Nacional das Universidades Particulares-ANUP, Associação Brasileira das Escolas Católicas – ABESC, fóruns de pró-reitores de graduação, pesquisa e pós-graduação, extensão e planejamento e administração (PAIUB,1993).

O resultado do trabalho foi o lançamento de um documento básico tendo como objetivo coordenar o processo de avaliação, auxiliada por um comitê assessor formado por representantes das entidades supracitadas. Neste sentido, observa-se o caráter do programa como processo dinâmico e contínuo, criando condições concretas para o envolvimento de todos os seus membros da comunidade acadêmica. E os princípios que nortearam foram: Globalidade, Comparabilidade, Respeito à identidade institucional, Não premiação ou punição, Adesão voluntária, Legitimidade e Continuidade.

Destaca-se, ainda, que o PAIUB conseguiu quebrar a concepção mais difundida de avaliação nas universidades - que é a da produção de estatísticas, muito presente em bibliotecas universitárias, e levou ao pensamento e reflexão sobre a universidade a partir de uma visão holística, compreendendo a perspectiva quantitativa e qualitativa mutuamente, ambas importantíssimas para a avaliação institucional. Entretanto, foi um governo e programa de tempo reduzido, mas a prioridade econômica, em relação à educação, manteve a dianteira, como pode ser observado.

Neste contexto, as universidades estão inseridas e recebe o mesmo tratamento concebido a educação. Não como direitos sociais, mas como autarquia mantenedora pela sua produção e desenvolvimento político-econômico e social da região e do País.

Assim, a universidade pode ser compreendida como espaço de produção intelectual e científica necessário para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade e exige que sejam estabelecidas parcerias ilimitadas na construção, enriquecimento e socialização do saber da humanidade. É importante mencionar, além dessas características, que a Universidade também deve ser percebida por sua contribuição cívica:

São as universidades as principais instituições com funções e dinâmicas marcadamente sociais que mais radicalmente cumprem a responsabilidade pela produção e pelo aprofundamento de uma consciência nacional, pelo sentimento de cidadania e pela constituição de uma sociedade científica fundada sobre o valor público. (Dias Sobrinho, 2011, p.155)

No Brasil, as universidades podem ser compreendidas pela LDB no Art.º 52, como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior e de domínio e cultivo do saber humano. Deste modo, a universidade e a sociedade são inseparáveis, já que a compreensão de humanidade bem como a função sócia educacional e o desenvolvimento realimentam-se reciprocamente, não existindo uma sem a outra. Conforme Dias Sobrinho (2011, p.30) aponta a “Universidade e Sociedade: trata-se de uma relação (entre uma instituição social e a totalidade social) que pode construir uma teia de articulação, sem qualquer perda das características próprias”. Deste modo, há uma necessidade recíproca de desenvolvimento mútuo.

Neste momento, a contextualização do estudo, sobre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), o sistema de biblioteca da instituição e, modelos e diretrizes a respeito de avaliação de biblioteca universitária pertinente a apreciação.

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E O SISTEMA DE BIBLIOTECA - SISTEMOTECA

A Universidade Federal da Paraíba, UFPB, tem sua genealogia em 1934, com a criação, no município de Areia, da Escola de Agronomia na Parahyba. Em 1936, a instituição passou a se denominar Escola de Agronomia do Nordeste, por intermédio do Decreto Estadual nº 696, de 02 de Abril daquele ano, constituindo-se como o primeiro estabelecimento de Ensino Superior do Estado da Paraíba.

Em 02 de dezembro de 1955, foi criada a Universidade da Paraíba, por meio da Lei Estadual 1.366. Sua federalização foi materializada por meio da lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, que a transformou em Universidade Federal da Paraíba, uma instituição autárquica, de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de João Pessoa. Sua expansão se dá com a incorporação do Colégio Agrícola Vital de Negreiros (CAVN) em Bananeiras, e na década de 1980 com a incorporação da Faculdade de Direito, em Sousa; Escola de veterinária e de Engenharia Florestal em Patos e a faculdade de Filosofia em Cajazeiras.

A partir daí, a UFPB se desenvolveu, chegando a atuar em sete campi implantados nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Areia, Bananeiras, Cajazeiras, Patos e Sousa. Vale destacar, que com a lei nº 10.429 de 09 de abril de 2002, criou-se, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e incorporaram-se a esta os campi de Cajazeiras, Patos e Sousa. A UFPB agregou o campus na região metropolitana, caracterizado como a mais desenvolvida do estado paraibano, bem como no brejo paraibano. Em 2006, a UFPB dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, criando o Campus IV no Litoral Norte, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto.

Em 2007, ocorre o processo de expansão da instituição, inserido no Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) com a criação de novos cursos e expansão no número de vagas ofertadas. Segundo a UFPB (2008), as ampliações da UFPB pelo Programa projetaram sua expansão para período 2008-2012, dobrando o número de vagas ofertadas e cursos noturnos.

Neste sentido, ampliou-se a responsabilidade de todos que trabalham na UFPB com uma demanda nunca antes imaginada. Tal ampliação possibilitou o desenvolvimento político-sócio-econômico-cultural, contribuindo no cenário internacional; pautada nas suas atividades acadêmicas pela ética, compromisso social e busca do progresso científico, tecnológico, político, econômico, socioambiental e sustentável, mantendo-se as inovações institucionais e aperfeiçoamento do dialógico com a comunidade acadêmica e a sociedade. Foram também contempladas pelo programa as bibliotecas universitárias e suas demandas estruturais e documentais.

No que se refere às bibliotecas no contexto histórico, vale destacar que elas anteciparam o surgimento das universidades. De acordo com Carvalho (2004), a imagem da biblioteca enquanto instituição social é mais milenar que a própria universidade. O que há em comum é a necessidade contemporânea de buscar as novidades e vencer desafios que a sociedade e a comunidade acadêmica lhe apresentem. Já para Fonseca (2007, p.50), a cronologia do aparecimento da biblioteca pode ser assim apresentada: “as reais na Antiguidade; as monásticas e universitárias na Idade Média; as nacionais no século XIX; e as públicas e especializadas no século XX”. No Brasil, sua história e formação vêm do período colonial e está ligado às ordens religiosas. Moraes (2006, p.69) as classificam como “as jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas”. O acesso ao estudo era restrito nos conventos de poucos privilegiados

Na UFPB, o ponto de partida é a criação da biblioteca central em 1961 e, por sua vez, a regimental em 11 de Agosto de 1967, marcando o primeiro passo para construção do seu Prédio no Campus I em João Pessoa.

A estruturação da biblioteca ficou a cargo do Professor e Bibliotecário Edson Nery da Fonseca, que deu início aos trabalhos de organização, mas, diante de um

momento conturbado da história brasileira não teve condições para concluir. Posteriormente em 1976, teve início o processo de implantação da biblioteca central com a junção das bibliotecas setoriais. O referido processo, contudo, só foi concluído em 1980 e teve seu regulamento aprovado pela resolução nº 21/1980 do CONSUNI, todavia, a placa de inauguração da biblioteca central, registra em 01 de junho de 1984.

Nesse contexto de mudanças, a UFPB cria seu regimento e, paralelamente, o sistema de biblioteca universitário conhecido como SISTEMOTECA, pautado pela resolução nº 31/2009 de 26 de Maio de 2009 do Conselho Superior (CONSUNI), que por sua vez é baseado no reconhecimento da participação de todas as bibliotecas setoriais e da autonomia administrativa em relação à dotação orçamentária que aumenta a cada ano, mas não acompanhou a evolução e expansão das ofertas dos cursos e ampliação das vagas pela política de expansão do Governo Federal.

Apresenta-se a seguir a configuração estrutural do SISTEMOTECA dentro do organograma institucional da UFPB.

Figura 01 - ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL



Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI 2014- 2018 - em vigor

É válido destacar, que foi a partir dessa resolução que o sistema de biblioteca ganhou proeminência institucional.

A estruturação do SISTEMOTECA é formada pelas bibliotecas do Campus I (João Pessoa), Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais dos Centros de Ciências

Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT) e Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – (NDHIR);

Campus II (Areia): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias (CCA); Campus III (Bananeiras): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA); e Campus IV (Mamanguape e Rio Tinto): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ).

A biblioteca central é a única gestora do orçamento do SISTEMOTECA, que é formado por uma diretoria composta pelo diretor e diretor adjunto; em seu apoio administrativo conta com secretaria, contabilidade, gestão em tecnologia de informação e gestão em marketing bibliotecário/informação. Há ainda, três divisões com subseções, que são: a primeira é a Divisão de Desenvolvimento das Coleções (DDC) responsável pelas subseções de Seleção, de Compra e de Intercâmbio; a segunda, Divisão de Processos Técnico (DPT) responsável pelas: subseções de Catalogação, de Classificação e de Manutenção do Patrimônio Documental; e a terceira, Divisão de Serviços ao usuário (DSU) responsável pelas: subseções de Referência, Circulação, Periódicos, Coleções Especiais, Multimeios, Informação e Documentação, Desenvolvimento de Leitura e Inclusão para Usuários com Necessidades Especiais.

Cabe salientar ainda sobre o SISTEMOTECA que mesmo sendo criada como unidade gestora de um sistema de bibliotecas universitária, cuja dinâmica e complexidade fazem parte do seu cotidiano, não foi delineado qualquer instrumento de avaliação, tampouco nenhuma política de avaliação das bibliotecas universitária da UFPB, ambos os aspectos imprescindíveis para o adequado cumprimento da sua missão e dos objetivos institucionais.

Da mesma maneira, a função do bibliotecário(a) responsável pela biblioteca universitária, é de gestão, planejamento, classificação, avaliação e outras atribuições merecedoras de reflexão. De acordo com Lancaster (1996, p.6) “a avaliação possibilita a reunião de dados necessários ao processo decisório do bibliotecário para determinar quais dentre as várias estratégias alternativas parecem ter mais probabilidade de obter um resultado almejando”.

Deste modo, cabe aqui destacar a noção e função do bibliotecário (a) a partir da Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962, regulamentada pelo Decreto 56.725 de 16 Agosto de 1965, que designa a função de bibliotecário(a) como profissional liberal, caracterizado como Bacharel em biblioteconomia. Segundo o Art. 6º - São atribuídas aos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares concernentes às matérias e atividades, um dos incisos refere-se: administração e direção de bibliotecas, sendo obrigatória a contratação pelas Instituições de Ensino Superior do profissional, que é responsável pela biblioteca universitária.

Do mesmo modo, a Universidade como uma instituição sócio educacional, com a tríade indissociável do ensino, pesquisa e extensão, tem a avaliação prática cotidiana norteadas pela comunidade acadêmica, que pode ser identificadas pelas avaliações interna e representada no seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Esse plano constitui um documento orientador da ação institucional onde se registram os alvos a atingir e as opções estratégicas em função do diagnóstico realizado. Nesse sentido, o PDI orienta diretrizes sobre as políticas de ensino, pesquisa, extensão e engloba a totalidade institucional, inclusive seu sistema de bibliotecas universitárias. Vale salientar, que “a Universidade tem papel fundamental, que se baseia na avaliação formativa e emancipatória” (Dias Sobrinho, 2011, p.223).

Deste modo, visualizando o PDI anterior e o atual da UFPB que tem validade até 2018, pode-se dizer que no que tange ao sistema de biblioteca universitária, ambos são idênticos. Pautado aparentemente no Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006 da Presidência da República que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação do sistema de ensino de acordo com o SINAES. Conforme orienta o PDI, inclusive no Art. 16 “deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos”, no inciso VII na infraestrutura física, com relação à biblioteca:

Acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificadas sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos.

Almeida Junior (2003, p71) é contundente “que a biblioteca torna-se mera executora e simples repassadora de materiais que contribuem de alguma maneira”. Percebe-se, portanto, que falta uma participação mais ampla com a comunidade acadêmica, e não apenas com o poder executivo e burocrático da Instituição, pois, reflete-nos próprios serviços ofertados e disponibilizados à comunidade. Para Leitão (2005, p22),

Os usuários de biblioteca, normalmente, desconhecem na totalidade os recursos provenientes e todos os resultados que podem ser obtidos por meio das fontes de informação. Esses recursos devem ser transformados em benefícios para a comunidade que deles necessita. Caso não sejam devidamente aproveitados, correm também o risco de não justificar os investimentos realizados pela organização maior.

Dito isso e contextualizando o cenário atual brasileiro de redução de investimento em Educação e a sua importância para a sociedade, torna-se imprescindível à realização de processo avaliatório pela instituição na missão de desenvolver seu próprio modelo, no que se refere ao sistema de biblioteca da UFPB, de forma que o referido instrumento sirva como mecanismo capaz de auxiliar as estratégias de gestão.

Da mesma maneira, compreende-se que além das estratégias, a avaliação pode fornecer subsídios para os processos de planejamento e as atividades relacionadas à transparência das ações junto à comunidade acadêmica e a sociedade. De acordo com Leitão (2005), a biblioteca universitária é dinâmica, viva, em contínua transformação e referência efetiva no processo de construção do conhecimento. Vale destacar o que diz Almeida Junior (2003, p.69): “as bibliotecas tradicionais, conservadoras estão falidas e fadadas ao desaparecimento”.

É necessário compreender esse cenário de mudança em que o sistema educacional superior está inserido, especialmente a biblioteca, sobre outras variáveis. No mundo globalizado representado pelo desenvolvimento científico e tecnológico; no Brasil pelas políticas públicas afirmativas para as Universidades Federais pela lei de cotas e na UFPB pelo progresso nas políticas de avaliação pautada pela própria Universidade, identificada em meados da década de 1990.

Na UFPB a preocupação com a avaliação se dá em meados da década de 1990 com a Comissão de Avaliação Institucional – CAVI idealizado pelo PAIUB-UFPB responsável pela coordenação institucional do processo de análise e avaliação dos Relatórios de Atividade Docente – RAD. e em momento posterior, a criação da Comissão de Avaliação da Graduação -

CAVG que favoreceu com a chegada do SINAES a criação e composição da Comissão Própria de avaliação – CPA e paralelamente a Comissão Executiva de Avaliação Institucional – CEAI no âmbito da Instituição. (Burity, Pereira e Monteiro, 2007, p6).

É importante explicar que os relatórios de atividade docente - RAD era necessário para comprovar a habilitação aos docentes ao recebimento da Gratificação de Estímulo Docente (GED), segundo resoluções do CONSEPE nº 25 e 54 de 1999, ambas revogadas pela Resolução nº 27 de 2001. Além disso, a avaliação institucional representa uma mudança de paradigma na Instituição. Conforme, Dias Sobrinho (2011, p61) a avaliação institucional é entendida como instrumento de melhoria de qualidade das Universidades.

Dessa forma a UFPB, apresenta contribuições relevantes de seus pares e de suas Comissões, por outro lado, cabe salientar que aparentemente não vislumbra suas bibliotecas universitárias, carecendo, portanto, na capacidade de representá-la no plano de desenvolvimento institucional (PDI) e, inclusive, no próprio sistema de bibliotecas.

A biblioteca universitária é uma dessas fontes que devem estar em sintonia com o desenvolvimento científico e tecnológico, com os processos avaliatórios e, consequentemente, suas demandas. Cabe mencionar que tal processo é referendado pelo MEC, INEP e pela própria instituição à medida que esta concebe modelo de avaliação de biblioteca universitária através dos colóquios e encontros acadêmicos, pois, segundo Dias Sobrinho (2002, p14) “a avaliação nem sempre tem uma intencionalidade educativa, isto é, não é simplesmente um instrumento da educação, mas também de políticas e mesmo de polícia. Chega a ser uma questão de Estado, tamanha é sua centralidade nas reformas”. Nesse sentido, reside a importância dos eventos acadêmicos que engendram mudanças substanciais.

Cabe à Instituição de Ensino Superior melhorar sua comunicação e política referente às bibliotecas universitárias. Carvalho (2011) enfatiza que “as bibliotecas universitárias são inovadoras por natureza e necessidade, caracterizando-se organismos dinâmicos, prestadora de serviços de acesso, disseminação e produção do conhecimento”. Essa posição é coerente com uma gestão inovadora, compreendida como um processo, que envolve todos os segmentos que fazem a organização, cuja finalidade é atingir os objetivos propostos e manter o elo entre os usuários e a instituição.

Para Guinchat e Menou (1994, p. 442), “a gestão é também um conjunto de técnicas que permitem tomar decisões racionais e por estas decisões em prática para que todos os recursos do organismo sejam empregados da melhor forma possível, tendo em vista sua eficácia”. Deste modo, avaliar pode ser compreendido como uma ferramenta da gestão, pois ao se avaliar, pode-se identificar os pontos frágeis que precisam ser fortalecidos e o que precisa ser melhorado, colaborando para o desenvolvimento e a implementação de novas políticas. Pode-se citar, ainda nesse sentido, o entendimento de Dias Sobrinho (2002, p.25):

A avaliação é, pois, o instrumento que muitos governos vêm utilizando para modelar o sistema e as Instituições cabem adequar-se, guiadas pela avaliação. Isto parece ser contraditório com o conceito de autonomia universitária.

Assim, tem-se que a avaliação pode ser concebida como um processo contínuo e dinâmico de melhoria e aperfeiçoamento institucional, do SISTEMOTECA e, da mesma maneira, como instrumento de política para bibliotecas universitárias. Em conformidade com Lancaster (1996, p.6): “a avaliação será um exercício estéril se não for conduzida com o objetivo específico de identificar meios de melhorar seu desempenho”. Para Barbosa e Franklin (2011, p.92),

A avaliação, como um processo da gestão organizacional, não existe sem instrumento de controle e o acompanhamento, e sua finalidade não se encerra em si mesma e sim, como subsídio ao planejamento, na medida em que são os resultados da avaliação que dão munição para a concepção de um novo planejamento.

Nesta conjuntura, será apresentada a modelagem de avaliação e, conforme Dias Sobrinho (2002, p. 83) “como não existe um modelo único de avaliação, distintas hão de serem as implicações de cada uma delas”. Para Barbosa e Franklin (2011): o modelo de avaliação é como um protótipo representando o real a ser aplicado mas não um fim em si mesmo. De acordo Dias Sobrinho (2002, p.35) apud House (1994)

Os modelos de avaliação na ótica efficientista, instrumentalista e classificatória é predominantemente quantitativa. Indicadores quantitativos promovem um balanço das dimensões mais visíveis e facilmente descritíveis, a respeito das medidas físicas, como áreas construídas, relações dos serviços e outros. Essa descrição é mais perceptível da Instituição.

Neste sentido, é válido mencionar que cada Instituição é única e com certa autonomia para implantar sua forma de avaliação que reflete na sociedade. Ainda sob a perspectiva do mesmo teórico – Dias sobrinho (2000, p.70) “a avaliação economicista conduz ao utilitarismo e ao pragmatismo, inimigos da liberdade acadêmica e da autonomia das universidades”.

Outro enfoque e procedimento de modelo de avaliação se dão com nuances qualitativas, fazendo intervir os debates, as negociações e as relações intersubjetivas muito presente no meio acadêmico. A avaliação qualitativa se faz como metodologia de ação (Dias Sobrinho 2011) “idealizado pela participação, importantíssimo para o desempenho das bibliotecas universitárias, cuja complexidade e dinâmica são perene.”.

Cabe à Universidade e seus agentes a disposição pela ideia de processos avaliatórios de suas bibliotecas, visto que, esses possibilitam mudanças no *status quo*, pois a avaliação é um processo catalisador de mudanças.

Almeida (2005, p35) relata “[alguns gestores veem, na] avaliação uma ameaça ao status quo, encarando as interpretações dos dados como um ataque às políticas e práticas correntes [cristalizadas]”. Esse entendimento não coadune com as Universidades e sua natureza inovadora, segundo Bonniol e Vial (2001) “a avaliação é etimologicamente, uma reflexão sobre as relações de valores e comporta uma zona de sombra, incompletude. Sendo utilizado para designar pontos de vista que dependem de esquemas inteligibilidade”. Deste modo, avaliar coopera para a análise e reflexão da realidade para direcionar as ações em prol da instituição e de seus usuários.

Contudo, o desenvolvimento de um processo avaliativo exigem a definição e compreensão de alguns aspectos terminológicos, para que possa compreender melhor sua formatação, descrito a seguir:

- ✓ O padrão como parâmetro que orientam o bom desempenho nas atividades e serviços e permitem o alcance dos objetivos. Segundo Barbosa e Franklin (2007), uniformiza-se a concepção, cuja objetividade é alcançar um nível ideal de satisfação, adotado nas Instituições como diretrizes a serem seguidas;
- A categoria de análise: é um grupo de grandes características referentes aos aspectos avaliados com dimensões variadas. Para o INEP (2013), seus instrumentos podem ser constituintes nas avaliações dos cursos

de graduação: pelo perfil do corpo do docente, a organização didático-pedagógica e instalações físicas que se referem à biblioteca universitária que, por sua vez, abrangem os indicadores espaços, acervos e serviços que são considerados para a avaliação da categoria “instalações físicas”. Segundo Lubisco (2011), o Governo Federal avalia os cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, através de três dimensões, ou categorias de análise, quais sejam, o corpo docente, a organização didático-pedagógica e as instalações das unidades de ensino. Na UFPB, pode ser representado pela análise da biblioteca universitária do sistema da Instituição.

➤ Os indicadores: como medidas de estimas que abrangem perspectiva valorativa ou/e normativa. Sendo representada algumas vezes em bibliotecas, por uma concepção bibliometria, pela quantificação do acervo, isolado, sem buscar compreendê-lo. Na concepção das avaliações dos cursos de graduação pelo MEC/INEP utilizam três indicadores para qualificar a existência da biblioteca universitária: o acervo, os espaços e os serviços. Nesta perspectiva, há de levar em consideração a compreensão dos aspectos intersubjetivos pelos avaliadores, que são educadores e pesquisadores das Instituições Federais de Ensino Superior. Para Bauer e Sousa (2015), o processo de definição de indicadores é complexo não só porque condensa a noção de qualidade que se está tomando como referência para avaliação. Neste sentido, os aspectos e elementos que compõem os indicadores, são delineados com discussões políticas e técnicas que favoreceram a funcionalidade e operacionalidade institucional;

➤ Os critérios: como requisitos de confronto, temos os quantitativos e os subjetivos. Os quantitativos muito presentes no setor público por representar o dado real, bruto objetivo; e os subjetivos construídos socialmente, com os agentes da educação. Segundo Lubisco (2007) os critérios são especificações dos elementos que servem de base para avaliação (juízos, comparação ou apreciação) e para atribuir uma nota a um indicador. Deste modo, pode ser compreendido pelos aspectos tangíveis e ou intangíveis construídos e eleitos como importantes para os indivíduos e as instituições.

Para oferecer mais clareza o MEC junto com o INEP e suas secretarias divulgam portarias e notas técnicas para unificar e padronizar o entendimento sobre os indicadores e critérios avaliatórios, a exemplo das recentes Notas Técnica nº 14/2014 - CCGCGIES /DAES /INEP /MEC e a nº 023/2015 da DAES/INEP, ambas atualizadíssimas e importantíssimas para os processos avaliatórios das bibliotecas universitárias e o seu planejamento institucional.

Do mesmo modo, merece destaque as investigações quantitativa e qualitativa simultaneamente, pela possibilidade de enriquecimento da pesquisa em bibliotecas universitárias. Primeiro por que representa os dados mensuráveis e objetivo sobre a realidade e, paralelamente, admite-se a construção intersubjetiva muito presente no meio acadêmico, com debates, opiniões e participações mais ampla da comunidade acadêmica, desse modo, valorizando a cultura acadêmica dentro das bibliotecas da instituição. Explica Dias Sobrinho (2011, p35) que “os membros da comunidade universitária devem ser preocupados pela dimensão pedagógica das atividades e das relações que se desenvolvem numa Instituição educativa”, assumindo, dessa forma, o exercício pleno da cidadania.

Há outros elementos importantes na compreensão e padronização no desenvolvimento de um modelo de avaliação de bibliotecas universitárias. Conforme Barbosa e Franklin (2011), a qualidade pode ser compreendida como recurso estratégico para um bom desempenho organizacional, todavia a ausência de instrumento dessa natureza exige uma sensibilização mais contundente na Universidade para sua maturação.

Assim sendo, a natureza e perspectiva que todo processo avaliatório carrega consigo, variáveis como qualidade e valor, na busca de aperfeiçoamento e melhoria que todo processo almeja. Faz jus apresentar alguns modelos balizadores.

3.1 Modelos e Diretrizes de Avaliação de Bibliotecas Universitária: contribuições relevantes

Acerca da Universidade outra compreensão é que se trata de uma instituição multidisciplinar, caracterizada pelo ensino, pesquisa e extensão, e sendo corresponsável pelo desenvolvimento político, econômico, cultural, tecnológico e social. O seu quadro é formado por docentes, discentes e técnicos administrativos, organizados como uma comunidade acadêmica que tem em comum o fato de

produzir e consumir diariamente conhecimento científico, que pode ser identificado nos produtos e serviços produzidos, ofertados e disponibilizados a ela e à sociedade em que está inserida. Sobre essa questão, cabe a definição de que:

Enquanto grupo gerador e consumidor de conhecimento à comunidade universitária necessitam de atualização sistemática e permanente para incrementar sua formação e, por conseguinte, atingir melhor desempenho. Para alcançar o nível desejado de desenvoltura frente à aquisição de novos conhecimentos e aperfeiçoamento necessário para o êxito profissional, discentes e docentes [e técnicos administrativos] necessitam de um sistema de informação dinâmico, apto a fornecer informações de modo rápido e preciso. (TORRES, 2002, p. 53)

Ao considerar este fato, ressalta-se a importância das bibliotecas universitárias para as Instituições de Ensino Superior, para o desenvolvimento do país e, dessa forma, para a humanidade.

Neste cenário, estão inseridas as bibliotecas universitárias, segundo Fonseca (2007, p.53) “a biblioteca universitária fornece infraestrutura bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela Universidade”. Neste sentido, ela representa um caráter pedagógico, essencialmente o de inovar, pois se integra à Instituição de ensino, a pesquisa e a extensão que os abriga, representando-lhes a interface informacional e acadêmica, técnica e científica, pessoal e impessoal.

Partindo deste pressuposto, a biblioteca universitária pode ser compreendida como um acervo bibliográfico ou não, adquirido e produzido pela instituição, e que serve de subsídio para a comunidade acadêmica – visto que possibilita uma formação acadêmica mais autêntica – e para a democratização e disseminação do conhecimento. Entretanto, para Carvalho (1981), a biblioteca foi criada mais para regulamentar, de acordo com a legislação, o funcionamento dos cursos acadêmicos. Ela existe, de fato, mais por obrigação legal para o funcionamento e o reconhecimento dos cursos do que para servir ao aperfeiçoamento da comunidade acadêmica.

É importante destacar que há ainda outras compreensões sobre a expansão da biblioteca universitária. Nesse sentido, preleciona Carvalho (1981, p.17):

[...] as bibliotecas universitárias se constituíram, pois, de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, pequenas, que mantinham seus acervos fechados, inertes, organizados de forma artesanal e intuitiva. Por se

considerarem “auto-suficientes” qualquer esforço cooperativo era reprimido, e todas elas enfrentavam a mesma sorte de carências, sem voz, totalmente apagadas e alheias às atividades desenvolvidas por outras bibliotecas e pela própria universidade.

Esse entendimento resgata e revela o progresso das bibliotecas. Para Silva e Araújo (2003, p48), “a história da biblioteca é a mesma do registro da informação, identificada pela própria história do homem”. Evoluída para ambiente privilegiado restrito, tornando-se pública, até chegar ao século seguinte com as denominadas bibliotecas universitárias.

Nesse sentido, a biblioteca universitária atua como porta de entrada para a construção e o desenvolvimento do mundo da informação e do conhecimento indispensável à comunidade acadêmica, e seus profissionais devem estar atentos a todos os aspectos relacionados à busca da qualidade e à otimização dos recursos pela Instituição.

Diante do que foi exposto, portanto, pode-se perceber a importância do processo de avaliação para o desenvolvimento das bibliotecas. Cabe ressaltar, nesse sentido, que a avaliação não é neutra e carrega consigo o radical de valor. Segundo Ristoff (2011, 44) “é uma concepção impregnada de valores, sejam eles científico-técnicos, didático-pedagógicos, atitudinais, éticos, políticos ou outros”.

Sobre esse tema, Carvalho (2005, p.25) destaca “a função da avaliação para a biblioteca é a de subsídio ao planejamento tanto na fase de elaboração do plano, programa ou projeto, quanto na fase de implementação das ações”. Observa-se, portanto, que tal dinâmica faz parte do cotidiano do gestor de biblioteca.

Nesse cenário de reforma e escassez de recursos para educação, o processo não pode ser renegado, nem limitado ao utilitarismo imediato, objetivo e sintético já que os processos e instrumentos de avaliação caracterizados pelo SINAES costumam focar principalmente duas perspectivas. De acordo com Dias sobrinho, (2008, p.82) são elas: “a metacognitiva e a metaorganizacional”, muito presente em ambientes acadêmicos. O primeiro faz referência aos atores sociais, sua importância na construção e o outro à complexidade organizacional da instituição, que exige conhecer para determinar sua missão.

Neste sentido, o sistema que vigora as bibliotecas universitárias exigem a participação e a colaboração acadêmica e da sociedade. No seu Artigo 3º, Inciso III do SINAES enfatiza que as bibliotecas universitárias brasileiras possuem como

responsabilidade social sua contribuição em relação à inclusão social e ao desenvolvimento econômico.

No Brasil, a preocupação com as bibliotecas universitárias, identificada na década de 1990, pode ser compreendida pelo Decreto nº 98.964 que institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, conhecido como PROBIB. Segundo o Art. 1ª e inciso III “relacionava o compartilhamento dos recursos disponíveis, através de mecanismos específicos e redes que interliguem as bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa”. Em 2001, com a criação do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, houve uma unificação desse espaço dedicado à divulgação de periódicos, representando um grande avanço das bibliotecas universitárias.

Vale mencionar que a colaborações dos colóquios e associações sobre a temática, bem como a coparticipação de alguns precursores como Edson Nery da Fonseca (*im memoriam* 2014), Maria Luísa Monteiro da Cunha (*im memoriam* 1980) e Antônio Miranda que contribuíram com o progresso das bibliotecas universitárias com a criação do Seminário Nacional de Biblioteca Universitária (SNBU) em 1978 ainda hoje em vigor, na vigésima nona edição (2016, Manaus-AM) e o Programa Nacional de Biblioteca Universitária (PNBU) em 1986 com seis Macros funções, doze diretrizes e quarenta seis ações, ambos importantíssimos para a evolução das bibliotecas universitárias brasileiras.

No cenário internacional, pode destacar a importância da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e bibliotecas (IFLA– International Federation of Library Associations and Institutions) instituídos em 1927, na cidade de Edimburgo, na Escócia. Uma organização não governamental sem fins lucrativo, que colabora no cenário internacional com pesquisa sobre a área de biblioteconomia, diretrizes e sugestões sobre bibliotecas e recomendações profissionais. Há escritórios regionais no Brasil localizado no Rio de Janeiro. Sua organização está representada em Oito Divisões, Trinta e Três Seções e Onze Mesas Redondas. Realiza-se um congresso anualmente, com oficinas e seminários em escala mundial. Neste ano de 2016 realizou o 82º Congresso mundial da IFLA em Columbus Olhio (EUA) nos dias 13 a 19 de Agosto. Além de eventos, a organização também publica periódicos com suas atividades e políticas, o que por sua vez vem proporcionando um intercâmbio de ideias e soluções para problemas globais referentes ao tema. Segundo a IFLA:

O International Federação de Associations Library e Instituições (IFLA) é o principal organismo internacional que representa os interesses de biblioteca e serviços de informação e seus usuários. É a voz global da biblioteca e profissão de informação (2016, p.1).

Neste sentido, a Universidades e seus profissionais da informação devem estar atentos às demandas informacionais da área em escala mundial. De acordo com Lubisco (2011,p.19) “ressaltar que o cenário de obscuridades das bibliotecas universitárias necessitava de discussões, aperfeiçoamento e colaborações acadêmica e técnica compartilhada pelos eventos realizados sistematicamente no país”.

Exporemos abaixo um breve panorama dos aspectos tradicionais de bibliotecas para uma melhor compreensão, conforme Silva e Araújo (2003):

Quadro 04 – Panorama dos aspectos tradicionais de biblioteca

Tipologia	Segundo a	Finalidade: Nacionais, Públicas; Universitárias-Centralizada ou Descentralizada, na UFPB Central e Setorial; Especializada; Escolares, Infantis e Especiais.
		A Natureza da Coleção: gerais ou especializadas.
		A Entidade Mantenedora: Públicas: federais estaduais e municipais, e Privadas.
		Funções
1º) Reunir		Seleção Aquisição > Compra, Doação e Permuta Tombamento Conservação
2ª) Organizar		Classificação, Catalogação e Preparação
3ª) Difundir		Consulta Empréstimo Referência e Extensão.

Fonte: Silva e Araújo (2003,p23)

Essas são apenas algumas funções básicas da biblioteca. Uma compreensão clássica é do pensador indiano Shiyali Ramamritam (1892-1972) que vigora até os tempos atuais. Ranganathan apud Zandonade (2009, p.32), conhecido como o -“Pai da biblioteconomia” -, foram lançadas em 1932, trata das cinco leis fundamentais instituídas para a Biblioteconomia:

- ✓ Os livros são para usar - o livro é um meio que impulsiona o conhecimento;

- ✓ Todo leitor tem seu livro – disponibilidade – estudo do usuário;
- ✓ Todo livro tem seu leitor - referem-se à disseminação da informação, em que se devem divulgar os livros existentes em cada biblioteca;
- ✓ Poupe o tempo do leitor - a arrumação e catalogação dos documentos diminui o tempo necessário para encontrar a informação desejada; e
- ✓ Uma biblioteca é um organismo em crescimento – muito contundente no meio acadêmico.

Nesse sentido, esses princípios para bibliotecas, na perspectiva político-filosófica são muito atuais na sociedade moderna, caracterizado pela sociedade da informação e do conhecimento. Todavia, serão apresentados protótipos balizadores de avaliação que incorporem aos dias atuais.

As bibliotecas universitárias são submetidas às regras de aceitação social, ou seja, sua permanência no ambiente produtivo e regulado pela demanda social, tendo em vista que produzem serviços e produtos voltados para o bem-estar da sociedade. [...] que sejam eficazes na prestação do serviço ou produto que entregam ao usuário e eficientes no uso dos recursos, usando-os de modo rentável e produtivo (BARBOSA E FRANGLIN, 2011, p.32)

Nesse intuito, apresentam-se alguns modelos tomados como referência como a proposta resumida de avaliação de bibliotecas universitária na Tesis doctoral – La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora de autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco e orientação da Dr^a Ana Reyes Pacios Lozano, defendida na Universidad Carlos III de Madrid em 2007.

O referido modelo se baseia no instrumento adotado pelo INEP (2006), mas seu conteúdo foi formulado levando em conta diferentes trabalhos (outros modelos de referência adaptados à realidade brasileira) de representantes de Bibliotecas Universitárias ibero-americanas, compostos pelos Países: Espanha, Portugal, Argentina, Colômbia, Chile, Venezuela, México e Brasil. (Lubisco, 2007, p.1)

Apresentação de diretrizes do modelo de avaliação de bibliotecas universitárias brasileiras propostas em 2007.

Quadro 05 – apresentação do grupo de indicadores e indicadores do modelo de avaliação

GRUPOS DE INDICADORES	INDICADORES
ADMINISTRAÇÃO (ADM)	✓ Desenvolvimento institucional do ponto de vista do órgão coordenador do sistema de bibliotecas; ✓ Planejamento e avaliação; ✓ Formação do pessoal; ✓ Espaço físico; ✓ Funcionamento;

	✓ Infraestrutura; ✓ Segurança e condições ambientais.
CONTEXTO ACADÊMICO (CAC)	✓ Usuários; ✓ Pessoal da biblioteca (RH).
FORMAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO TÉCNICO DAS COLEÇÕES (FDC)	✓ Seleção bibliográfica; ✓ Aquisição bibliográfica; ✓ Catalogação; ✓ Acessibilidade da coleção.
SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO USUÁRIO (SAL)	✓ Tipos, quantidade e qualidade.

FONTE: Tese Lubisco 2007, elaboração sucinta e tradução nossa.

Este quadro representa a síntese do modelo proposto com um conjunto de funções e condições de funcionamento de bibliotecas universitárias que teve a participação de várias instituições e seus profissionais, educadores, pesquisadores e apoio de agência de fomento brasileira.

Portanto, trata-se de um importante parâmetro para as bibliotecas universitárias quando amplia a compreensão da categoria com grupos de indicadores atrelados as avaliações oficiais do Ministério da Educação (MEC) para a categoria - biblioteca universitária e abrange novas perspectivas, valorizando a missão da biblioteca universitária acoplado à comunidade acadêmica.

Simultaneamente, apresenta-se o modelo de avaliação de biblioteca universitária, segundo o documento final do Primeiro Seminário - Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira, em Salvador no ano de 2008.

Evento pioneiro na Universidade Federal da Bahia. Apoio da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitária (CBBU) e da própria Instituição, patrocinado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Vale destacar que a UFPB teve a participação com a diretora do SISTEMOTECA: Sonia Suely Araújo Pessoa. Segundo Lubisco (2009, p.17), “os resultados apresentados falam por si, e o modelo original perde sua autoria e passa a ser uma obra coletiva, cujo conteúdo pode ser apropriado por cada IES e, em seu âmbito, sofrer os necessários ajuste a cada realidade”.

A metodologia para elaboração do modelo se deu na dinâmica de workshop, com os coordenadores-reletores: Maria Carmen Romcy de Carvalho, Telma de Carvalho, Valéria dos santos Gouveia Martins e Waldomiro Vergueiro todos docentes e pesquisadores da área da biblioteconomia. A seguir parte do modelo tirado do documento base.

Quadro 06 – modelo de avaliação de biblioteca universitária: sugestões e justificativas

SUGESTÕES	ACATADA SIM OU NÃO	JUSTIFICATIVA OU COMENTÁRIO
Orçamento determinado para biblioteca representada regimentalmente um mínimo	Acatado	Compreensão positiva de suas bibliotecas – Avaliação periódica dos cursos.
Horário de funcionamento: ininterrupto	Acatado	Coerente com a funcionalidade de biblioteca - era uma demanda reprimida.
A vinculação orçamentária para biblioteca	Não acatado	Falta de autonomia financeira - perda de recursos pelas universidades.
Rampa de acesso para deficientes físicos, segundo a NBR 9050	Acatada em parte	Tendo em vista a possibilidade de mudança na norma ou legislação, optou-se por generalizar – Rampas de acesso para deficientes físicos, segundo as normas da ABNT e a legislação em vigor.
As bibliotecas contam com serviço de fotocópias para uso interno e para os usuários, mediante autosserviço	Não acatado	Mediante autosserviço equivale a direitos autorais –rever os conceitos de direitos autorais.
Não considerar os estagiários como recursos humanos da biblioteca	Não acatada	Mesmo que o tema dependa de uma política da IES, considera-se importante as bibliotecas atuarem como laboratório

		para estudantes de biblioteconomia e portanto, incluem os estagiários tanto para seu aprendizado, como para servir de modelo para outros cursos da IES.
Nível de capacitação do usuário	Acatada	Como você se percebe ao usar a biblioteca: A) autônomo – não necessito de ajuda, conheço todos os serviços; B) muito familiarizado – conheço os serviços, manejo o catálogo, mas não localizo bem o material; C) medianamente familiarizado – não conheço bem os serviços, tenho alguma dificuldade para obter o que quero; D) dependente – necessito recorrer os funcionários da biblioteca para tudo

Fonte: Documento base do Seminário (2008, p.26).

Com esses modelos tomados como referência, apresentado de forma sucinta, pretende-se que a biblioteca universitária da UFPB logre seu status acadêmico-pedagógico e em consequência desenvolva seu próprio modelo de avaliação. Em conformidade com Lubisco (2011, p.18)

Adotando-se como uma ferramenta de apoio ao planejamento, à gestão e a auto avaliação das bibliotecas para elas, não só cumpram suas funções e enfrentem a avaliação externa, mas para que se inspirem e sejam vistas na Universidade como um recurso pedagógico indispensável de apoio ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa.

Neste sentido, o processo metodológico enquanto caminho escolhido e construído, premissa básica no desenvolvimento do relatório técnica de pesquisa e da mesma forma do modelo de avaliação possibilitam a realização dos objetivos propostos desse trabalho, cujas etapas serão descritas a seguir quando trilharmos os preceitos metodológicos desta pesquisa.

4 considerações metodológicas

O trabalho de pesquisa não é de natureza mecânica, muito menos apenas técnica; exige do estudante iniciativa, metodologia, originalidade, persistência e dedicação ao estudo, requer também humildade em todos os aspectos e procedimentos. De acordo com Rudio (2011, p.42)

O trabalho de pesquisa é obra de criatividade que nasce da intuição do pesquisador e recebe a marca de sua originalidade, tanto no modo de empreendê-la como no modo de comunicá-la. Dando a cada ser a oportunidade de manifestar sua iniciativa e seu modo próprio de expressar-se.

A partir do que foi apresentado, pode-se dizer que o procedimento metodológico é uma das etapas mais importantes da pesquisa, haja vista que busca alcançar os objetivos propostos e a finalidade da pesquisa, como também determina as etapas a serem seguidas de forma sistemática.

Neste contexto, o estudo se insere ao programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior (MPPGAV), pertencente à linha dois do Programa: gestão, avaliação e financiamento da educação superior. O trabalho tem como intuito o de fortalecer as ações institucionais, favorecendo o direcionamento e redirecionamento das políticas públicas institucionais da educação superior. O relatório técnico, objeto dessa pesquisa, apresenta, por sua vez, uma aplicação prática para geração de conhecimentos dirigidos à solução de um problema específico, no âmbito do sistema de bibliotecas universitárias.

Deste modo, as etapas do trabalho foram interligadas e sistematizadas em consonância com os objetivos propostos e com a finalidade do relatório, caracterizadas como projeto piloto de avaliação da biblioteca universitária da UFPB.

4.1 Caracterizações da pesquisa

A pesquisa foi fundamentada com um referencial teórico que abordou conceitos e aspectos essenciais ao estudo, como também os documentos normativos do MEC/INEP sobre bibliotecas universitária, necessária à compreensão do assunto.

A pesquisa caracteriza-se como de campo e exploratória. Primeiro, pela necessidade de trabalhar dados e fatos colhidos da própria realidade ambiental, e da mesma forma, pela necessidade e importância de um maior aprofundamento, examinando aspectos objetivo e subjetivo do tema em estudo sobre a percepção dos sujeitos. Pois, o tipo exploratório refere-se à familiarização e estudo da problematização com um propósito de um maior aprofundamento do estudo, porém, neste sentido, é importante ressaltar a afirmação de Triviños (2010, p. 109)

Pensa-se que a realização de um estudo exploratório, por ser aparentemente simples, elimina o cuidadoso tratamento científico que todo investigador tem presente nos trabalhos de pesquisa. Este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionário etc., tudo dentro de um esquema elaborado com a severidade características de um trabalho científico.

Dessa forma, entendemos o estudo exploratório pelo o pioneirismo da investigação com um propósito de elaboração de um projeto piloto, que ajudará a uma melhor compreensão sobre o objeto da pesquisa. Nesta perspectiva, a abordagem qualitativa torna-se imprescindível. De acordo Richardson (2009, p.79): “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. O caráter qualitativo se solidifica por obter opiniões, descrevendo fatos reais e interpretando respostas de forma sistemática e metodológica.

Nesse contexto, deve-se considerar que a abordagem qualitativa está atrelada à especificidade do conteúdo, essência e abrangência dos fatos. Conforme afirmação de Minayo (2004, p.102) “A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais à abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos”.

Neste sentido, a abordagem do tipo qualitativo nos fornece subsídio para a interpretação e uma maior compreensão dos dados e das informações sobre a pesquisa realizada. Vieira (2008, p.99) explora o conceito de pesquisa qualitativa quando diz que:

O pesquisador busca, basicamente, levantar as opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes da pesquisa. Para isso, procura interagir com as pessoas, mantendo a neutralidade. Não se pretende que a pesquisa qualitativa seja generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão sobre a qual as informações disponíveis são, ainda, insuficientes.

Assim, a abordagem qualitativa com sua natureza subjetiva apresenta a compreensão dos dados e informações sobre a percepção dos sujeitos, desde que tenha obedecido aos procedimentos metodológicos sistematizados, haja vista, que o conhecimento científico é construindo socialmente, não por especulações, mais com ações ética e compromisso social.

4.2 Delimitações do campo de pesquisa

O campo da pesquisa pode ser qualificado como o ambiente a ser investigado. Minayo (2004, p.105) entende por campo, “o recorde espacial que corresponde à abrangência dos fatos”. Neste sentido, consideramos como campo de pesquisa as bibliotecas universitárias da UFPB, que formam o sistema de biblioteca da Instituição.

Ademais, cabe destacar que a pesquisa foi autorizada apenas após o envio da solicitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Ética da Instituição em Pesquisa – CONEP em anexo apêndice A.

Compreendem nosso campo de pesquisa: Campus I (João Pessoa): a Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais dos Centros de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN); Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes (CCHLA); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Médicas (CCM); Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA); Centro de Educação (CE); Centro de Tecnologia (CT); Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR); Hospital Universitário Lauro Wanderley (HU); Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – (NDHIR) e Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH); Campus II (Areia): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias (CCA); Campus III (Bananeiras): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA); E Campus IV (Mamanguape e Rio Tinto): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE).

A partir daí, designamos o universo da pesquisa, que é definido por Barros e Lehfeld (2010, p.58) como “o conjunto, a totalidade de elementos que possuem determinadas características, definida para um estudo. Cada unidade ou membro do

universo denomina-se elemento que possuem determinadas características, definidas para um estudo”. Esta definição faz menção ao ambiente a ser pesquisado e seus respectivos sujeitos. Portanto, devemos considerar todos os elementos de uma classe em estudo.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Inicialmente, o nosso propósito era trabalhar com a maioria dos usuários (diretos e indiretos) da Universidade, que necessitam dos serviços da biblioteca universitária, bem como a maioria dos profissionais bibliotecários(as) da Instituição, mas devido às dificuldades de acessibilidade, ao tempo exíguo da pesquisa e aos escassos recursos financeiros, isso não foi possível. Assim, escolhemos sujeitos que representam várias percepções da instituição de ensino superior e responsabilidade de suas bibliotecas universitárias, assinalado pelos profissionais bibliotecários(as) com experiências profissionais em mais de uma biblioteca universitária, concernente há vários Centros e/ou Instituições, que possibilitam experiências sobre diversas percepções e perspectivas.

A escolha dos profissionais se deu por representarem a ótica de quem oferecem os serviços documentais e informacionais em bibliotecas universitárias e tem muito a contribuir com os temas em análise pela experiência e vivência profissional. Pois, os profissionais trabalharam sobre outras realidades, representados sobre as Instituições de Ensino Superior como: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto Federal de Pernambuco, Instituto Federal do Sertão Pernambucano; bem como a UFPB e suas bibliotecas setorial e central, no interior e na Capital.

Assim, os sujeitos da pesquisa com esses requisitos de experiências profissionais diversificados, totaliza-se um universo de 18 sujeitos, caracterizado como bibliotecários(as) da Instituição por facilitar a participação voluntária na pesquisa. Vale destacar, que a relação com os nomes e dados profissionais foi solicitada a Pró-reitoria de gestão de pessoas - PROGEP e atendido prontamente, conforme Requerimento, representado pelo apêndice B.

Paralelamente, para o diagnóstico dos serviços ofertados pelo SISTEMOTECA foram utilizados os seus respectivos bibliotecários(as) ou servidores lotado na biblioteca, para socializar os serviços disponíveis, contribuindo para conhecermos o sistema na UFPB.

Neste contexto, apresentam-se as técnicas de pesquisa que representam a efetivação da ação, já que as técnicas são os procedimentos operacionais que servem de ação prática para a realização da pesquisa. Severino (2007, p.121) destaca que “Técnicas de pesquisa são procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas”.

4.4 Instrumentos de pesquisa e procedimentos de coletas de dados

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: o formulário e o Questionário.

4.4.1 o formulário: é um meio de obter dados e informações reais, sobre a tutela do pesquisador ou pesquisado, orientado a preenchê-lo.

A princípio, o propósito era utilizar a técnica do grupo focal, que valoriza a comunicação horizontal dos participantes na condução da pesquisa de natureza qualitativa, realizado por grupos de voluntários. Os sujeitos aceitaram o convite, mas os encontros não foram satisfatórios, presencial, nem *on-line* com apenas três participantes. Vale enfatizar, que a greve dos servidores técnicos na Instituição no mesmo período letivo desfavoreceram os encontros e reuniões preliminares com os convidados, que a pesquisa científica exige para um melhor resultado.

Assim, o formulário foi escolhido por representar dados e informações de fácil preenchimento presencial ou *on-line*. Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p.22) “o formulário é um inventário ou lista informal que se destina a coleta de dados resultantes quer de observações quer de interrogações feito pelo próprio investigador ou preenchido pelo pesquisado”.

A utilização do formulário proporciona um levantamento da realidade institucional, em particular, do sistema de biblioteca. Entretanto, há algumas vantagens e limitação neste instrumento. Para Gil (2010):

As vantagens são: pode ser aplicável aos mais diversos segmentos da população; possibilita a obtenção de dados facilmente tabuláveis

e quantificáveis; Sua Limitação: não garante o anonimato e tem alcance limitado, não Possibilitando a obtenção de dados com maior profundidade.

Neste sentido, o formulário em questão foi construído (Apêndice C), a partir da relação dos serviços ofertados pela Biblioteca Central, representado no Plano de desenvolvimento Institucional em vigor.

Seu preenchimento coopera para diagnosticar as demais unidades de informações do SISTEMOTECA e seus respectivos serviços oferecidos por cada unidade do sistema.

Inicialmente, o planejado para a coleta dos dados com essa ferramenta de fácil preenchimento, de marcar e identificar, era ir ao ambiente *in loco*. Entretanto, a atual situação institucional, com várias bibliotecas setoriais fechada, impedindo a visita *in loco*. Foi possível o envio *on-line* do formulário nos meses de Novembro e Dezembro, e o contato pessoal e por telefone com o respectivo bibliotecário(a) do SISTEMOTECA ou servidor que trabalha na biblioteca. O respectivo preenchimento e devolução colaboraram para conhecermos o sistema de biblioteca da Instituição e seus respectivos serviços disponíveis a comunidade acadêmica.

A organização e análise dos dados aconteceram no mês de Dezembro, através da exposição descritiva básica, representada por gráficos e tabelas, após o recebimento dos formulários preenchido, com o Nome da unidade e serviços disponíveis, devolvido no prazo estimulado de 30 dias. Foram apresentados tabelas e gráficos, visto que são mensuráveis e facilitam uma análise dedutivamente objetiva.

4.4.2 E o Questionário: que pode ser compreendido como um conjunto de questionamento sistemático a ser respondido pelo sujeito da pesquisa. O intuito foi possibilitar a opinião e sugestão, a partir do ponto de vista dos pesquisados, que anota as respostas e os interpreta. Gil (2010) entende-se por questionário um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado e os caracteriza, como um instrumento de coleta de dados de natureza interpretativa, visto que, os dados obtidos são a partir das respostas dos pesquisados.

Neste sentido, o questionário é um instrumento viável que coopera com os objetivos da pesquisa. Para Silva (2012, p.23) há três tipos de questionários:

- 1) O questionário estruturado (ou fechado): as perguntas promovem

- uniformidade nas respostas ante um padrão de referência;
- 2) O questionário semiestruturado (ou misto): é idêntico ao anterior, mas acrescenta algumas perguntas abertas, possibilitando refletir e responder livremente. Sua função é possibilitar o surgimento de informações não previstas ou desconhecidas. Assim, tem um caráter exploratório, promovendo um conhecimento maior da população investigada;
 - 3) E o questionário não estruturado (ou aberta): apresenta a maioria das perguntas de forma aberta, dando ao informante a possibilidade de pensar sobre suas respostas e de expor seu pensamento livremente. Sua característica é a subjetividade porque permite ao sujeito discorrer sobre sua vivência e interpretação pessoal dos fatos, sendo ele quem domina o conteúdo da resposta. Este tipo de questionário é utilizado quando se deseja fazer um contato inicial para explorar o tema ou mesmo aprofundar algumas informações contidas nos questionários preenchidos, sobretudo nas perguntas abertas. Neste sentido, selecionam-se alguns indivíduos para responder, em geral, são pensadas como temas para um diálogo.

Destaca-se que o questionário escolhido foi o do tipo aberto, pelo favorecimento na livre interpretação e manifestação dos participantes da pesquisa. Segundo Silva (2012, p.47):

Esse tipo de pergunta é utilizado nas pesquisas exploratórias sobre o objeto ou para conjecturar o nível de conhecimento e a opinião do informante sobre o tema. Sua resposta pode aprofundar conteúdo e favorecer o maior conhecimento do fato e de seu próprio comportamento.

Assim, nesse processo, formado por sujeitos da instituição, pode favorecer novas ideias, contribuindo para o conhecimento acadêmico e institucional. Entretanto, há vantagens e limitação dessa ferramenta. Para Marconi e Lakatos (2010, p.184) Como toda técnica de coleta de dados, o questionário também apresenta vantagens e desvantagens:

Vantagens: economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; atinge maior número de pessoas simultaneamente; abrange uma área geográfica mais ampla; obtém respostas mais rápidas e mais precisas; há maior liberdade nas respostas em razão do anonimato; há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas; há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador; há mais tempo para responder e em hora mais favorável e há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento, obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Desvantagens: percentagem pequena dos questionários que voltam; grande número de perguntas sem respostas e a devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização.

Neste sentido, a elaboração do questionário com perguntas abertas, conforme Apêndice D em Anexo, baseou-se: Os três primeiros questionamentos nas diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)[Federação

Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas] para biblioteca e especificamente, a resolução que regula e orienta as bibliotecas da UFPB, ou seja, o SISTEMOTECA. E os três questionamentos seguintes são baseado na tese de Lubisco² (2007) aprimorado para nossa instituição.

A escolha do questionário não estruturado, com seis questionamentos abertos, foi por representar a possibilidade da livre iniciativa dos participantes, tendo como fundamento a ideia da contribuição dos indivíduos para a realização dos objetivos proposto dessa investigação. A finalidade é dá voz aos participantes da pesquisa na construção de uma ferramenta piloto na Instituição para o SISTEMOTECA, mesmo que, baseando em opiniões e sugestões de um grupo restritivo de profissionais.

Antes de iniciar a aplicação dessa ferramenta de coleta de dados, foi utilizado o pré-teste, em dois dias, com três participantes, caracterizado por profissionais bibliotecários(as) da instituição com vários anos de serviço – (tempo de serviço), mas que não se enquadrassem nos requisitos do universo pesquisado. Foi sugerido aplicar dois tipos de questionários: um questionário para a Biblioteca Central e outro para as Bibliotecas Setoriais. Entretanto, os questionamentos do questionário em elaboração não foram indagados, nem sobre clareza ou dificuldades dos vocabulários empregados. Diante das respostas não se percebeu tal necessidade, sendo utilizado apenas um tipo de questionário para todo universo. Os questionários foram aplicados no mês de Dezembro, *via online*, através dos e-mails e facebook com um universo de dezoito sujeitos, sendo o prazo de devolução dia 26 de Dezembro. Entretanto, apenas nove participantes devolveram no prazo estipulado. Para preservar o anonimato dos sujeitos da pesquisa, foram utilizados a identificação alfanumérica representada por B1, B2, B3, sucessivamente até B9, e suas respectivas respostas. A organização e análise dos dados exigem tempo e dedicação metodológica. Para Gil (2010, p.133)

O processo envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Pode ocorrer também a interpretação dos dados (estabelecer ligações entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, que sejam derivados de teorias, que sejam de estudos realizados anteriormente).

² Em Síntese quem é **LUBISCO**? Nome Nídia Maria Lienert Lubisco; Doutora e Pesquisadora da UFBA, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação; Líder do Grupo de pesquisa GEINFO: saberes e fazeres em gestão da informação e do conhecimento; Organizadora e Coordenadora do 1º Seminário de Avaliação de Biblioteca Universitária Brasileira em Salvador-BA (2008) com a participação de representante da UFPB. Atua com ênfase em avaliação de biblioteca universitária.

Assim, as apreciações representativa e interpretativa foram utilizadas, por corroborar para uma melhor compreensão. De acordo com Barros e Lehfeld (2010) “são processos que se complementam e acontecem com síntese, numa totalidade”. Entretanto, salienta-se que a coleta exige atividades vinculada e sistematizada. Segundo Sampieri (2006, p.286):

Coletar os dados implica três atividades profundamente vinculadas entre si. 1) selecionar um instrumento entre os disponíveis na área do estudo, na qual está inserido nossa pesquisa, ou desenvolver uma. Esse instrumento deve ser válido e confiável, do contrário não podemos nos basear em seus resultados; 2) aplicar esse instrumento, isto é, obter observações, registros ou medições de variáveis que são de interesse para o nosso estudo; e 3) preparar observações, registros e medições obtidas para que sejam analisados corretamente.

Neste sentido, coletar os dados é imprescindível. À medida que apreciam as concepções, ideias, opiniões e sugestões dos participantes da pesquisa. A escolha e construção desse instrumento de coleta de dados, de natureza interpretativa, tem a pretensão de conseguir extrair novas ideias e sugestões relevantes à pesquisa proposto.

Para análise dos dados foram nomeadas seis categorias, concebida por cada questionamento do questionário aplicado, enfatizando:

A MISSÃO: Propor a criação da missão, a partir do entendimento dos respondentes em conformidade com o SISTEMOTECA e as legislações que regem a instituição. A fim de com as relevantes sugestões, fosse consolidada uma missão a ser proposta;

A DOCUMENTAÇÃO: conhecimento dos pesquisados acerca da documentação legal interna e externa, que orienta e dá suporte constante a biblioteca universitária;

A ADMINISTRAÇÃO da biblioteca universitária: refere-se à função do gestor(a) e o entendimento dos aspectos obrigatórios e na perspicácia do sujeito pesquisado em adicionar aspectos relevantes;

A ESTRUTURA: física e funcional da biblioteca no intuito de conhecer características obrigatória, e paralelamente, na pretensão de aprofundarmos aspectos importantes;

OS RECURSOS HUMANOS: refere-se à equipe adequada para melhor satisfazer e representar os recursos e serviços da Biblioteca da UFPB;

e por último, os SERVIÇOS AOS USUÁRIOS da biblioteca: na pretensão de construirmos indicadores e aprofundarmos critérios relevantes para ser aplicado pela biblioteca aos usuários, foi sugerido a percepção dos participantes. Assim, as

perguntas abertas objetivaram aprofundar opiniões e sugestões, e demonstrar o conhecimento relacionado ao SISTEMOTECA que orienta e dá suporte a Universidade.

Assim sendo, as respostas dos colaboradores às questões abertas foram categorizadas de forma a atender aos objetivos pretendidos.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 163) para o enfoque qualitativo:

A 'coleta de dados é fundamental, cuja objetividade é obter informações de indivíduos em profundidade'. E a análise realizada levou em considerações a codificações e classificações, identificadas nos padrões ou similaridade nas respostas.

Neste contexto, com essa ferramenta de coleta de dados, não objetivava a exaustão do estudo, da pesquisa, mas colaborações significativa e representativa para esse relatório, cumprindo com os objetivos proposto. Concordando com Santos (2004, p.90) que “o principal resultado esperado de uma coleta de dados é a produção de conhecimento para o pesquisador”. Além da necessidade de ser socializada para comunidade científica.

De acordo com Andrade, os processos de análise e interpretação são distintos, mas que se inter-relaciona.

A análise e interpretação constituem dois processos distintos, mas inter-relacionados. Inicia-se a análise pela apresentação e descrição dos dados coletados. O objetivo da análise é organizar, classificar os dados para que deles se extraiam as respostas para o problema proposto, que foram objeto de investigação. A interpretação procura um sentido mais amplo nas respostas, estabelecendo uma rede de ligações entre os resultados da pesquisa, que são cotejados com outros conhecimentos anteriormente adquiridos. Andrade (2010, p.139)

Dessa forma, a interpretação apontou os pontos mais significativos identificados nas respostas, coletados, analisados e interpretados, obedecendo rigorosamente à metodologia utilizada e a finalidade da pesquisa.

Nesta lógica, buscam-se com a utilização do questionário, novas ideias que aparecem e as diferenças nas respostas, que confirma ou rejeita hipóteses iniciais, favorecendo a realização da pesquisa proposta. De forma a resumir, os aprendizados coletados em cada um dos seis tópicos extraídos do questionário, sintetiza os achados. Dessa forma, as respostas dos sujeitos pesquisados foram transcritos na íntegra, literalmente, conforme cada questionamento do questionário, valorizando as respostas dos respondentes, no intuito de aprofundar opiniões e

compartilhar sugestões na perspicácia de adicionar algo novo à temática estudada.

5. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO: modelo piloto de avaliação de Biblioteca Universitária

Neste capítulo, apresenta-se o relatório sobre três dimensões, que fortalece a perspectiva institucional de Biblioteca universitária. O primeiro, o modelo do processo avaliatório realizado pelo MEC/INEP, o segundo, contextualiza-se o sistema de bibliotecas da Instituição e os serviços disponíveis, e por fim o modelo embrionário de avaliação de biblioteca universitária da UFPB.

Neste primeiro momento, o modelo de avaliação de biblioteca universitária, apresenta os instrumentos adotados pelo MEC/INEP para as avaliações periódicas, sobre duas vertentes: as avaliações institucionais e as avaliações dos cursos de graduação, que reflete respectivamente sobre o Índice Geral de Cursos avaliados da Instituição - IGC e Conceito Preliminar de Curso - CPC, representando um padrão para todo o País e respectivamente as nuances do Estado avaliador. Neste sentido, serão apresentados os dois processos avaliatório.

5.1 As Avaliações Institucionais: Segundo MEC/INEP

As avaliações institucionais atualmente realizadas pelo MEC/INEP, caracteriza-se a biblioteca universitária pela infraestrutura pautada sobre a autoavaliação realizada pela própria Instituição e a avaliação externa *in loco*, que aferirá a execução do PDI e os dados e informações informados ao MEC.

Assim, com a finalidade de oferecer mais clareza ao modelo piloto de avaliação de biblioteca universitária será apresentada a terminologia de alguns termos empregado, segundo os instrumentos avaliatório adotado pelo MEC/INEP e seu glossário. Vale sublinhar, a definição e compreensão de alguns aspectos terminológicos já referidos e adotados nesta pesquisa.

AValiação INSTITUCIONAL: é um dos componentes do SINAES e está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A avaliação institucional divide-se em duas modalidades: 1) a autoavaliação, coordenada pela CPA e orientada pela diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação elaborado pelo INEP e

CONAES; 2) a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e nos relatórios das autoavaliações.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI: é o instrumento de planejamento e gestão. Ele considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do projeto pedagógico institucional, com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve para desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios, e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS: políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de seguir missão proposta pela IES, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES: refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, deverão ser verificados trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social. (MEC-SINAES-CONAES-INEP-DAES, pag. 32 à 38, 2014)

Segundo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065/2014: são cinco eixos que contemplam dez dimensões:

EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DIMENSÃO 1: MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
DIMENSÃO 3: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS
DIMENSÃO 2: POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.
DIMENSÃO 4: COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE
DIMENSÃO 9: POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO
 DIMENSÃO 5: POLÍTICAS DE PESSOAL
 DIMENSÃO 6: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO
 DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

EIXO 5: INFRAESTRUTURA
 DIMENSÃO 7: INFRAESTRUTURA FÍSICA

Neste sentido, os eixos em análise referem-se ao artigo 3º do SINAES e seus respectivos parágrafos, contemplando do primeiro ao décimo.

A nota técnica nº 14/2014 do MEC/INEP/DAES/CGACIES objetiva uniformizar o entendimento sobre os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa e outros aspectos. Deste modo, os conceitos, antes atribuídos a cada uma das dimensões, neste instrumento foi aferido, a cada um dos cinco eixos, de 1 a 5, da seguinte forma:

Quadro 07 - conceitos e descrição segundo o MEC

Conceito	Descrição
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M), NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/ MUITO BEM
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE

FONTE: MEC/INEP/DAES/CGACIES (2014, p.2)

Os indicadores contemplados pela biblioteca universitária referente a infraestrutura são três:

Quadro 08 – indicadores, notas e conceitos.

BIBLIOTECA: INFRAESTRUTURA FÍSICA	1	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca
	2	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os

		aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos plano de expansão física.
	3	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos plano de expansão física.
	4	Quando a infraestrutura física atende de maneira muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos plano de expansão física.
	5	Quando a infraestrutura física atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento

		educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnicos administrativos plano de expansão física.
BIBLIOTECA: SERVIÇOS INFORMATIZAÇÃO	E 1	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca
	2	(Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet consulta, reserva) informatização do acervo, bancos de dados, empréstimos, relatório de gestão e horário de funcionamento
	3	(Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet consulta, reserva) informatização do acervo, bancos de dados, empréstimos, relatório de gestão e horário de funcionamento
	4	(Quando os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet consulta, reserva) informatização do acervo, bancos de dados, empréstimos, relatório de gestão e horário de funcionamento
	5	(Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira excelente às necessidades institucionais considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia,

		acesso via internet consulta, reserva) informatização do acervo, bancos de dados, empréstimos, relatório de gestão e horário de funcionamento
BIBLIOTECA: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	1	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/ digital)
	2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/ digital) implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/ digital) implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/ digital) implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/ digital) implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

FONTE: MEC/INEP/DAES/CGACIES (2014)

Foram acrescentadas ao indicador 5.9 Bibliotecas – Infraestrutura física, os aspectos: condições para atendimento educacional especializado e nos aspectos

5.10 Biblioteca - Serviços e informatização houve o acréscimo de três aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, bancos de dados e relatórios de gestão. Com os mesmos pesos respectivamente já citados. Vale ressaltar, que há julgamento dos indicadores e aspectos em análise pelos avaliadores *in loco*, formados pelos Docentes do banco nacional de avaliadores do Sinaes (*Basis*) do INEP, conforme Portaria nº 1.027 de 15 de maio de 2006 para constituição de comissão de avaliação *in loco*.

Vale ressaltar, que são ao todo 16 indicadores referentes a infraestrutura e a biblioteca universitária é contemplada por esses Três indicadores. Todavia, faz necessário conhece-los os demais descritos a seguir de forma sucinta: Instalações Administrativas; Sala de Aula; Auditório(s); Sala(s) de Professores; Espaços para Atendimento aos Alunos; Infraestrutura para CPA; Gabinetes/Estações de Trabalho para Professores em Tempo Integral – TI; Instalações Sanitárias; Biblioteca: Infraestrutura Física; Biblioteca: Serviços e Informatização; Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo; Sala(s) de Apoio de Informática ou Infraestrutura Equivalente; Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação; Laboratórios; Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas: Infraestrutura Física; Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas: Serviços e Espaços de Convivência e de Alimentação.

Neste modo, as pontuações do eixo cinco infraestrutura para credenciamento da Instituição são de trinta pontos e credenciamento são vinte pontos distribuído pelo dezesseis indicadores.

A Nota Técnica nº 065-2014 de 09 de Outubro de 2014, do INEP- Divisão de Avaliação do Ensino Superior - DAES-CONAES: “objetiva destacar a relevância da autoavaliação das IES para a educação superior”. Assim essa mesma nota técnica credencia:

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas. É um processo de indução de qualidade da instituição[...],afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.(INEP 2014, p. 2)

Neste sentido, é importantíssimo manter-se atualizado e participar na

construção da avaliação institucional. Sendo a seguir apresentado outra modalidade de avaliação do MEC/UNEP: a dos cursos de graduação.

5.1.1 As avaliações dos cursos de graduação

As avaliações dos cursos de graduação referem-se ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC conforme portaria normativa, e em particular as bibliotecas da Instituição, que se referem entre outros itens, as bibliografias básica e complementar, periódicos especializados e outros aspectos. Conforme destaque a seguir dos documentos, indicadores e aspectos avaliados:

Quadro 09 - A Nota Técnica 023/2015 de 08 de Junho de 2015, atualizadíssima referente à bibliografia básica, do INEP- Divisão de Avaliação do Ensino Superior - DAES, com procedimentos para cálculo para exemplificar.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se Curso Superior Tecnologia, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passa a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5: Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais Identificar as unidades curriculares (disciplinas) do curso, identificar os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade, localizar o quantitativo (nº de exemplares) de cada título relacionado, dividir o nº de vagas pelo somatório de exemplares em cada disciplina, calcular a média dos resultados	1	1 Quando realizada a divisão entre o número de vagas anuais (pretendidas/autorizadas) e o total de exemplares de todos os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade curricular (disciplina) do curso e calculada a média desses resultados, o valor encontrado estiver entre 20 ou mais vagas por exemplares.
	2	2 Quando realizada a divisão entre o número de vagas anuais (pretendidas/autorizadas) e o total de exemplares de todos os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade curricular (disciplina) do curso e calculada a média desses resultados, o valor encontrado estiver entre 15 e menos de 20 vagas por exemplares.
	3	3 Quando realizada a divisão entre o número de vagas anuais (pretendidas/autorizadas) e o total de exemplares de todos os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade curricular (disciplina) do curso e calculada a média desses resultados, o valor encontrado estiver entre 10 e menos de 15 vagas por exemplares.
	4	4 Quando realizada a divisão entre o número de vagas anuais (pretendidas/autorizadas) e o total de exemplares de todos os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade curricular (disciplina) do curso e calculada a média desses resultados, o valor encontrado estiver entre 5 e menos de 10 vagas por exemplares.
	5	5 Quando realizada a divisão entre o número de vagas anuais

		(pretendidas/autorizadas) e o total de exemplares de todos os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade curricular (disciplina) do curso e calculada a média desses resultados, o valor encontrado estiver menos de 5 vagas por exemplares.
--	--	---

Versão Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - IACG presencial e a distância. Dimensão 3: Instalações físicas. FONTES: MEC-INEP-DAES (2015, p.3).

Vale ressaltar, que o cálculo é variável, de acordo com cada curso de graduação e finalidade, autorização ou renovação do reconhecimento do curso.

Quadro 10 - O manual do INEP/MEC refere-se à bibliografia complementar e periódica especializada respectivamente:

Indicador 3.7. Bibliografia complementar (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	Conceito	Critério de Análise
		1
	1	1 Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular.
	2	2 Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	3	3 Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	4	4 Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	5	5 Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
Indicador 3.8. Periódicos especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Para fins de autorização, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira:	Conceito	Critério de Análise
		1
	1	1 Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5

Conceito 1 – menor que 3 títulos Conceito 2 – maior ou igual a 3 e menor que 6 Conceito 3 – maior ou igual a 6 e menor que 9 Conceito 4 – maior ou igual a 9 e menor que 12 Conceito 5 – maior ou igual a 12		títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 anos. 2 Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	3	3 Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	4	4 Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	5	5 Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Brasília, março de 2015. Dimensão 3: Instalações físicas. FONTES: MEC-INEP (2015, p.4).

É importantíssimo conhecer a dimensão três infraestrutura que contemplam as instalações físicas, ou seja, a avaliação da biblioteca universitária sobre três indicadores, no total de vinte e dois, sintetizado a seguir: Gabinetes de Trabalho para Professores de tempo Integral - TI; Espaço de trabalho para coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos; Sala de Professores; Sala de Aula; Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática; Bibliografia Básica; Bibliografia Complementar; Periódicos Especializados; Laboratórios Didáticos Especializados: quantidade; Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade; Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços; Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático (Logística); Núcleo de Práticas Jurídicas; Núcleo de Práticas Jurídicas: Atividades de Arbitragem, Negociação e Mediação; Unidades Hospitalares e Complexo Assistencial Conveniado; Sistema de Referência e Contrareferência; Biotérios; Laboratório de Ensino para Área da Saúde; Laboratórios de Habilidades;

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP); e Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA). Segundo o Inep Portaria nº 08/2015: os pesos referentes a infraestrutura que faz parte a biblioteca universitária são: para Autorização de Curso peso 40 e ou reconhecimento e renovação de reconhecimento peso 30 distribuído por esses vinte e dois indicadores, e do mesmo modo, há variações de pesos e indicadores de acordo com avaliação de certos cursos de graduação e suas particularidades.

E outros aspectos a serem considerados na avaliação dos cursos de graduação: Bacharelado e Licenciatura são, segundo manual de verificação *in loco* das condições institucionais do MEC/INEP 2014: as instalações equipadas para o acervo da biblioteca, que incorporam concepções arquitetônicas, tecnológicas e de acessibilidade, bem como dimensão, limpeza, manutenção, acústica, ventilação, segurança, conservação, conforto, horários de atendimento e espaços para estudo individuais e em grupo. Vale destacar sobre esses aspectos que é respondido pelo representante da biblioteca, mas também pela sua intersubjetividade de quem avaliam *in loco*.

Para uma melhor compreensão e enriquecimento será apresentado a nomenclatura utilizado pelo MEC/INEP de alguns Termos em proeminências ao estudo, segundo seu próprio glossário:

AVALIAÇÃO: é o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida 9art. 8º Decreto nº 5.296/04;

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL: refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras;

ACESSIBILIDADE NAS COMUNICAÇÕES: eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual 9acessibilidade digital);

ACESSIBILIDADE DIGITAL: Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS –DCNs–são normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação –CNE que asseguram a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das

IES na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos. As DCNs têm origem na LDB e constituem referenciais para IES na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos, possibilitando definir múltiplos perfis profissionais e privilegiando as competências e habilidades a serem desenvolvidas (parecer CNE/CES 67/2003). Os currículos dos cursos devem apresentar coerência com as DCNs no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação teoria e prática, assim como aos conteúdos obrigatórios, à distribuição da carga horária entre os núcleos de formação geral/básica e profissional, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO- PPC: é o documento orientador de um curso que traduz as políticas institucionais com base nas DCNs. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

UNIDADE CURRICULAR: é uma unidade de ensino com objetivos de formação próprios, correntemente designados por cadeiras ou disciplinas. (MEC/INEP/DAES, 2015)

Vale destacar, a mais recente Nota técnica nº 008/2015 de 04 de Março de 2015 do DAES-INEP, traz uns novos aspectos sobre a biblioteca universitária, como a obrigatoriedade da brinquedoteca para a pedagogia, e outros exemplos para avaliação, farmácia universitária para os cursos de farmácia e fazenda escola para os cursos de agronomia e zootecnia,

Neste sentido, há a padronização de todo processo avaliatório, representado pelos anseios do Estado Avaliador. Entretanto, o SINAES política de estado, enquanto sistema permite compreensões e concepções formativas das Instituições e suas bibliotecas universitárias. Dias Sobrinho (p.15, 2011) “a Universidade é uma instituição social de carácter essencialmente pedagógico. Compreender isso ajuda a melhor perceber a dimensão institucional da avaliação”.

Assim, as abordagens às bibliotecas universitárias referente a infraestrutura física e instalações físicas se dão: na auto avaliação e avaliação Institucional externa *in loco* e na avaliação dos cursos de graduação segundo o SINAES/MEC/INEP, artigos 3ª e 4ª respectivamente. A Portaria Normativa nº 40 de 12 de Dezembro de 2007, republicada em 2010, no seu Artigo 15º, parágrafo 5º a comissão de avaliação, na realização da visita *in loco*, aferirá a exatidão dos dados informados pela instituição, com especial atenção ao Plano de Desenvolvimento

Institucional - PDI, quando se tratar de avaliação institucional, ou PPC, quando se tratar de avaliação de curso. Cooperando com o entendimento do MEC/ INEP/ CONAES/Sinaes.

5.2 Avaliações diagnosticam do SISTEMOTECA: contextualizando o sistema na Instituição.

Conforme o preenchimento e recebimento do formulário aplicado *online* em cada biblioteca da Instituição, inventariando os serviços ofertados e diagnosticando a real situação. Foi levantada a seguinte situação

Legenda da Tabela, apresentada a seguir:

Campus I (João Pessoa): Biblioteca Central (BC); e as setoriais:

Biblioteca Setorial do Centro de Ciência Exata e da Natureza (CCEN);

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras e Artes (CCHLA);

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde (CCS);

Biblioteca Setorial do Centro de ciências médicas (CCM);

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA);

Biblioteca Setorial do Centro de Educação (CE);

Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia (CT);

Biblioteca Setorial do Hospital Universitário (HU);

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – (NDHIR);

Núcleo de Direitos Humanos, ambos localizados na Central de aula: nos Blocos B e G;

Biblioteca Setorial do Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional (CTDR) e Biblioteca Setorial do Centro de Informática (CI), ambos localizados no Bairro de mangabeira;

Biblioteca Setorial do Departamento do Centro de Ciências Jurídica de Santa Rita (DCJSR).

Campus II (Areia): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias (CCA).

Campus III (Bananeiras): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias (CCHSA).

E Campus IV (Mamanguape e Rio Tinto): Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAEE).

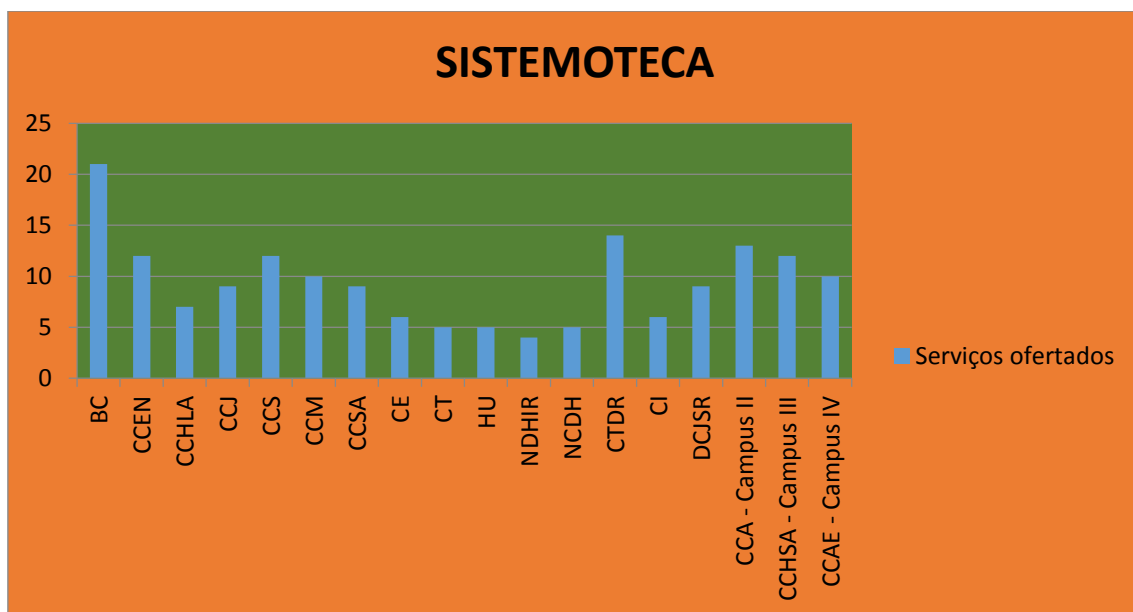
TABELA 01 - DO SISTEMOTECA: SERVIÇOS OFERTADOS:

CAMPUS I										
SERVIÇOS OFERTADOS	BC	CCEN	CCHLA	CCJ	CCS	CCM	CCSA	CE	CT	HU
RESERVAS DA BIBLIOGRAFIA USADA NOS CURSOS	x									
EMPRÉSTIMO DOMICILIAR AOS USUÁRIOS COM VÍNCULO INSTITUCIONAL	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CATÁLOGO DO ACERVO IMPRESSO	x		x							
CONSULTA ONLINE DO ACERVO	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
PARTICIPAÇÃO EM REDES DE BIBLIOGRAFIA (CCN, BIBLIODATA E OCLC)	x									
COMUTACÃO BIBLIOGRÁFICA	x									
ORIENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS		x	x	x	x	x	x	x		x
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO Diário ininterrupto (com exceção de domingos e feriados) Seg. à Sex.: 7:30 às 21:30; Sáb. 7:30 às 12:30 (grifo nosso)	(x)	Seg. à quint. :7:30 às 21:00 ; Sext.: 7:00 às 20:30	Seg. à Sex.: 08:00 às 13:00	Seg. à Sex.: 07:00 às 21:30	Seg. à Sex.: 07:30 às 19:00	Seg. à Sex.: 07:30 às 19:00	Seg. à Sex.: 07:30 às 21:00	Seg. à Sex.: 07:00 às 17:00	Seg. à Sex.: 07:00 às 17:00	Seg. à quint. :7:00 às 18:00 ; Sext.: 7:00 às 17:00
LIVRE ACESSO AO ACERVO	x	x		x	x	x		x		
ACESSIBILIDADE PARA USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	x	x			x					
SITE DA BIBLIOTECA	x	x								
CAPACITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	x									
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	x		x		x					
RENOVAÇÃO DE LIVROS ON-LINE	x	x		x	x	x				x
ACESSO AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	x	x		x	x					
BIBLIOTECA DIGITAL INSTITUCIONAL (BDTD)	x	x		x	x					
ACESSO À BASE DE DADOS DE TEXTOS COMPLETOS (E-BOOKS)	x									
REDE SEM FIO: WI FI	x									
REDES SOCIAIS: TWITTER DA BIBLIOTECA	x									
REDES SOCIAIS: FACEBOOK DA BIBLIOTECA	x				x					
ELABORAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA	x	x	x	x	x	x		x		x

CAMPUS I					
SERVIÇOS OFERTADOS	NDHIR	NCDH	CTDR	CI	DCJSR
RESERVAS DA BIBLIOGRAFIA USADA NOS CURSOS					
EMPRÉSTIMO DOMICILIAR AOS USUÁRIOS COM VÍNCULO INSTITUCIONAL		x	x	x	x
CATÁLOGO DO ACERVO IMPRESSO					
CONSULTA ONLINE DO ACERVO	x	x	x	x	x
PARTICIPAÇÃO EM REDES DE BIBLIOGRAFIA (CCN, BIBLIODATA E OCLC)					
COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA					
ORIENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS			x	x	x
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	Seg. à Sex.: a tarde	Seg. à Sex.: pela manhã	Seg. à Sex.: 08:00 às 21:30	Seg. à Sex.: 08:00 às 16:00	Seg. à Sex.: 07:30 às 21:30
LIVRE ACESSO AO ACERVO	x		x	x	x
ACESSIBILIDADE PARA USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS				x	
SITE DA BIBLIOTECA					
CAPACITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA					
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA					
RENOVAÇÃO DE LIVROS ON-LINE	x		x	x	x
ACESSO AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES			x		x
BIBLIOTECA DIGITAL INSTITUCIONAL (BDTD)			x		x
ACESSO À BASE DE DADOS DE TEXTOS COMPLETOS (E-BOOKS)			x		x
REDE SEM FIO: WI FI					
REDES SOCIAIS: TWITTER DA BIBLIOTECA					
REDES SOCIAIS: FACEBOOK DA BIBLIOTECA			x		
ELABORAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA		x	x		x

CONTINUAÇÃO TABELA 01

	CAMPUS II Areia	CAMPUS III Bananeiras	CAMPUS IV Litoral Norte
SERVIÇOS OFERTADOS	CCA	CCHSA	CCAE
RESERVAS DA BIBLIOGRAFIA USADA NOS CURSOS			
EMPRÉSTIMO DOMICILIAR AOS USUÁRIOS COM VÍNCULO INSTITUCIONAL	x	x	x
CATÁLOGO DO ACERVO IMPRESSO	x	x	x
CONSULTA ONLINE DO ACERVO	x	x	x
PARTICIPAÇÃO EM REDES DE BIBLIOGRAFIA (CCN, BIBLIODATA E OCLC)			
COMUTACÃO BIBLIOGRÁFICA			
ORIENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	x	x	x
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	Seg. à Sex.: 07:00 às 22:00	Seg. à Sex.: 08:00 às 21:30	Seg. à Sex.: 08:00 às 22:00
LIVRE ACESSO AO ACERVO	x	x	x
ACESSIBILIDADE PARA USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	x	x	x
SITE DA BIBLIOTECA	x	x	x
CAPACITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA			
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA			
RENOVAÇÃO DE LIVROS ON-LINE	x	x	x
ACESSO AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	x	x	
BIBLIOTECA DIGITAL INSTITUCIONAL (BDTD)	x	x	
ACESSO À BASE DE DADOS DE TEXTOS COMPLETOS (E-BOOKS)	x	x	
REDE SEM FIO: WI FI		x	
REDES SOCIAIS: TWITTER DA BIBLIOTECA			
REDES SOCIAIS: FACEBOOK DA BIBLIOTECA	x	x	x
ELABORAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA	x	x	x

GRÁFICO - DO SISTEMOTECA: SERVIÇOS OFERTADOS

Deste modo, esse resultado demonstra que o sistema de biblioteca da UFPB é formado pela biblioteca central, núcleos e bibliotecas setoriais que ficam localizados no campus I, e nos demais campus do interior, bem como em outros centros como mangabeira e em Santa Rita sobre outras realidades formando o SISTEMOTECA da UFPB. Por conseguinte, a Biblioteca Central disponibiliza seus serviços amplamente e as setoriais no geral se apresentam com serviços básicos apenas, o que reduz a dimensão de atuação da biblioteca universitária. Com destaque para a Biblioteca Setorial do CTDR, com inovações significativa e representativa, a exemplo do Guia do usuário.

Neste sentido, o diagnóstico representa a real situação em vigor e vislumbre socializar os serviços informacionais ofertados que favorecem o aprendizado e formação para as demais unidades de informação. Visto que, pouco se faz preciso para disponibilizar e ofertar mais serviços, na pretensão de socializar serviços e documentos mais próximos dos usuários e seus ambientes de estudo como as bibliotecas Setoriais. Outro dado importante, é que vários serviços precisam apenas de capacitação dos servidores para ser disponíveis pelas bibliotecas setoriais que ainda não os ofertam. Cuja pretensão é entender a participação na biblioteca na vida acadêmica da comunidade cooperando para a realização de sua Missão.

5.3 Avaliações formativas da biblioteca universitária da UFPB: com a aplicação do questionário.

Nessa etapa da pesquisa, através desse instrumento de coleta de dados, o questionário, objetivou-se dar a voz aos participantes na construção de opiniões e concepções mais aprofundadas sobre a biblioteca universitária.

1º) Considerando a missão e sua importância para a biblioteca universitária, foi feito o seguinte questionamento: indique **a missão** da biblioteca universitária da UFPB?

B1	Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB
B2	Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB
B3	Ser referência no suporte informacional para as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFPB
B4	Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB
B5	Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB
B6	Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB
B7	Oferecer suporte informacional a tríade de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão.
B8	Auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão como ferramenta fundamental na promoção e democratização do acesso a informação científica
B9	A biblioteca universitária é fundamental para o desenvolvimento acadêmico. Tem como missão a prestação de serviços de informação às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPB.

Analisando esta questão, a resposta preponderante foi a que estabelecia o conhecimento como um dos pilares da Universidade; uma vez que a função indispensável da Biblioteca, na visão do respondente foi que esta dá suporte à tríade dos pilares: ensino, pesquisa e extensão.

Diante da relevância da missão, esperava-se dos respondentes proposições e considerações que agregassem e colaborassem para a consolidação da criação da biblioteca, porém os pesquisados na grande maioria, consideraram apenas o que já se tinha conhecimento.

Também foi perceptível que não foi dada a necessária importância quanto à abrangência da missão pela maioria dos respondentes, visto que este ponto não foi amplamente discutido em sua amplitude e representatividade para a biblioteca e a instituição. De acordo com Weitzel (2013, p.77): “Construir a missão, em resumo, é primeiramente necessário refletir sobre qual a razão de ser da biblioteca, bem como sobre a

natureza dos negócios da biblioteca e os tipos de atividades que a biblioteca deve concentrar para alcançar seus objetivos”. Nesta perspectiva, a biblioteca é pública e universitária.

Contudo, vale ressaltar a consideração de um dos respondentes, este não apenas dá ênfase a missão como suporte aos pilares da universidade como também é contundente em reconhecer a biblioteca como ferramenta fundamental na promoção e democratização do acesso à informação científica; de forma a ter uma percepção mais ampla da real importância de sua missão.

Na circunstância, as respostas nos conduzem a acreditar que a missão para os pesquisados é algo técnico, corresponde ao suporte que a biblioteca fornece, porém essa abordagem necessariamente perpassa tal ação, uma vez que não condiz com o ‘objetivo’ maior da unidade de informação: os respondentes não consideram a contribuição, a democratização da informação e a dimensão do seu acesso à formação acadêmica.

Cabe saber que o questionamento teve pretensão de provocar um pensamento que conduziria a uma reflexão sugestiva; nesta circunstância, considerando a missão institucional e proposta da pesquisa, poderíamos recomendar como satisfatória a seguinte missão: a biblioteca disponibilizaria todo e qualquer suporte informacional que agregasse valor à comunidade acadêmica e sua produção de conhecimento, propagando a disponibilidade desses recursos, bem como da produção acadêmica, no sentido de atingir qualquer pesquisador na construção científica por uma sociedade igualitária, educada, participativa e sem fronteiras, promovendo ainda a cultura local (paraibana) facilitando a criação e difusão do conhecimento da região, em consonância com o Artigo 3º do regimento que orienta o SISTEMOTECA.

2º) Com relação ao segundo questionamento, a fim de sabermos como organizar e planejar o setor (a biblioteca), indagamos qual **a estrutura legal, financeira e documental** da biblioteca, representado pela legislação e normas que a orienta. Cite alguns documentos?

B1	Regimento do sistema de bibliotecas da UFPB
B2	Normas da circulação da Biblioteca Central Universidade Federal Da Paraíba - UFPB Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB - resolução do Consuni 31/2009

B3	Acredito que esta estrutura, no caso das setoriais, está condicionada à estrutura do centro ao qual está vinculada. Já a Biblioteca Central é subordinada diretamente à reitoria. Como exemplo de documento temos o Regimento Interno do SISTEMOTECA
B4	Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB, RESOLUÇÃO N° 31/2009 em vigor até o presente momento; Normas de circulação para empréstimo de livros; Normas de Utilização do Auditório; Orientação para entrega de trabalhos da pós graduação; Orientação para doação de livros; Orientações para solicitação de fichas catalográficas.
B5	Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB de 2009
B6	Regimento Interno. Políticas de Informação: política de Desenvolvimento de Coleções, Política de circulação de material, etc.
B7	Regimento interno, Política de aquisição do acervo, Política de Desenvolvimento de Coleções, Manuais de serviços, Regime de informação, Plano de desenvolvimento institucional, Planejamento anual;
B8	Regimento interno do sistema de bibliotecas da UFPB; Portarias e orientações do MEC para avaliação dos cursos
B9	Regimento Interno do Sistema de Bibliotecas da UFPB; RESOLUÇÃO CONSUNI N° 31/2009 em vigor até a presente data; orientação para entrega de trabalhos da pós- graduação; normas de circulação para empréstimo de livros; orientações para solicitação de fichas catalográficas; orientação para doação de livros.

No quesito documentação, reconhecendo o valor da legislação que rege a biblioteca, houve a pretensão de saber o conhecimento do respondente sobre a estrutura legal, que orienta a organização e planejamento da unidade de informação.

Nesta pretensão, pode-se perceber um amplo conhecimento pela maioria dos questionados da existência do regimento interno do SISTEMOTECA e da necessidade das normas técnicas do sistema de biblioteca, porém em paralelo notou-se que os pesquisados desconhecem ou não tiveram acesso aos outros documentos fundamentais como: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Relatório de auto-avaliação, Plano de ensino, Projeto Político Pedagógico dos cursos, Portarias e Notas Técnicas do MEC/INEP/SINAES.

Isto demonstra uma lacuna para o desenvolvimento da organização e planejamento das atividades; os documentos supracitados são vital a biblioteca universitária, agregando um valor imensurável ao profissional e sua atuação, pois

essa documentação é fundamental para o desenvolvimento dos serviços disponíveis.

Vale ressaltar que as documentações aqui mencionadas servem para dar suporte à estrutura física, ao planejamento dos serviços e à aquisição do acervo em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MEC, dentre as demais ações necessárias para o bom funcionamento da biblioteca universitária, pois possibilitam um planejamento coerente e eficaz para as ações cotidianas da unidade de informação na Universidade. Para Silva (2005, p.53): “tratar a documentação é muito mais do que catalogar, classificar e indexar, ou seja, é pensar, que o conteúdo pode contribuir para o desenvolvimento institucional e pessoal” (grifo nosso).

O desconhecimento desta legislação reflete no CPC, uma vez que ao não considerá-las, não permite redirecionamento das ações necessárias, ocasionando ainda um comprometimento em recursos materiais, humanos e disponibilização dos serviços.

Neste sentido, a pretensão de criar um indicador pautado na documentação que orienta a biblioteca e esses documentos supracitados seriam critérios de relevância para a biblioteca para que ocorra o planejamento e orientação sistemática de suas ações. Uma vez que pode ser considerada Suficiente à avaliação se assim dispuser desta documentação; e ainda Mais que Suficiente com o acréscimo de notas de empenho referente a biblioteca, o relatório de avaliação do curso e do Centro ou Campus; O conceito Excelente quando tiver um banco de dados com todos esses documentos na biblioteca; Insuficiente quando tiver apenas o PDI e relatório de auto avaliação; e Inexistente sem nenhum dessa documentação na biblioteca. É interessante frisar que o indicador documentação e os critérios aqui sugeridos visam atender a proposta de avaliação de biblioteca universitária da UFPB.

3º) Na perspectiva de aprofundarmos, sobre o que determina o SISTEMOTECA, questionamos, quais os requisitos importantes na administração da biblioteca **referente à função do gestor(a)**? Dê sua sugestão, indicando alguns aspectos e critérios relevantes?

B1	Ser formado em biblioteconomia, saber a importância do seu trabalho, ter perfil de liderança, saber se relacionar bem com as pessoas, saber identificar as competências de cada
----	---

	subordinado, ser um incentivador de pessoas, estar aberto à mudanças
B2	Acredito que o gestor deve presar pela excelência nos serviços, para isto ter conhecimento de seu capital intelectual e saber gerir com eficácia.
B3	Ter Experiência na gestão de bibliotecas, estar em constante atualização, capacidade de inovação e saber lidar com gerenciamento de recursos humanos.
B4	Ter conhecimento das necessidades dos usuários; Dominar as atividades técnicas inerentes aos serviços desenvolvidos; visão proativa, evitando ou resolvendo situações e problemas futuros; estar motivado para atualização contínua e saber mediar conflitos.
B5	Bom relacionamento com as outras autarquias, acesso nas tomadas de decisões fora do ambiente da biblioteca mas que influenciem no desempenho da biblioteca. Sejam estas questões financeiras ou administrativas.
B6	É importante que o gestor tenha competências informacionais, seja proativo, tenha uma visão ampliada, não seja arraigado práticas obsoletas de gestão, esteja preparado para enfrentar mudanças que serão necessárias ao desenvolvimento Institucional, desenvolva capacidade de interagir no seu ambiente de trabalho, compartilhar conhecimento com os envolvidos na organização e saber dialogar com o externo ao ambiente organizacional.
B7	Pro atividade, atualização profissional, liderança, manter diálogo profícuo e perene junto aos órgão superiores e com sua equipe de trabalho, ter conhecimento das competências relacionadas a sua posição enquanto gestor, conhecer a legislação relacionada a sua atuação profissional, atuar de forma ética e transparente. Considero relevantes e imprescindíveis a um gestor todos os requisitos mencionados. Sugestão de critérios: planejamento, para administrar as diversas demandas da função de gestor; marketing.
B8	Autonomia para a tomada de decisões; desenvolvimento de competências sobre gestão de pessoas
B9	Gerenciar bem os recursos orçamentários, planejar, organizar, coordenar as atividades técnicas e as demais pertinentes ao cargo, ser um mediador de conflitos e ter visão proativa.

Este questionamento reflete num aprofundamento quanto ao gestor da biblioteca, quando considerados os requisitos para sua função ou atuação. Nesta pretensão, houve o interesse de perceber quais seriam os aspectos de relevância para o respondente e suas sugestões, o que confirmaria ou não seu entendimento no que se refere à função do gestor e o que poderia agregar na formulação do projeto piloto proposto na pesquisa.

Notou-se que no quesito proposto, os respondentes sugeriram abertamente, sem uniformizar as respostas, propondo requisitos para atuação do cargo; porém não consideraram um pré-requisito importante na instituição: o de ser professor em Ciência da Informação com formação em biblioteconomia, como orienta a resolução

que regula o sistema de biblioteca universitária da instituição; mesmo assim uma parcela mínima reconheceu a formação de Bacharelado em Biblioteconomia relevante, haja vista que a atuação de Bibliotecário técnico ou gestor exige a graduação e inscrição no Conselho da classe.

Foi notável ainda que as características pessoais para desenvolvimento da função foram salientadas pelos pesquisados, visto que foram consideradas dentre outras: ser proativo, ter liderança e possuir autonomia para tomada de decisões; sendo estas preponderantes.

Destacam-se outros critérios, tais como demonstrar competências em gestão e nas atividades da biblioteca, saber gerenciar as atividades, agir na resolução dos problemas ou gerir eficazmente. Estes foram critérios e sugestões que garantem que a maioria reconhece competências do gerir, mas as maiorias não consideraram como relevantes os requisitos como experiência, atualização profissional e/ou educação continuada.

Sobre a forma de escolha do gestor na biblioteca, lembramo-nos de sua relevância, uma vez que permite a escolha democrática e ainda a necessidade de se determinar um período para gestão, não permitindo ultrapassá-lo.

Gerir uma biblioteca requer competências e atitudes que garantam o bom desenvolvimento das atividades e disponibilização dos recursos; assim como usar das normas legais para conduzir a gestão com eficácia e pautado na democratização da informação, além de cooperar com o rigor necessário das legislações, correspondendo a um serviço que garanta o padrão necessário de serviços aos usuários. Desse modo, “é necessário o gestor(a) ter uma visão dinâmica de toda a estrutura funcional e administrativa que compõe uma unidade de informação, ou melhor, uma biblioteca universitária” (SILVA, 2005, p.23, grifo nosso).

Deste modo, a pretensão desse indicador era determinar os critérios que melhor satisfizessem a atuação do gestor(a) na biblioteca universitária. Assim, para critérios Suficientes, a saber: considerar experiência profissional na instituição, forma de escolha do gestor democrática e participativa, período do mandato determinado, formação em biblioteconomia e ou docente formado em biblioteconomia e do departamento de ciência da Informação segundo a orientação que regula o SISTEMOTECA. Neste sentido, podemos considerar o conceito Mais que Suficiente - quando participar de eventos da área com publicações, cooperando para a área da biblioteconomia e avanço científico na academia; para o conceito Excelente, deve

possuir o acréscimo de critérios como educação continuada do profissional valorizando o *currículo lattes*, e ser membro de grupo de pesquisa ou fazer parte de estudos de pesquisa na Instituição; Insuficiente quando o servidor tiver apenas tempo de serviço; e considerado Inexistente, quando não possuir os requisitos obrigatórios que orientam o SISTEMOTECA.

4º) Na pretensão de sabermos e aprofundamos aspectos da estrutura física e funcional da biblioteca universitária, foi feito o seguinte questionamento - opinem sobre os **aspectos relevantes** da estrutura física e funcional de uma biblioteca universitária?

B1	Possuir um acervo atualizado com informações relevantes para seu público alvo, estar inerida no contexto das tecnologias digitais, dispor de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.
B2	Deve conter o mínimo de condições para pesquisa, incluindo tecnologias, acervo híbrido, ambiente de estudos e infraestrutura tecnológica e de recursos humanos.
B3	Devem ser aspectos que propiciem o funcionamento da biblioteca na sua plenitude, com espaços para o dimensionamento de todo o acervo, as atividades técnicas, os serviços ofertados, bem como estruturas de acessibilidade eficientes.
B4	Em sua estrutura física é relevante que a biblioteca possua espaço para leitura, acessibilidade, sistema de acesso aos materiais e sua consulta, acervo e serviços automatizados, opções de acesso a base de dados e bibliotecas virtuais, além de contar com uma boa política de aquisição, expansão e atualização do acervo.
B5	Tem que ser acessível a todos que dela necessitem, com rampas, indicadores táteis, larguras entre as estantes compatíveis com as normas, banheiros adaptados, iluminação natural e artificial, climatização, baixo nível de ruído no ambiente, acervo livre de pragas biológicas.
B6	É um problema que abrange boa parte das bibliotecas do Sistemoteca da UFPB – a estrutura física – que em sua não está adequada aos padrões arquitetônicos de bibliotecas. No caso das bibliotecas Setoriais, alguns diretores de Centro não têm ou não querem ter a visão de que uma Biblioteca para que possa atender as demandas informacionais de seus usuários, que internos quanto externos, precisa está alinhada aos padrões estruturais de bibliotecas (estrutura física, bem como acervo que possa atender as demanadas)
B7	A oferta de espaços funcionais e confortáveis para os usuários; acervo atualizado e coerente com o PPP dos cursos; sinalização do acervo clara, precisa e acessível; eficiência e eficácia no atendimento das demandas reais e potenciais dos usuários; acessibilidade para o uso de produtos, serviços e informações; canal de comunicação que promova o diálogo com a comunidade acadêmica.
B8	Climatização adequada, assentos e mesas confortáveis, cabines individuais de estudo, acervo atualizado, terminais de consulta as bases de dados e bibliotecas digitais
B9	É de suma importância que a biblioteca disponibilize para seu usuário uma boa estrutura para estudo individual e coletivo, iluminação, climatização, acessibilidade, acervo atualizado e

	automatizado, conexão às novas tecnologias, dentre elas: acesso as bases de dados e bibliotecas virtuais.
--	---

Levando-se em consideração a importância da estrutura física e funcional da Biblioteca Universitária é que surgiu o interesse em dar voz as considerações acerca dos aspectos preponderantes para o bom funcionamento e disponibilização dos serviços da unidade de informação. Que segundo Silva (2013, p.4) “esses aspectos estruturais e funcionais da biblioteca universitária, norteiam a organização, comprometimento e qualidade que as instituições estão instalando suas bibliotecas, o que gera grande influência na tomada de decisão sobre onde querer estudar”.

Foi perceptível amplamente que a maioria considera a acessibilidade um item predominante, porém não revelam a importância da necessidade de qualificação profissional em promover essa acessibilidade por parte dos bibliotecários e demais servidores assim como não sugerem o acervo necessário ao usuário especial.

Em se tratando de um projeto piloto de avaliação de biblioteca universitária, que reflete a relevância das legislações para a eficaz disponibilização dos serviços, é unânime que não fazem referência à necessidade de seguir as normas do MEC que regulamentam e estabelecem para que se cumpram as necessidades físicas e funcionais da biblioteca.

Nota-se a preocupação com a estrutura física, da condição de conforto do usuário - como climatização, assentos e mesas confortáveis, bem como acervo atualizado colaborando para o entendimento do MEC/INEP sobre a biblioteca universitária. Além disso, também foi universal a opinião de não levar em consideração a quantidade da bibliografia disponibilizada para os usuários, tendo em vista que é requisito básico para o MEC a disponibilidade do acervo, considerando a quantidade de alunos e disciplinas que irão fazer uso ou que representa uma demanda potencial.

Pode-se perceber ainda que a percepção da infraestrutura com relação à tecnologia é muito relevante, já que o sucateamento dos suportes tecnológicos é uma deficiência muito presente. Os respondentes fazem menção nesta perspectiva ressaltando ainda a conexão da tecnologia, as bases de dados, a automação do acervo, à disponibilização do *wi fi* ou de bibliotecas virtuais. Uma biblioteca tradicional hoje que não disponibiliza de recursos tecnológicos para disponibilização atualizada de recursos informacionais não condiz com o perfil de usuário da nossa atualidade. A biblioteca hoje deve ser vista sem fronteira com a disponibilização dos

recursos de midiáticos e tecnológicos para promover à participação e igualdade ao acesso informacional para a comunidade.

Neste item, a aspiração com o indicador infraestrutura-física, diante dos aspectos relevantes funcionais e operacionais era atentar para as exigências do MEC/INEP referente à biblioteca universitária e, paralelamente, atender às exigência do setor que necessita se inventar diariamente e satisfazer os anseios do setor e de seus usuários. Neste intuito, considerando a formação dos profissionais da biblioteca, é interessante acrescentar critérios que podemos considerar o conceito Suficiente, tais como a questão do idioma, os servidores devem possuir idioma bilíngue - pela necessidade de lidar com várias bases de dados acadêmicas e científicas na Instituição e por precisar treinar os usuários para o uso destas; possuir conhecimento de linguagem dos sinais (libras) que é exigido pelo MEC; o conceito Mais que suficiente adicionado de aspectos de acessibilidade, não só de mobilidade, mas de acervo e equipamentos para cada tipo de necessidades especiais disponíveis nas bibliotecas: como espaço Braille, piso tátil, teclados e computadores adaptados; e o conceito excelente quando dispuser de serviços *on-line* para pessoas com necessidades especiais. Além de manter contato com instituições voltadas ao apoio deficiente visual em harmonia com o regimento do SISTEMOTECA (Art 26º, seção VII e alínea C); o Insuficiente quando o ambiente da biblioteca não adequar-se as demandas proporcionais atuais do Centro ou Campus e o desvio de função de servidores sem qualificação para a biblioteca; e o Inexistente quando dispuser acervo sem espaço, acessibilidade e profissionais sem formação.

5º) A fim de melhor ofertar os serviços informacionais e aperfeiçoar recursos, foi feito o quinto questionamento, no que compete a adequação dos **recursos humanos** da biblioteca universitária. Recomende uma equipe adequada para sua operacionalidade e funcionalidade?

B1	Bibliotecários, auxiliares de biblioteca, entre outros profissionais, dependerá da natureza da biblioteca e das atividades administrativas desenvolvidas no âmbito da biblioteca, tendo em vista que em algumas bibliotecas funcionam setores de licitação.
B2	Equipe técnica incluindo bibliotecários, auxiliares de biblioteca, comunicólogos e informáticos.
B3	Uma equipe adequada seria a que contemplasse cargos de recepção, portaria, auxiliares (de biblioteca e de administração) e bibliotecários. A adequação destes recursos humanos visa garantir que a biblioteca esteja preparada para fornecer todos os seus produtos e serviços.

B4	Uma equipe de bibliotecários que atenda as Divisões e Seções que compõem uma Biblioteca Universitária, pessoal de apoio (assistentes administrativos, auxiliares de biblioteca, administradores, técnicos em informática e profissionais contábeis).
B5	Um bibliotecário e dois auxiliares de biblioteca por turno.
B6	Uma equipe de planejamento (comissão de PDI) por exemplo. Que possa ter voz e vez na Instituição.
B7	Equipe comprometida com a missão e objetivos da biblioteca, que leve em consideração seu usuário enquanto ator principal a ser pensado em todos os processos que são planejados e implementados. Tenha conhecimento dos produtos e serviços que a biblioteca disponibiliza aos seus usuários; Seja Capacitada para atender as demandas dos diferentes perfis de usuários inclusive os relativos a inclusão e acessibilidade de portadores de deficiência física, auditiva, visual e/ou mental. Motivada, proativa, qualificada, participativa, criativa, engajada.
B8	Acredito que bibliotecários que atuem ativamente junto as atividades de ensino, pesquisa e extensão, indo inclusive as salas de aula, procurando os grupos de pesquisa e extensão e divulgando junto a eles as ferramentas de acesso a informação disponíveis na instituição.
B9	Faz-se necessário que se tenha uma equipe de bibliotecários que supra as necessidades das suas Divisões e Seções. Por conseguinte, o apoio de um corpo técnico, formado de assistentes administrativos, auxiliares de biblioteca, dentre outros.

Pensando no recurso fundamental para o desempenho dos serviços disponibilizados é que se priorizou o item recursos humanos, em função de uma melhor operacionalidade e funcionalidade da biblioteca universitária.

No questionamento proposto, notou-se para a maioria dos pesquisados que a equipe adequada se configura pela presença do profissional bibliotecário e auxiliares de biblioteca, acrescido ainda de alguns cargos que deem suporte de acordo com o **tipo** de biblioteca, como o profissional contábil, para bibliotecas maiores ou centrais no âmbito da Biblioteca universitária. Segundo IFLA (2012, p.95) “o quadro de pessoal é um recurso de vital importância para o funcionamento da biblioteca. Para oferecer o melhor serviço possível a comunidade é preciso manter pessoal devidamente capacitado e altamente motivado”.

Esta afirmativa confirma a interdisciplinaridade dos cargos necessários, ponto de vista que pode ser considerado condizente com as necessidades amplas da Biblioteca, já que esta necessita de suporte pedagógico, contábil, arquitetônico, uma demanda que não é exigida pelo MEC.

Houve ainda uma predominância das respostas quanto ao comprometimento da equipe com a missão da biblioteca e com o usuário, pois partindo desse pressuposto garantia-se o fornecimento adequado dos produtos e serviços, sendo uma afirmação bastante coerente.

É interessante mencionar uma proposição de assertivas de um dos pesquisados, quando este se refere à necessidade da equipe da biblioteca em participar do Plano de Desenvolvimento Institucional, a afirmação vale esta ressalva, pois condiz com o princípio do nosso estudo. O planejamento institucional deve ser proposto por todas as bibliotecas de uma universidade, visto que a necessidade é individual de cada uma. Nestes termos, o estratégico planejamento permitiria uma distribuição igualitária dos recursos humanos, favorecendo o funcionamento ideal da biblioteca.

O questionamento quis perceber qual relevância seria dada aos profissionais necessários para o setor, já que a própria legislação não foca a predominância necessária dos profissionais qualificados para a funcionalidade da Biblioteca Universitária. Tendo em vista que a desqualificação ou falta de formação na área pode comprometer os serviços e desenvolvimento da biblioteca.

Assim, no anseio de propor o indicador Recursos humanos da biblioteca universitária é que se sugerem os critérios considerados satisfatórios: estes recursos por sua vez devem ser formados por bibliotecários e assistentes administrativos nas setoriais dependendo de suas demandas e serviços disponíveis. No entanto, a Biblioteca Central ou principal possui suas particularidades de unidade gestora, possuindo uma equipe suplementar como contadores, secretarias e outros profissionais regidos pela resolução que a regula. No entanto, a ideia para que seja o conceito mais que satisfatório é formado pelo bibliotecário, assistentes e auxiliares nas setoriais; excelente o conceito máximo, formado por uma equipe mais interdisciplinar, considerando os critérios do conceito três e quatro, acrescentado de: arquitetos, contadores, analista de sistema que compreendesse a estrutura de uma biblioteca universitária ou possuísse experiência no setor na cooperação de melhor servi-las; já o conceito Insuficiente quando não dispuser de pelo menos bibliotecário e auxiliar no setor; e por fim, Inexistente sem bibliotecário como a legislação orienta.

6º) A sexta pergunta do Questionário aplicado, com um propósito embrionário e formativo de avaliação, levando em consideração os questionamentos anteriores

suplementares, foi solicitado a contribuir com essa indagação: na sua visão, quais **indicadores e critérios relevantes** utilizar na elaboração de um modelo de avaliação da biblioteca? Que questionamentos seriam fundamentais, quais aspectos. Sugira?

B1	Observar se a biblioteca está em consonância com a sua missão, se está atendendo as necessidades de informação de seus usuários, se está acompanhando a evolução da sociedade, tomando como base bibliotecas modelos, entre outras demandas definidas não só pela própria biblioteca como também pela instituição à qual ela presta o suporte informacional.
B2	Recursos financeiros, humanos, infraestrutura, modelos de serviços oferecidos, acervo, horário de funcionamento, tecnologias e equipamentos disponíveis,
B3	Se é para ser um modelo de avaliação de biblioteca, então o mesmo deve ser formado pelas atividades inerentes a esta unidade de informação (técnicas, administração, gestão), bem como sua estrutura física, e o conjunto de recursos humanos.
B4	Avaliação dos profissionais bibliotecários envolvidos no processo como também a participação da comunidade acadêmica pontuando sobre os serviços ofertados pelas bibliotecas universitárias.
B5	Relacionado ao acervo: obsolescência do acervo, quantidade de exemplares adequado ao número de usuários, tipos de formatos (impresso, online). Relacionado ao espaço físico: localização da biblioteca se está próxima aos usuários, se existe acessibilidade.
B6	Uma boa Política de Desenvolvimento de Coleções. Política de Segurança da Informação (foco no acervo)
B7	Considerar a satisfação dos usuários em relação aos aspectos físicos, de serviços e produtos que a biblioteca oferece; Questionar-se se a formação/qualificação da equipe de trabalho é suficiente para atender satisfatoriamente as demandas dos seus usuários e a gestão da biblioteca; se a equipe e os usuários tem conhecimentos de seus direitos e deveres.
B8	A satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados; a satisfação da equipe com a maneira como os serviços são desenvolvidos.
B9	É imprescindível a avaliação dos profissionais bibliotecários, como também, a participação da comunidade acadêmica (usuários) na avaliação dos serviços oferecidos.

Considerando a importância dos serviços aos usuários, é que se teve a pretensão em conhecer dos pesquisados quais indicadores e critérios preponderantes na elaboração de um modelo de avaliação da biblioteca universitária. Nesta indagação, esperava-se que a resposta fosse associada à

avaliação conduzida pelo MEC e ainda levando em consideração a proposta central da pesquisa do projeto piloto. Para Brito e Vergueiro:

Atualmente, a preocupação com a qualidade está presente nas mais diversas áreas, inclusive bibliotecas Universitárias, pois os órgãos reguladores exigem um rígido controle da qualidade para que as Instituições de Ensino Superior possam manter-se em funcionamento (2009, p1).

Neste contexto, percebemos que os respondentes desconsideraram os principais critérios dispostos pelo MEC e não deram a relevância necessária, apresentando a inexperiência com as exigências do MEC em avaliações.

A predominância dos respondentes na questão condiz apenas com a adequação dos recursos humanos, recursos financeiros e infraestrutura (acervo – quantidade de exemplares necessários), consideraram-se mais uma vez a satisfação dos usuários quanto aos aspectos físicos de conforto.

Na totalidade, consideramos que os respondentes foram superficiais, uma vez que os profissionais poderiam abordar critérios necessários e indicadores que deveriam ser incluídos, haja vista que a pesquisa é um projeto que necessita de sugestões para sua formulação bem como para o aprimoramento dos indicadores e critérios que seriam propostos, a fim da inovação necessária.

Na circunstância, as respostas podem ser consideradas como insuficientes devido sua abrangência podendo ser abordada pelos pesquisadores, em consonância com a questão proposta. No entanto, dois aspectos importantes dos respondentes são a preocupação com a satisfação dos usuários e a avaliação dos profissionais do setor. Neste sentido, foram representados por três itens do modelo de avaliação proposto para a instituição: funcionamento, segurança e condições ambientais e prestação de serviço. Podendo ser atendido e melhorado tal preocupação com prática da cultura de avaliação no sistema, como prática pedagogia da biblioteca e sua comunidade com respeito, ética e aprendizado cotidiano no sistema.

5.3.1 Edificando o Modelo Embrionário de Avaliação da Biblioteca Universitária da UFPB: com os colaboradores partícipes da pesquisa.

Em síntese, o modelo de avaliação de biblioteca universitária proposto nesta investigação para o SISTEMOTECA, em uma perspectiva formativa, pode ser apresentado sobre a percepção dos sujeitos colaboradores, por quatro indicadores e seus respectivos critérios. E incrementado por três indicadores e seus respectivos critérios e conceitos retirados da Tese de Lubisco(2007) e o primeiro Seminário de Avaliação em Salvador(2008) sob sua organização, aperfeiçoado para nossa realidade. Entretanto, vale destacar que os números na terceira coluna referente aos conceitos atribuído nas avaliações institucionais, ou seja, o número cinco refere-se ao conceito máximo e o menor número - um ao conceito inexistente, conforme nota técnica nº 14/2014 do MEC/INEP/DAES/CGACIES objetivando uniformizar o entendimento, já destacado nessa pesquisa.

Assim, apresentado a seguir: o modelo de avaliação para biblioteca universitária da Instituição.

TABELA 2 – MODELO DE AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFPB

INDICADORES	CRITÉRIOS ADOTADOS	CONCEITOS
DOCUMENTAÇÃO: REFERE-SE A DOCUMENTAÇÃO QUE ORIENTA O PLANEJAMENTO E COTIDIANO DA B.U	Conceito Excelente: quando possuir um banco de dados na biblioteca com todos documentos necessários: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Relatório de auto avaliação, Plano de ensino, Projeto Político Pedagógico dos cursos, Portarias e Notas Técnicas do MEC/INEP/SINAES. E somado as Notas de empenho referente a biblioteca, Relatório de avaliação do curso e do Centro ou Campus.	5
	Conceito Mais que Suficiente: quando disponibilizarem os documentos indicativos ao conceito 3, acrescido de notas de empenho referente à biblioteca, e de Relatório de avaliação do curso e do Centro ou Campus.	4
	Conceito Suficiente: quando dispuser desta documentação: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Relatório de auto avaliação, Plano de ensino, Projeto Político Pedagógico dos cursos, Portarias e Notas Técnicas do MEC/INEP/SINAES.	3
	Conceito Insuficiente: quando possuir apenas o PDI e o Relatório de auto avaliação	2
	Conceito Inexistente: sem nenhum dessa documentação na biblioteca universitária.	1
GESTOR(A) DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: REFERE-SE AOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS E RELEVANTES REFERENTE A	Conceito Excelente: soma os critérios dos conceito 4, acrescido de critérios como educação continuada do profissional valorizando o Currículo Lattes, e ser membro de grupo de pesquisa ou fazer parte de estudos de pesquisa na Instituição.	5

FUNÇÃO DE GESTOR EM B.U		
	Conceito Mais que suficiente: além desses critérios do conceito 3, adicionado participação em eventos da área com publicações, cooperando para a área da biblioteconomia e avanço científico na academia.	4
	Conceito Suficiente: quando possuir experiência profissional na instituição; assim como quando houver uma forma de escolha do gestor democrática e participativa; o Período do mandato for determinado, o profissional deve possuir formação em biblioteconomia e ou ser docente formado em biblioteconomia e do departamento de ciência da Informação, segundo a orientação que regula o SISTEMOTECA.	3
	Conceito Insuficiente: quando o servidor possuir apenas tempo de serviço.	2
	Conceito Inexistente: Com a inexistência dos requisitos obrigatórios que orientam o SISTEMOTECA, representado pela presença do bibliotecário.	1
INFRAESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAL DA BIBLIOTECA: REFERE-SE AOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS E RELEVANTES REFERENTE A OPERACIONALIDADE E FUNCIONALIDADE DA B.U	Conceito Excelente: soma os critérios dos conceito 4, acrescido de critérios como dispuser de serviços <i>on-line</i> para pessoas com necessidades especiais. Além de manter contato com instituições voltadas ao apoio deficiente visual, em harmonia com o regimento do SISTEMOTECA (Art 26º, seção VII e alínea C)	5
	Conceito Mais que suficiente: além desses critérios do conceito 3, adicionado aspectos de acessibilidade, não só de mobilidade, mas com relação ao acervo e equipamentos para cada tipo de necessidades especiais disponíveis nas bibliotecas, como: espaço braille, piso tátil, teclados e computadores adaptados.	4
	Conceito Suficiente: Considerando os aspectos relevantes orientador do MEC/INEP, mais a Formação dos profissionais da biblioteca universitária adequada a cada função; é interessante acrescentar critérios que podemos considerar suficiente tais como: os servidores possuir idioma bilíngue - pela necessidade de lidar com várias bases de dados acadêmicas e científicas na Instituição e por precisar treinar os usuários para o uso destas; possuir conhecimento de linguagem dos sinais (Libras) que é exigido pelo MEC;	3
	Conceito Insuficiente: quando o ambiente da biblioteca não adequar-se as demandas proporcionais atuais do Centro ou Campus e quando houver desvio de função de servidores sem qualificação para as bibliotecas.	2
	Conceito Inexistente: Ambiente pequeno, improvisado para uma biblioteca universitária	1
	Conceito Excelente: além desses critérios do conceito 4, adicionado uma equipe interdisciplinar formado por profissionais como Arquiteto, Contador, Analista de sistema que compreendesse a estrutura de uma biblioteca universitária, ou possuísse experiência no setor	5
RECURSOS HUMANOS: REFERE-SE AOS REQUISITOS OBRIGATÓRIOS E RELEVANTES REFERENTE AOS RECURSOS HUMANOS DA B.U	Conceito Mais que satisfatório: Quando houver uma equipe formada por Bibliotecários, Assistentes e Auxiliares de biblioteca nas Bibliotecas setoriais, dependendo de suas demandas e serviços disponíveis. No entanto, a Biblioteca Central ou principal deve possuir com suas particularidades de unidade gestora, profissionais como: contadores, secretárias e outros profissionais regidos pela resolução que a regula.	4
	Conceito Satisfatório: uma equipe formada por bibliotecários e assistentes de bibliotecas.	3

	Conceito insuficiente: quando não dispuser de pelos menos Bibliotecários e Auxiliares no setor	2
	Conceito Inexistente: quando não houver qualificação necessária para atuar em biblioteca, ou seja, o setor sem Bibliotecário ou servidores sem formação alguma.	1
FUNCIONAMENTO: REFERE-SE AOS DIAS E HORÁRIOS DE ABERTURA DA BIBLIOTECA	Conceito Excelente: A Biblioteca universitária, deve abrir 7(sete) dias\semana e mais de 12 horas diárias ininterruptas, oferecendo seus serviços.	5
	Conceito Mais que satisfatório: A Biblioteca universitária, deve abrir 6(seis) dias por semana e mais de 12 horas diárias ininterruptas, oferecendo seus serviços.	4
	Conceito Satisfatório: A Biblioteca universitária deve abrir 5(cinco) ou 6(seis) dias\semana e 12 horas diárias ininterruptas de segunda a sexta-feira e no mínimo de 4 ou 5 horas aos sábados, ainda que não ofereça todos os serviços	3
	Conceito insuficiente: A Biblioteca universitária deve abrir 5 (cinco) ou 6(seis) dias\semana em horário comercial, sem interrupção.	2
	Conceito Inexistente: A Biblioteca universitária deve abrir 5(cinco) dias\semana, em horário comercial, com interrupção	1
SEGURANÇA E CONDIÇÕES AMBIENTAIS: Refere-se ao ambiente da biblioteca em geral, relacionado com a segurança dos bens e das pessoas, assim como o conforto e a racionalidade de distribuição dos espaços, segundo seu uso	Conceito Excelente: 1) A Biblioteca universitária – deve possuir políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (sistema de alarme contra incêndio, extintores em quantidade recomendada \m2, manutenção das instalações, sistema antifurto, micro câmeras de segurança, limpeza do ambiente, higienização do acervo). 2) A Biblioteca universitária – deve conter Sistema de iluminação obedecendo as normas vigentes de 200 a 300 lux para as salas de leitura. 2.1 A temperatura da B.U se ajusta entre 18 e 22 °C e há controle de umidade	5
	Conceito Mais que satisfatório: 1) A Biblioteca universitária – tem políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (sistema de alarme contra incêndio, extintores em quantidade recomendada \m2, manutenção das instalações, sistema antifurto, limpeza do ambiente, mas não conta micro câmeras de segurança). 2) A Biblioteca universitária – deve conter um sistema de iluminação que obedeça as normas de 200 a 300 lux para as salas de leitura. 3) A Biblioteca universitária - a temperatura deve se ajustar entre 18 e 22°C e há controle de umidade.	4
	Conceito Satisfatório: 1) A Biblioteca universitária - deve fazer uso de políticas e recursos para a prevenção e reparos dos edifícios, das coleções e dos equipamentos (sistema de alarme contra incêndio, extintores em quantidade recomendada \m2, manutenção das instalações, sistema antifurto, mas a manutenção das instalações e a limpeza são deficientes, não conta com sistema de alarme contra incêndio nem micro câmeras de segurança). 2) A Biblioteca universitária - deve usar um Sistema de iluminação que obedece as normas vigentes de 200 a 300 lux para as salas de leitura. 3) A Biblioteca universitária - quando possuir uma temperatura boa, mas não se controla a umidade	3

	Conceito insuficiente: 1) A Biblioteca universitária não tem políticas nem recursos para a prevenção. 2) A Biblioteca universitária se restringe a manter a integridade do edifício, das coleções e dos equipamentos. Apresentam problemas com a manutenção e a limpeza. 3) Os sistemas de iluminação, de controle de temperatura e umidade das B.U são precárias	2
	Conceito Inexistente 1) A Biblioteca universitária não conta com políticas, nem com recursos para a prevenção. 2) A Biblioteca universitária apresenta sintomas de deterioração, sujeidade, inutilidade, obsolescência quanto ao edifício, as coleções e aos equipamentos em geral. 3) A Biblioteca universitária não tem iniciativa relativa aos sistemas de iluminação, de controle da temperatura e da umidade	1
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: REFERE-SE A TODOS OS ASPECTOS RELATIVOS AOS SERVIÇOS AOS USUARIOS, TENDO EM VISTA SUA SATISFAÇÃO	Conceito Excelente: 1) A Biblioteca universitária oferece e tem controle, se for o caso, de todos os itens indicados: * consulta local ao acervo geral \total\tipo e suporte material\ assunto etc. * pesquisas orientadas \total e tipo de usuário \tipo e suporte material \assunto, * empréstimo em domicílio, reserva, devolução \total e tipo de usuário \tipo e suporte material \assunto * empréstimo entre bibliotecas \total e tipo de usuário \tipo e suporte material \assunto * comutação bibliográfica \total e tipo de usuário * capacitação de usuários (por demanda, por oferta\tipo de usuário) * catalogação na publicação dos trabalhos produzidos na sei * serviço de fotocópias * acesso livre a internet para usuários * visitas guiadas * orientação para normalização de trabalhos acadêmicos * pagina web com oferta de serviços * serviços para pessoas com necessidades especiais * serviços para alunos e docentes de cursos a distância * outros serviços (prescindíveis):disseminação seletiva, tradução de resumos, elaboração de resumos etc. 2) A Biblioteca universitária controla os itens não atendidos. 3) A Biblioteca universitária dispõe de regulamento de empréstimo e uso da biblioteca aplicado a todo o sistema de bibliotecas. 4) A Biblioteca universitária, no que se refere aos processos de empréstimos são automatizados e se integram ao sistema acadêmico da IES (alunos, docentes, técnico-administrativos). 5) A Biblioteca universitária - os serviços de atendimento ao usuário contam com linhas telefônicas, fax, correio eletrônico, correio convencional e outras facilidades de comunicação interna. 6) A Biblioteca universitária divulga os serviços e as normas através de diferentes canais; folhetos, quadros, boletim de ultimas aquisições, pagina web etc. 7) A Biblioteca universitária realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das Bibliotecas (estudo de satisfação do usuário). 8) A Biblioteca universitária possui um canal de recebimento de sugestões,	5

críticas, reclamações, elogios (caixa de sugestões, ouvidoria, fale conosco etc.)	
Conceito Mais que satisfatório: 1) A Biblioteca universitária oferece e tem controle de 90% dos serviços destacados em negrito correspondente à nota 5. 2) A Biblioteca universitária controla os itens não atendidos. 3) A Biblioteca universitária dispõe de regulamento de empréstimo e uso da biblioteca aplicado a todo o sistema de bibliotecas. 4) A Biblioteca universitária no que se refere aos processos de empréstimos são automatizados e se integram ao sistema acadêmico da IES (alunos, docentes, técnico administrativos) . 5) A Biblioteca universitária - os serviços de atendimento ao usuário contam com linhas telefônicas, fax, correio eletrônico, correio convencional e outras facilidades de comunicação interna. 6) A Biblioteca universitária divulga os serviços e as normas através de diferentes canais; folhetos, quadros, boletim de ultimas aquisições, pagina web etc. 7) A Biblioteca universitária realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das bibliotecas (estudo de satisfação do usuário)	4
Conceito Satisfatório: 1) A Biblioteca universitária oferece e tem controle de 60 e 80% dos serviços destacados em negrito correspondente à nota 5. 2) A Biblioteca universitária controla os itens não atendidos. 3) A Biblioteca universitária dispõe de regulamento de empréstimo e uso da biblioteca aplicado a todo o sistema de bibliotecas. 4) A Biblioteca universitária no que se refere aos processos de empréstimos são automatizados e se integram ao sistema acadêmico da IES (alunos, docentes, técnico administrativos). 5) A Biblioteca universitária - os serviços de atendimento ao usuário contam com poucas linhas telefônicas, acesso difícil a fax e ao correio convencional, mas utilizam correio eletrônico. 6) A Biblioteca universitária divulga os serviços e as normas através de diferentes canais; folhetos, quadros, boletim de ultimas aquisições, pagina web etc. 7) A Biblioteca universitária realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das bibliotecas (estudo de satisfação do usuário)	3
Conceito insuficiente: 1) A Biblioteca universitária oferece e tem controle de 30 a 50% dos serviços destacados em negrito correspondente à nota 5. 2) A Biblioteca universitária controla precariamente os itens não atendidos. 3) A Biblioteca universitária dispõe de regulamento de empréstimo e uso da biblioteca, mas tem dificuldades em sua aplicação a todo o sistema de bibliotecas. 4) A Biblioteca universitária no que se refere aos processos de empréstimos são parcialmente automatizados. 5) A Biblioteca universitária no que se refere aos serviços de atendimento ao usuário contam com correio eletrônico mas têm dificuldades para usar o correio convencional, além de apresentar problemas de comunicação interna. 6) A Biblioteca universitária divulga os serviços e as normas do sistema de bibliotecas somente através de folhetos e quadro mural.	2

7) A Biblioteca universitária não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços da biblioteca.	
Conceito Inexistente: 1) A Biblioteca universitária oferece e tem controle de pelo menos de 30% dos serviços destacados em negrito correspondente à nota 5. 2) A Biblioteca universitária não controlam os itens não atendidos. 3) A Biblioteca universitária dispõe de regulamento de empréstimo e uso da biblioteca, mas não tem dificuldades em sua aplicação a todo sistema e bibliotecas. 4) os processos de empréstimos são manuais. 5) A Biblioteca universitária no que se refere aos serviços de atendimento ao usuário não contam com nenhuma linha telefônica, não dispõe de fax, contam com correio eletrônico e têm dificuldades para usar o correio convencional, além de apresentar problemas de comunicação interna. 6 A Biblioteca universitária não costuma divulgar os serviços, embora eventualmente use o quadro mural. 7) A Biblioteca universitária não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das bibliotecas. Conceito Inexistente: 1) A Biblioteca universitária oferece e tem controle de pelo menos de 30% dos serviços destacados em negrito correspondente à nota 5. 2) A Biblioteca universitária não controlam os itens não atendidos. 3) A Biblioteca universitária dispõe de regulamento de empréstimo e uso da biblioteca, mas não tem dificuldades em sua aplicação a todo sistema e bibliotecas. 4) os processos de empréstimos são manuais. 5) A Biblioteca universitária no que se refere aos serviços de atendimento ao usuário não contam com nenhuma linha telefônica, não dispõe de fax, contam com correio eletrônico e têm dificuldades para usar o correio convencional, além de apresentar problemas de comunicação interna. 6 A Biblioteca universitária não costuma divulgar os serviços, embora eventualmente use o quadro mural. 7) A Biblioteca universitária não realiza estudos sobre a qualidade dos serviços das bibliotecas.	1

Fonte: elaboração nossa (2016)

6. CONSIDERAÇÕES

Levando em consideração, a coleta, análise dos dados e resultados obtidos, somos levados a inferir as conclusões, por conseguinte, no intuito construtivo de uma avaliação adequada e recomendar uma nova dinâmica que contribua significativamente em toda comunidade acadêmica. Neste sentido, discutir a biblioteca universitária é resgatar a função de inovar e inventar periodicamente sua missão sistêmica com a Universidade que a mantém e com a documentação que a orienta.

Todavia, as avaliações das bibliotecas universitárias e dos cursos de graduação realizadas pelo MEC/INEP na instituição pesquisada, representa o Estado avaliador na perspectiva regulamentária muito presente na educação e que reflete na educação superior, nos CPC e IGC da UFPB, e, conseqüentemente, em seu financiamento. Do mesmo modo, a política de avaliação da educação superior caracterizada pelo SINAES enquanto sistema exige a participação e colaboração de sujeitos comprometidos com a educação.

Valendo-se que a ação da avaliação deve ser um processo coletivo que possui sentidos amplos de aprendizagem significativa subsidiando atitudes de valores, integrando a comunidade com novas medidas adotadas é que almejamos a partir dos resultados obtidos, o cumprimento do plano aqui desejável.

O modelo proposto baseia-se nos instrumentos adotados pelo MEC/ INEP, padrão adotado em todo país para avaliações, de forma a remeter diretamente no CPC e IGC da UFPB. Considerando tamanha importância é que surgiu o interesse da abordagem e a necessidade de manter-se atualizado sobre as documentações que exigem e os orientam.

Inferiu-se que a avaliação diagnóstica do SISTEMOTECA representa o primeiro passo para conhecer a atual realidade e favorecer a análise, o planejamento e a socialização dos serviços disponíveis do sistema de bibliotecas. Sendo identificadas bibliotecas universitárias com serviços disponíveis básicos, limitando a função da biblioteca universitária da UFPB. Paralelamente foi constatado que uma das legislações importantes - a Resolução (2009) que orienta e regula as Bibliotecas do SISTEMOTECA - está desatualizada. Constatamos que não foi levado em consideração o programa de expansão e as políticas afirmativas que as Universidades passaram a demandar, além das novas medidas que refletem em

suas bibliotecas, sendo de extrema relevância para a biblioteca universitária incorporá-las.

Na perspectiva dos indicadores de avaliação adotados para avaliar a Biblioteca Universitária, e sabendo-se que sua adequada avaliação permite um bom funcionamento da unidade e de qualidade nos rendimentos dos usuários, é que sugerimos indicadores que servirão de modelo para um adequado funcionamento e oferta de serviços no Sistema de Bibliotecas da UFPB.

A investigação realizada aponta contribuições para a construção coletiva de políticas internas para ações que qualifiquem o Sistema de Bibliotecas da UFPB e potencializem diretamente à comunidade acadêmica fortalecendo a missão institucional da universidade, permitindo que lacunas conclusivas não afetem o desempenho dos serviços e sua disponibilidade. Acreditamos que as necessárias e adequadas alterações permitirão atualizações que qualifiquem os serviços em todas as bibliotecas da UFPB.

A saber, que devido à inviabilidade da aplicação do grupo focal, foi aplicado o questionário em um só seguimento -apenas com bibliotecários- e o resultado foi inesperado, uma vez que somente metade do universo da pesquisa respondeu e algumas respostas foram técnicas, sem reflexão dos respondentes, porém podemos afirmar que em sua maioria foram significativas. Em relação à construção da missão, esperava-se que houvesse um maior aprofundamento na análise e respostas dos profissionais. Contudo, é coletivo o entendimento de dar suporte informacional, atingir quaisquer usuários pesquisador e promover a cultura local, valorizando a missão institucional nos coloca em plena reflexão cotidiana na academia. No que compete à avaliação formativa, no propósito de promover voz aos sujeitos pesquisados e na pretensão de contribuir com esse projeto piloto de avaliação, é que consideramos os seguintes indicadores: documentação – legislação, outros documentos institucionais permitindo mais transparências e acesso aos documentos relevantes para as ações cotidianas da biblioteca, possibilitando a criação de um banco de dados; requisitos da função do gestor na perspectiva de valorização do currículo, a participação da comunidade acadêmica e a necessidade produção científica pelo profissional, incorporando ao fazer da academia; infraestrutura física e funcional vislumbrando as demandas atuais, com a política de expansão e a políticas afirmativas; recursos humanos proporcionando uma equipe mais qualificada e interdisciplinar que a biblioteca universitária exige; e, por fim, serviços aos

usuários, caracterizado pela satisfação ou não dos usuários com os serviços da unidade de informação. Assim, a livre iniciativa dos participantes na construção e sugestão de outros indicadores e critérios relevantes para fazer parte do modelo de avaliação proposto. Nestas pontuações obtivemos alguns resultados mais expressivos, no entanto, no geral, podemos considerá-las insatisfatórias e ineficientes.

Nesta realidade, foi possível notar ineficiências na construção dos indicadores, ocasionando a proposta de uma infraestrutura mais adequada à realidade, a fim de democratizar o acesso à informação, sendo esta a maior missão da biblioteca e permitir a sustentação para uma satisfatória avaliação.

Neste contexto, esta pesquisa permitiu a identificação de fragilidades e potencialidades e os resultados gerados pela pesquisa poderá subsidiar atualizações e melhorias de todo sistema de bibliotecas, com a expansão dos serviços no SISTEMOTECA. A saber, constatamos a ausência de padrão dos serviços nas bibliotecas pesquisadas, ou seja, as maiores estão limitadas a serviços básicos como o de empréstimos de livros, de forma incoerente.

Com este intuito recomendamos que haja uma melhor divulgação dos serviços e sua disponibilidade às bibliotecas setoriais, uma vez que alguns dos serviços são limitados a Biblioteca Central, a saber: Portal de periódicos da Capes, divulgação de e-books e bases de dados *on-line* com periódicos científicos disponíveis, dentre outros serviços.

Concomitantemente, é importante ressaltar, a contribuição da pesquisadora Lubisco que, com sua Tese (2007) e o primeiro seminário de avaliação de biblioteca Universitária, em Salvador (2008), como representante do SISTEMOTECA /UFPB, no propósito prático de validação de um modelo de avaliação de biblioteca universitária que pudesse ser utilizado por qualquer Instituição adaptado a sua Biblioteca Universitária, em anexo. Consideramos que as reflexões acerca desta pesquisadora refletem no parâmetro que permite a ampliação da visão avaliativa e indicadores de avaliação necessários de adaptação, de forma a valorizar a missão da biblioteca, garantindo novas perspectivas. A abordagem revela a importância do cumprimento da missão da biblioteca, bem como sua ressignificação.

Em decorrência ao objetivo geral proposto é que analisamos a documentação do MEC/INEP/SINAES que orientam as bibliotecas universitárias, seja sobre infraestrutura ou instalações físicas; para tanto, utilizamos o Questionário para

avaliação formativa e obtivemos as constatações insuficientes supracitadas. O formulário possibilitou avaliação diagnóstica necessária cumprindo também com o objetivo geral e contribuindo também diretamente com um dos objetivos específicos.

De um modo geral, a população investigada em seus depoimentos apresentaram desconsideração acerca das legislações que envolvem as avaliações, restringindo a otimização necessária do cotidiano da biblioteca universitária, por conseguinte os pesquisados apresentaram poucas sugestões no que compete à infraestrutura, à construção de uma missão e aos recursos humanos adequados.

Os resultados obtidos reconhecem as limitações dos serviços e da infraestrutura adequada bem como recursos humanos apropriados ou capacitados. Buscando a qualidade, inferimos a necessidade de expansão de serviços e investimento nos recursos de acessibilidade em todo sistema, como também sugerimos a disponibilização de um banco de dados que possua as necessárias legislações e sua divulgação.

Neste sentido, a pretensão é recomendar a criação de um módulo no sistema SIGAA da UFPB, para aplicação de um questionário, conforme apêndice E em anexo, a ser respondido *on-line* em cada início de período letivo pelos usuários, - sem fins punitivos ou constrangedor dos profissionais-, sobre os serviços disponíveis, a fim de conhecer, quais os serviços são importantes e relevância para formação do usuário, assim como o profissionalismo dos servidores que faz o atendimento prestando os serviços ou as informações, de forma a (re)conhecer se estes serviços são satisfatórios ou não; colaborando para o desenvolvimento da cultura de avaliação no sistema de biblioteca da UFPB.

A expectativa é que a investigação permita a direção a um processo avaliativo capaz de gerar mudanças significativas na dinâmica, qualificando ou aprimorando o que foi constatado passível de alterações necessárias, mas que apresentem resultados relevantes para o sistema de biblioteca.

6. REFERÊNCIAS

AFONSO, Almeida Janela. Mudanças no estado avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisada. **Revista brasileira de educação**, v.18, n.53, abril-jul,2013

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalho**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa da. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2005.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2003.

BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Revista avaliação**, v.13, n.1, p.131-152, Mar., 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92 de 31 de janeiro de 2014. **Diário Oficial da União** nº24, 04 de fev. de 2014, seção1, p.5, Brasília, 2014. Disponível em: <portal.inep.gov.br/legislacao. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 5773 de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos de graduação. **Diário Oficial da União** nº88, 10 de mai. de 2006, seção1, p.6, Brasília, 2014. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_...2006/2006/decreto/d5773.htm> Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. CGACGIES/DAES/INEP/MEC **Nota Técnica n °08/2013** de 25 de fev. de 2013. Disponível em: <portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/notas-tecnicas> Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. **SESU/DESUP/DAES/INEP**. Instrumento de Avaliação para Credenciamento de instituição de Educação Superior. Brasília: INEP, 2010.

_____. Ministério da Educação. **CONAES/DAES/INEP**. Instrumento de Avaliação Institucional Externa. Brasília: INEP, 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40 de 12 de Dez. De 2007. **Diário Oficial da União** nº 239, 13 de dez. de 2007, seção1, p.39, Brasília,2014. Brasília: MEC,2007.Disponível em: <download.inep.gov.br/download/condicoes_ensino/.../Portaria_n40.pdf >. Acesso em: 29 jun. 2015.

_____. **LEI Nº 10.861**, 14 de abril de 2004. Institui a avaliação da educação superior. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2013

_____. **Lei Nº 11096** de 13 de janeiro de 2005. Institui o programa universidade para todos. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jun 2015.

_____, **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os sistemas de Ensino (MEC/SASE). Brasília: 2015.

_____, Portaria nº 11 de 28 de Abril de 2003. Ministério da educação. Secretária da Educação Superior. Brasília:2003.

_____. **Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras**. Ministério da educação. Secretária da Educação Superior. Brasília:1994.

BRASÍLIA, Flavia Foreque. **PROuni rende isenção de R\$ 4 bilhões a faculdades privadas**. São Paulo: uol,2013.

BAUER, Adriana. Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente?. **Estudos em avaliação educacional**, v.21, n.46, p.229-252,2010

BIFFI, Evandro José. **As contradições do Estado avaliador**: experiências do ensino superior brasileiro.UFSC: São Carlos,2010.

BONNIOL, Jean-Jacques; VIAL, Michel. **Modelos de avaliação**: textos fundamentais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BURITY, Caroline Rangel; PEREIRA, Maria Elba Dantas de Moura; MONTEIRO, Renata Conceição Neves. **Evolução histórica das autoavaliações institucionais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. UFPB: [20_?]disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/nordeste/eixo_3/evolucao_historica_autoavaliacoes_institucionais_unifederal_paraiba.pdf> acesso em 10 de dezembro 2016.

CHARLE, Chistophe;VERGER, Jacques. **História das universidades**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista,1996

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Brasília: ABDF,1981.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. 23. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior**: faces da exclusão e limites da inclusão. Educação e sociedade, São

Paulo, v.31, n.113, p.1223-1245. out./dez. 2010. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 13 de set. 2014.

_____. **Universidade e avaliação**: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. **Avaliação institucional**: teoria e experiências. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2007.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v.33, n.118, p.171-190, jan.-mar. 2012.

A GLOBALIZAÇÃO e seus malefícios. São Paulo: Futura, 2002.

INSTITUTE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica nº 023 de 08 de junho de 2015**. Disponível em: <download.inep.gov.br/educacao_superior/.../nota_tecnica_n023.pdf> Acesso em: 29 jun. 2015.

INSTITUTE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica nº 08 de 04 de março de 2015**. Disponível em: <download.inep.gov.br/educacao_superior/.../nota_tecnica_n008.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

INSTITUTE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica nº 14/2014 de 07 de fev. de 2014**. Disponível em: <<portal.inep.gov.br/educacaosuperior/indicadores/notas-tecnicas>> Acesso em: 29 jun. 2015.

INSTITUTE NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica nº 065 de 09 de outubro de 2014**. Disponível em: <<portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/notas-tecnicas>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse: 2006 e 2013. Brasília: INEP, 2013.

JEZINE, Edineide ; CHAVES, Vera Lúcia Jacob ; Cabrito, Belmiro Gil . Acesso ao ensino superior no contexto da globalização. Os casos do Brasil e de Portugal. Revista Lusófona de Educação , v. 01, p. 57-79, 2011.

YANNOULAS, Silvia Cristina; SOUZA, Camila Rosa Fernandes de; ASSIS, Samuel Gabriel. Políticas educacionais e Estado avaliador: uma relação conflitante. **Sociedade em Debate (UCPel)**, v. 15, n.2, p. 55-67, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/351>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualidade e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Rio de Janeiro: Intertexto, 2005.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA**. 2001. 291 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, 2002.

_____. La evaluación en la biblioteca universitaria brasileña: evolución y propuesta de mejora. 2007. 405 p. Tese (Doctorado en Documentación) – Universidad Carlos III de Madrid

_____. **A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA: UM MODELO PARA AVALIAR SEU DESEMPENHO**. Salvador: [S.l.], 2008.

_____. **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão**. Salvador: Edufba, 2011.

MAUÉS, Olgaíses. A avaliação institucional como política pública. In: **políticas públicas educacionais**. Maria José Alviz do Rosário e Ronaldo Marcos de Lima Araújo. Campinas: Alínea, 2008.

Moura, Maria Elba Dantas de. **O SINAES na UFPB: relato de experiências da comissão própria de avaliação e da comissão executiva de avaliação institucional da Universidade Federal da Paraíba**. 2006.

MONTEIRO, Renata Conceição Neves. **Evolução histórica das autoavaliações institucionais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. [s.n:S.l].

NASCIMENTO, Francivaldo dos santos; HELAL, Diogo Henrique. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do Campus do Litoral Norte da UFPB. Revista GUAL, v.8, n.1, p.45-67, 2015.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Construindo o estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RANGANATHAN. Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de lemos, 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**; a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPIERI, Roberto Hernández; CALADO, Carlos Fernández; LÚCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. Estado-avaliador: reflexões sobre evolução no Brasil. RBPAE, v.31,n.3,p.493-510, set./dez., 2015

SILVA, Vera Lúcia de Mendonça. **Manual: como elaborar um questionário**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2012.

SILVA, D.A. da; ARAUJO, I.A. *Auxiliar de biblioteca*: técnicas e práticas para formação profissional. 5. ed. Brasília: Thesaurus, 2003.

TORRES, Cristiane Batista bezerra. Docentes e discentes da área de odontologia e a busca por informações na biblioteca universitária. CASTRO, Mônica Maria M.R. Nunes de. **Desafiando os domínios da informação**, Teresina: EDUFPI, 2002, p.53-80.

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018. João Pessoa, Dez/2014. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/?q=pdi_2009_2012> Acesso em 18 jun. 2015.

_____. Relatório de Autoavaliação Institucional 2014. João Pessoa, março/ 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/avalies/>> Acesso em 03 jul. 2015.

_____. Relatório de Autoavaliação Institucional 2013. João Pessoa, março/ 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/avalies/>> Acesso em 09 maio 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. CONSUNI: Resolução nº 31/2009.cria o sistema de biblioteca da UFPB. Disponível em: <www.ufpb.br/sods/09consuni.html> Acesso em: 16 set. 2014.

VIEIRA, Regina Beatriz Bevilacqua. **SINAES**: sistema nacional de avaliação da educação superior: da concepção à regulamentação. 2.ed. Ministério da educação: Brasília, 2004.

WILSON, Thomas. Alfred Schutz, phenomenology and research methodology for information behaviour research. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION SEEKING IN CONTEXT, 4., 2002. **Anais...** Lisboa: Universidade Lusíada, 2002. Disponível em: <<http://information.net/tdw/publ/papers/schutz02.html>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

APENDICE - A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre: SINAES E OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: construindo um modelo para SISTEMOTECA da UFPB. E está sendo desenvolvida pelo(s) pesquisador(es) mestrando Vicente Paulo Ramalho, matrícula 2015106968 vinculado à linha de pesquisa: Gestão, Avaliação e Financiamento do Ensino Superior aluno do Curso de mestrado profissional em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior – MPPGAV, linha de pesquisa gestão, avaliação e financiamento do ensino superior da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do(a) Prof(a) . Dr. – Swamy de Paula Lima Soares

Os objetivos do estudo são. Construir um modelo de avaliação para o sistema de Bibliotecas Universitárias da UFPB. Objetivos Específicos:

- ✓ Elencar cada indicador referente à biblioteca universitária segundo os extratos, portarias e notas técnicas do MEC/ INEP/SINAES/ SERES e UFPB;
- ✓ Elicitar os serviços ofertados por cada biblioteca da instituição;
- ✓ Identificar e discutir modelos de avaliação já existentes que incluem a biblioteca universitária;

.....

A finalidade deste trabalho é contribuir para: A construção de um instrumento de avaliação do desempenho do sistemoteca da UFPB, nesse sentido, pode contemplar preocupações relacionadas a questões de ordem formativa, regulamentária e participativa, que por sua vez influenciam no cumprimento da missão da biblioteca universitária

Solicitamos a sua colaboração para a elaboração do modelo através do QUESTIONÁRIO, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica (*se for o caso*). Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente

que receberei uma cópia desse documento.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) -----

Endereço (Setor de Trabalho):-----

Telefone: -----

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

APENDICE -B

REQUERIMENTO

ILMO. Senhor Pró-Reitor de Gestão de Pessoas - PROGEP

Francisco Ramalho

Eu, Vicente Paulo Ramalho, na qualidade de mestrando, matrícula 2015106968 do Curso de mestrado profissional em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior – MPPGAV, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr. Swamy de Paula Lima Soares.

Solicitamos A RELAÇÃO DE TODOS OS NOMES DOS BIBLIOTECÁRIOS(AS) DA UFPB. Pois, serão os sujeitos da pesquisa em desenvolvimento sobre: SINAES E OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: construindo um modelo para SISTEMOTECA DA UFPB. Vinculado ao Mestrado Profissional destinado à servidora das Instituições conveniada com a UFPB.

Os objetivos do estudo são. Construir um modelo de avaliação para o sistema de Bibliotecas Universitárias da UFPB. E Objetivos Específicos:

- ✓ Elencar cada indicador referente à biblioteca universitária segundo os extratos, portarias e notas técnicas do MEC/ INEP/SINAES/ SERES e UFPB;
- ✓ Elicitar os serviços ofertados por cada biblioteca da instituição;
- ✓ Identificar e discutir modelos de avaliação já existentes que incluem a biblioteca universitária;

Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes serão mantidos em sigilo, conforme Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB ☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com ou caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o pesquisador no seu ambiente de trabalho 3216-7278 biblioteca do CCS da UFPB, Matrícula SIAPNET: 1630732 ou sua Residência endereço: Rua José Clementino de Oliveira, 239 tambauzinho, CEP: 58.042-300 fone 83987015915, ou e-mail: vicentpramalho@gmail.com.

A finalidade deste trabalho é colaborar para a construção de um instrumento de avaliação do desempenho do SISTEMOTECA da UFPB, nesse sentido, pode contemplar preocupações relacionadas a questões de ordem formativa, regulamentária e participativa, que por sua vez influenciam no cumprimento da missão da biblioteca universitária e seus

conceitos de cursos - CPC.

Solicitamos a sua colaboração.

João Pessoa, **25/10/2016**.

Assinatura do Mestrando
Assinatura do Orientador



APENDICE -C

FORMULÁRIO

ESTA PESQUISA FAZ PARTE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO - RELATÓRIO TÉCNICO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MPPGAV DA UFPB.

NOME OU IDENTIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA

QUAIS DESSES SERVIÇOS ABAIXO SÃO OFERTADOS POR ESTA BIBLIOTECA? MARQUE APENAS UM X.

	X
RESERVAS DA BIBLIOGRAFIA USADA NOS CURSOS	
EMPRÉSTIMO DOMICILIAR AOS USUÁRIOS COM VÍNCULO INSTITUCIONAL	
CATÁLOGO DO ACERVO IMPRESSO	
CONSULTA ONLINE DO ACERVO	
PARTICIPAÇÃO EM REDES DE BIBLIOGRAFIA (CCN, BIBLIODATA E OCLC)	
COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	
ORIENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	
LIVRE ACESSO AO ACERVO	
ACESSIBILIDADE PARA USUÁRIOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	
SITE DA BIBLIOTECA	
CAPACITAÇÃO BIBLIOGRÁFICA	
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	
RENOVAÇÃO DE LIVROS ON-LINE	
ACESSO AO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
BIBLIOTECA DIGITAL INSTITUCIONAL (BDTD)	
ACESSO À BASE DE DADOS DE TEXTOS COMPLETOS (E-BOOKS)	
REDE SEM FIO: WI FI	
REDES SOCIAIS: TWITTER DA BIBLIOTECA	
REDES SOCIAIS: FACEBOOK DA BIBLIOTECA	
ELABORAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA	

Vicente Paulo Ramalho
Mestrando



APENDICE –D

QUESTIONÁRIO

Esta pesquisa faz parte do trabalho de conclusão - relatório técnico do mestrado profissional em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior – MPPGAV da UFPB. Objetivando contribuir com a instituição, com um modelo de avaliação de biblioteca universitária.

1º) INDIQUE A MISSÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UFPB?

2º) QUAL A ESTRUTURA LEGAL, FINANCEIRA E DOCUMENTAL DA BIBLIOTECA, REPRESENTADO PELA LEGISLAÇÃO E NORMAS QUE A ORIENTA. CITE ALGUNS DOCUMENTOS?

3º) QUAIS OS REQUISITOS IMPORTANTES NA ADMINISTRAÇÃO DA BIBLIOTECA REFERENTE À FUNÇÃO DO GESTOR(A)? DÊ SUA SUGESTÃO, INDICANDO ALGUNS ASPECTOS E CRITÉRIOS RELEVANTES?

4º) OPINEM SOBRE OS ASPECTOS RELEVANTES DA ESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAL DE UMA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA?

5º) NO QUE COMPETE A ADEQUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA. RECOMENDE UMA EQUIPE ADEQUADA PARA SUA OPERACIONALIDADE E FUNCIONALIDADE?

6º) NA SUA VISÃO, QUAIS INDICADORES E CRITÉRIOS RELEVANTES UTILIZAR NA ELABORAÇÃO DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA? QUE QUESTIONAMENTOS SERIAM FUNDAMENTAIS, QUAIS ASPECTOS. SUGIRA?



APÊNDICE - E

QUESTIONÁRIO *on line*

Sensibilização na construção da cultura de avaliação da biblioteca universitária da UFPB.

A) Como você avalia a biblioteca da UFPB que mais frequenta? Informe qual?
 _____. (☐ Ótimo (☐ Bom (☐ regular (☐ Ruim)

B) Qual sua frequência: Diária (☐), Semanal (☐), Mensal (☐) e Anual (☐)

C) Como você avalia o acervo da biblioteca referente à qualidade?
 (☐ Ótimo (☐ Bom (☐ regular (☐ Ruim

D) Como você avalia o acervo referente às bibliografias indicadas para o seu curso ou área de estudo?
 (☐ Ótimo (☐ Bom (☐ regular (☐ Ruim

E) Qual seu curso ou área de estudo? _____

F) Como você avalia os serviços ofertados:

Empréstimo domiciliar aos usuários com vínculo institucional

(☐ Ótimo (☐ Bom (☐ regular (☐ Ruim

Consulta online do acervo (☐ Ótimo (☐ Bom (☐ regular (☐ Ruim

Orientação e normatização de trabalhos acadêmicos - ABNT

(☐ Ótimo (☐ Bom (☐ Regular (☐ Ruim (☐ Desconhece

Acessibilidade para usuários com necessidades especiais

(☐ Ótimo (☐ Bom (☐ regular (☐ Ruim

Renovação de livros on-line (☐ Ótimo (☐ Bom (☐ Regular (☐ Ruim

() Desconhece

Comutação bibliográfica () Ótimo () Bom () Regular () Ruim ()

Desconhece

Acesso ao portal de Periódicos da CAPES

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Desconhece

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Desconhece

Internet *wi-fi* na biblioteca? () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Redes sociais: *facebook* da biblioteca () Ótimo () Bom () Regular ()

Ruim () Desconhece

G) Com você avalia o ambiente da biblioteca:

Sala de estudos () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Mesas e cadeiras () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Temperatura e climatização () Ótimo () Bom () Regular () Ruim

H) Como você avalia os equipamentos de uso para pesquisar: Portal Capes, periódicos eletrônicos da UFPB e e-books

() Ótimo () Bom () regular () Ruim () Desconhece

I) Como você avalia os terminais de consulta da biblioteca?

() Ótimo () Bom () regular () Ruim () Desconhece

J) Como você avalia o horário de atendimento da biblioteca que você mais frequenta?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Desconhece

K) Como você avalia os recursos humanos da biblioteca?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

L) Como você avalia o atendimento na biblioteca?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

M) Como você avalia o gestor ou responsável da biblioteca?

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Desconhece

N) Você é a favor de recursos financeiros para a biblioteca? Quantos por cento?

() 1%- Ruim() 5%- Regular () 10% - Bom() 20% - Ótimo

O) Como você avalia a Biblioteca Central?() Ótimo () Bom () Regular ()

Ruim

P) Como você avalia o horário de funcionamento da biblioteca central:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

Q) Como você avalia a divulgação dos serviços da biblioteca central:

() Ótimo () Bom () regular () Ruim

R) Como você avalia as compras para a biblioteca da Instituição ou Centro (bibliográfico – acervo) E equipamentos: (☐) Ótimo (☐) Bom (☐) Regular (☐) Ruim (☐) Desconhece

Vicente Paulo Ramalho
Mestrando

ANEXO - A

Baseado na Tese de Lubisco e Aprovada no Primeiro Seminário de Avaliação de Biblioteca Universitária em Salvador 2008.

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
4.1ADMINISTR AÇÃO	4.1.1 DESENVOLVI MENTO INSTITUCION AL DO PONTO DE VISTA DO ÓRGÃO COORDENAD OR (OC) DO SISTEMA DE BIBLIOTECA S	1) O ORGÃO COORDENADOR (OC) DEPENDE ORGANICAMENTE DA REITORIA OU DE UMA PRÓ-REITORIA (OU ORGÃO EQUIVALENTE). 2) O OC ESTÁ INCLUIDO NO PLANO DA IES, NO QUAL BASEIA SUA MISSÃO,E PARTICIPA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL. 3) A INSTITUIÇÃO DESTINA RECURSOS ESPECIFICOS PARA O OC, OU SEJA , ELE É UMA UNIDADE ORÇAMENTARIA PARA IES. 4) O ORÇAMENTO PARA O OC E DETERMINADO REGIMENTALMENTE E REPRESENTA UM MINIMO DE 4% OU 5% DO ORÇAMENTO DA IES (RECURSOS DO TESOURO ,NO CASO DAS IES PÚBLICAS;E RECURSOS GLOBAIS DA INSTITUIÇÃO, NO CASO DAS IES PRIVADAS), EXCLUINDO –SE A FOLHA DE PAGAMENTO*. 5) O OC CONTROLA A RECEITA PREVISTA, A RECEITA REAL E AS DESPESAS REALIZADAS. 6) O OC TEM INFRAESTRUTURA E ESTRUTURA PARA CAPTAR E GESTIONAR RECURSOS EXTERNOS PROCEDENTES DE PROJETOS,, EDITAIS,DEPARTAMENTOS,PROGAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO ETC. E ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE EXTERNA , QUE CONTRIBUAM PARA O SEU AUTOFINANCIAMENTO *O PERCENTUAL ATÉ A NOTA 3 PODE SER MENOR E JUSTIFICADO SE HOUVER UM ESCALONAMENTO DENTRO DE UM PLANO QUADRIENAL QUE , A PARTIR DE X ANOS ,ESTABELEÇA UM VALOR FIXO MINIMO ENTRE 2 E 3% DE RECURSOS DO TESOURO , NO CASO DE IES PUBLICA ;E O MESMO PERCENTUAL NO CASO DAS IES PRIVADAS .	5
	.	1) O ORGÃO COORDENADOR (OC) DEPENDE ORGANICAMENTE DA REITORIA OU DE UMA PRÓ-REITORIA (OU ORGÃO EQUIVALENTE). 2) O OC ESTÁ INCLUIDO NO PLANO DA IES, NO QUAL BASEIA SUA MISSÃO,E PARTICIPA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL 3) A INSTITUIÇÃO DETERMINA RECURSOS ESPECIFICOS PARA O OC, OU SEJA , ELE É UMA UNIDADE ORÇAMENTARIA PARA IES. 4) O ORÇAMENTO PARA O OC E DETERMINADO REGIMENTALMENTE E REPRESENTA 3% DO ORÇAMENTO DA IES (RECURSOS DO TESOURO ,NO CASO DAS IES PÚBLICAS;E RECURSOS GLOBAIS DA INSTITUIÇÃO, NO CASO DAS IES PRIVADAS), EXCLUINDO –SE A FOLHA DE PAGAMENTO*. 5) O OC CONTROLA A RECEITA PREVISTA, A RECEITA REAL E AS DESPESAS REALIZADAS 6) O OC TEM INFRAESTRUTURA E ESTRUTURA PARA CAPTAR E GESTIONAR RECURSOS EXTERNOS PROCEDENTES DE PROJETOS,, EDITAIS,DEPARTAMENTOS,PROGAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO ETC. E ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE EXTERNA , QUE CONTRIBUAM PARA O SEU AUTOFINANCIAMENTO.	4
		1) O ORGÃO COORDENADOR (OC) DEPENDE ORGANICAMENTE DA REITORIA OU DE UMA PRÓ-REITORIA (OU ORGÃO EQUIVALENTE). 2) O OC ESTÁ INCLUIDO NO PLANO DA IES, NO QUAL BASEIA SUA MISSÃO,E PARTICIPA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL. 3) A INSTITUIÇÃO DETERMINA RECURSOS ESPECIFICOS PARA O OC, OU SEJA , ELE É UMA UNIDADE ORÇAMENTARIA PARA IES. 4) O ORÇAMENTO PARA O OC E DETERMINADO REGIMENTALMENTE E REPRESENTA DE 1 A 2% DO ORÇAMENTO DA IES (RECURSOS DO TESOURO ,NO CASO DAS IES PÚBLICAS;E RECURSOS GLOBAIS DA INSTITUIÇÃO, NO CASO DAS IES PRIVADAS), EXCLUINDO –SE A FOLHA DE PAGAMENTO*. 5) O OC CONTROLA A RECEITA PREVISTA, A RECEITA REAL E AS DESPESAS REALIZADAS. 6) O OC TEM INFRAESTRUTURA E ESTRUTURA PARA CAPTAR E GESTIONAR RECURSOS EXTERNOS PROCEDENTES DE PROJETOS,, EDITAIS,DEPARTAMENTOS,PROGAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO ETC. E ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE EXTERNA , QUE CONTRIBUAM PARA O SEU AUTOFINANCIAMENTO.	3
		1) O ORGÃO COORDENADOR (OC) DEPENDE ORGANICAMENTE DA REITORIA	

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		OU DE UMA PRÓ-REITORIA (OU ORGÃO EQUIVALENTE). 2) O OC ESTÁ INCLUIDO NO PLANO INSTITUCIONAL POR MERA FORMALIDADE, ISTO É, TEM RECURSOS DETERMINADOS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA IES ,MAS NÃO PARTICIPA DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL. 3) O OC NÃO É UMA UNIDADE ORÇAMENTARIA , MAS PODE CAPTAR RECURSOS EXTERNOS PROCEDENTES DE PROJETOS , EDITAIS , DEPARTAMENTOS ,PROGAMAS DE PÓS- GRADUAÇÃO ETC.E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A COMUNIDADE EXTERNA ,QUE PERMITEM SEU AUTOFINANCIAMENTO . 4) O OC PODE CONHECER A DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO INSTITUCIONAL , MAS NÃO ALCANÇA OS PERCENTUAIS REFERENTES AS NOTAS DE 3 A 5.	2
		1) O OC DEPENDE ORGANICAMENTE DE UM SETOR TECNICO OU ADMINISTRATIVO DA IES. 2) O OC NÃO ESTA INCLUIDO NO PLANO INSTITUCIONAL E, PORTANTO, A DETERMINAÇÃO DE RECURSOS POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA IES É ALEATORIA OU EPISÓDICA . 3) O OC NÃO É UMA UNIDADE ORÇAMENTARIA E CONTA UNICAMENTE COM OS RECURSOS DETERMINADOS PELA IES.	1
4.1ADMINISTRAÇÃO	4.1.2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO REFERE -SE AO MODELO DE GESTÃO ,A PRÁTICA DE PLANEJAMENTO E AO SISTEMA AVALIAÇÃO	1) O MODELO DA GESTÃO DO OC SE BASEIA EM UMA MISSÃO ADEQUADA À MISSÃO INSTITUCIONAL E PARTIR DELA ELABORA SEU PLANO ESTRATÉGICO DE TRABALHO ,COM OBJETIVOS E METAS ESTABELECIDOS E DEVIDAMENTE ORÇADOS. 2) O OC CONTA COM UM REGIMENTO INTERNO E UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DEFINIDA E ADEQUADA A SUA FUNÇÃO COM RELAÇÃO A IES (NÃO ESTA SUPER NEM INFRADIMENCIONADA COM RELAÇÃO A IES E REFLETE BEM SUAS FUNÇÕES E FINALIDADES). 3) O OC TRABALHA EM REDE ELETRÔNICA COM S BIBLIOTECAS SETORIAIS(BBSS)E DISPÕE DE UM BANCO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (BIG)OU O SOFTWARE ADOTADO PARA O GERENCIAMENTO DA COLEÇÃO E DOS SERVIÇOS ATENDE AS DEMANDAS DO SISTEMA DE COLETA E DOS SERVIÇOS ATENDE AS DEMANDAS DO SISTEMA DE COLETA DE DADOS O SISTEMA DE COLETA DE DADOS E ELETRONICO E CONTA COM MANUAL DE INSTRUÇÕES. 4) O OC CONTA COM UM SETOR ESPECIFICO (OU UNIDADE ORGANIZACIONAL)DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO E SEU PESSOAL TEM FORMAÇÃO ADEQUADA PARA ESTE FIM OU CONTA COM O APOIO OU ASSESSORIA DE UMA COMISSÃO E PLANEJAMENTO OU DE BIBLIOTECA. 5) O OC OCUPA CONTA COM UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS BIBLIOTECAS DA IES, REGISTRADO EM UMA POLÍTICA E COM INSTRUMENTOS ESPECIFICOS (PRINCIPIOS E CRITÉRIOS ,SISTEMA DE COLETA DE DADOS E RESPECTIVO BIG, SISTEMA DE INDICADORES E PADRÕES , MODELO DEFINIDO DE RELATÓRIO ,MANUAIS DE PROCEDIMENTO E RELATORIO DE ANÁLISE CRÍTICA DE DESEMPENHO). 6) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS CONTA COM MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA (QUADRO DE AVISOS ,BOLETINS INFORMATIVOS,RAMAIS TELEFONICOS ,TELEFAX,CORREIO ELETRÔNICO, INTRANET).	5
		1) O MODELO DA GESTÃO DO OC SE BASEIA EM UMA MISSÃO ADEQUADA À MISSÃO INSTITUCIONAL E PARTIR DELA ELABORA SEU PLANO ESTRATÉGICO DE TRABALHO ,COM OBJETIVOS E METAS ESTABELECIDOS E DEVIDAMENTE ORÇADOS. 2).O OC CONTA COM UM REGIMENTO INTERNO E UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DEFINIDA E ADEQUADA A SUA FUNÇÃO COM RELAÇÃO A IES (NÃO ESTA SUPER NEM INFRADIMENCIONADA COM RELAÇÃO A IES REFLETE BEM SUAS FUNÇÕES E FINALIDADES). 3) O OC TRABALHA EM REDE ELETRÔNICA COM S BIBLIOTECAS SETORIAIS(BBSS)E DISPÕE DE UM BANCO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (BIG)OU O SOFTWARE ADOTADO PARA O GERENCIAMENTO DA COLEÇÃO E DOS SERVIÇOS ATENDE AS DEMANDAS DO SISTEMA DE COLETA E DOS SERVIÇOS ATENDE AS DEMANDAS DO SISTEMA DE COLETA DE DADOS O SISTEMA DE COLETA DE DADOS E ELETRONICO E CONTA COM MANUAL DE INSTRUÇÕES 4) O OC CONTA COM UM SETOR ESPECIFICO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL , MAS SEU PESSOAL NÃO TEM FORMAÇÃO ADEQUADA PARA ESTE FIM .CONTA COM O APOIO OU ACESSORIA DE UMA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO OU DE BIBLIOTECA. 5) O OC OCUPA CONTA COM UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS BIBLIOTECAS DA IES, REGISTRADO EM UMA POLÍTICA E COM INSTRUMENTOS ESPECIFICOS (PRINCIPIOS E CRITÉRIOS ,SISTEMA DE	4

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		COLETA DE DADOS E RESPECTIVO BIG, SISTEMA DE INDICADORES E PADRÕES , MODELO DEFINIDO DE RELATÓRIO ,MANUAIS DE PROCEDIMENTO E RELATORIO DE ANÁLISE CRITICA DE DESEMPENHO). 6) O SISTEMA DE BIBLIOTECA CONTA COM MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA (QUADROS DE AVISOS,BOLETINS , INFORMATIVOS,RAMAIS TELEFÔNICOS ,TELEFAX,CORREIO ELETRONICO , MAS NÃO CONTA COM INFRANET).	
		1) O MODELO DA GESTÃO DO OC SE BASEIA EM UMA MISSÃO ADEQUADA À MISSÃO INSTITUCIONAL E PARTIR DELA ELABORA SEU PLANO ESTRATÉGICO DE TRABALHO ,COM OBJETIVOS E METAS ESTABELECIDOS E DEVIDAMENTE ORÇADOS. 2).O OC CONTA COM UM REGIMENTO INTERNO E UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DEFINIDA E ADEQUADA A SUA FUNÇÃO COM RELAÇÃO A IES (NÃO ESTA SUPER NEM INFRADIMENSIONADA COM RELAÇÃO A IES REFLETE BEM SUAS FUNÇÕES E FINALIDADES). 3) O OC TRABALHA EM REDE ELETRÔNICA COM S BIBLIOTECAS SETORIAIS(BBSS)E DISPÕE DE UM BANCO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (BIG)OU O SOFTWARE ADOTADO PARA O GERENCIAMENTO DA COLEÇÃO E DOS SERVIÇOS ATENDE AS DEMANDAS DO SISTEMA DE COLETA E DOS SERVIÇOS ATENDE AS DEMANDAS DO SISTEMA DE COLETA DE DADOS O SISTEMA DE COLETA DE DADOS E ELETRONICO E CONTA COM MANUAL DE INSTRUÇÕES 4) O OC CONTA COM UM SETOR ESPECIFICO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL , MAS SEU PESSOAL NÃO TEM FORMAÇÃO ADEQUADA PARA ESTE FIM .CONTA COM O APOIO OU ACESSORIA DE UMA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO OU DE BIBLIOTECA. 5) O OC REALIZA ESPORADICAMENTE UMA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS BIBLIOTECAS DA IES ,ISTO E, NÃO COMO UMA PRÁTICA DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO. 6) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS CONTA COM MECANISMOS FORMAIS,DE COMUNICAÇÃO INTERNA (QUADROS DE AVISOS ,BOLETINS INFORMATIVOS ,CORREIO ELETRONICO ,TELEFAX MAIS NÃO CONTA COM RAMAIS TELEFÔNICOS NEM INTRANET).	3
		1) O MODELO DE GESTÃO DO OC NÃO SE BASEIA NECESARIAMENTE EM UMA MISSÃO ,MAS TEM UM PLANO DE TRABALHO ANUAL.OS OBJETIVOS ESTÃO EM DESACORDO COM A FUNÇÃO DO OC. 2) O OC APRESENTA UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SUPER OU INFRADIMENSIONADA. 3) A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SUGERE UM SISTEMA , MAS TEM DIFICULDADES QUANTO A COORDENAÇÃO DAS BBSS.COLETA DADOS DE FORMA ASSISTEMATICA. 4) AS ATIVIDADES DE GESTÃO SÃO CENTRALIZADAS ,ISTO E,AS EXECUTA O DIRIGENTE DO OC.NÃO CONTA COM ACESSORIA OU COMISSÃO DE PLANEJAMENTO OU DE BIBLIOTECA. 5) O OC NÃO REALIZA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS. 6) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS CONTA COM MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA PORÉM RESTRITOS (QUADROS DE AVISOS E CORREIO ELETRONICO).	2
		1) O MODELO DE GESTÃO DO OC TEM DIRETRIZES DE TRABALHO,MAS NÃO COMO UM INSTRUMENTO DE USO SISTEMATICO.TRATA-SE MAIS DE UM MODELO IMPROVISADO, QUE ATUA SEGUNDO AS NECESSIDADES DO MOMENTO . 2) O OC APRESENTA UMA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SUPER OU INFRADIMENSIONADA ,ISTO E ,TEM POUCA FUNCIONALIDADE .TEM DIFICULDADES PARA COORDENAR AS DIVERSAS BIBLIOTECAS DA IES.AS BBSS NÃO DISPÕEM DE COLETA DE DADOS. 3) O OC NÃO REALIZA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS. 4) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS NÃO ADOTA MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO INTERNA .A COMUNICAÇÃO E EPISODICA	1
4.1ADMINISTRAÇÃO	4.1.3 PESSOAL REFERE-SE AO CONTROLE DO PESSOAL NO QUE DIZ RESPEITO A GESTÃO DOS	1) O OC CONHECE O QUANTITATIVO DE PESSOAS LOTADAS POR CATEGORIA, POR FUNÇÃO E POR TITULAÇÃO. 2) A FORMAÇÃO DO PESSOAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS ESTA DE ACORDO COM SUAS FUNÇÕES. 3) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS MANTEM UMA PROPORÇÃO DE PESSOAL SEGUNDO O NUMERO DE USUARIOS, CONFORME SEGUE: *1 BIBLIOTECARIO/400 A 500 ALUNOS *1 AUXILIAR DE BIBLIOTECA ATE 500 ALUNOS *1 BIBLIOTECARIO-CHEFE ISETOR DO OC E DAS BIBLIOTECAS SETORIAIS *2 ESTAGIARIOS I BIBLIOTECARIO PARA OS SERVIÇOS AO USUARIO (AUXILIO NA LOCALIZAÇÃO DE MATERIAL, EMPRESTIMO,COMUTACÃO BIBLIOGRAFICA)E APOIO AOS SERVIÇOS TÉCNICOS (PRÉ-CATALOGAÇÃO E CATALOGAÇÃO COOPERATIVA ,REPOSIÇÃO DE MATERIAL NAS ESTANTES	5

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
	PROCESSOS DE INTERESSE DA IES E DO PRÓPRIO SERVIDOR – FREQUÊNCIA, FÉRIAS, LICENÇAS, LOTÇÃO, REMANEJAMENTO ETC- ETRATA DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, CONSIDERANDO OS OBJETIVOS, AS NECESSIDADES, AS DEMANDAS E A INOVAÇÃO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS	.ETIQUETAGEM). 4) O PLANO ESTRATÉGICO DO OC INCLUI UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TODO PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL, EM CONSONÂNCIA COM OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS OU COM AS NECESSIDADES DIAGNOSTICADAS. CONTA COM DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA ESPECIFICA PARA TAL	
		. 1) O OC CONHECE O QUANTITATIVO DE PESSOAS LOTADAS POR CATEGORIA, POR FUNÇÃO E POR TITULAÇÃO. 2) A FORMAÇÃO DO PESSOAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS ESTA DE ACORDO COM SUAS FUNÇÕES. 3) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS MANTEM UMA PROPORÇÃO DE PESSOAL SEGUNDO O NUMERO DE USUARIOS, CONFORME SEGUE: *1 BIBLIOTECARIO \500 A 750 ALUNOS *1 AUXILIAR DE BIBLIOTECA \500 A 750 ALUNOS *1 BIBLIOTECARIO –CHEFE \SETOR DO OC E DAS BBSS. *2 ESTAGIARIOS \BIBLIOTECARIO PARA OS SERVIÇOS AO USUARIO (AUXILIO NA LOCALIZAÇÃO DE MATERIAL, EMPRESTIMO, COMUTAÇÃO BIBLIOGRAFICA) E APOIO AOS SERVIÇOS TÉCNICOS (PRÉ-CATALOGAÇÃO COOPERATIVA, REPOSIÇÃO DE MATERIAL NAS ESTANTES, ETIQUETAGEM). 4) O PLANO ESTRATÉGICO DO OC INCLUI UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARA TODO PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL, EM CONSONÂNCIA COM OS OBJETIVOS ESTABELECIDOS OU COM AS NECESSIDADES DIAGNOSTICADAS. CONTA COM DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA ESPECIFICA PARA TAL.	4
		1) O OC CONHECE O QUANTITATIVO DE PESSOAS LOTADAS POR CATEGORIA, POR FUNÇÃO E POR TITULAÇÃO. 2) A FORMAÇÃO DO PESSOAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS ESTA DE ACORDO COM SUAS FUNÇÕES. 3) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS MANTEM UMA PROPORÇÃO DE PESSOAL SEGUNDO O NUMERO DE USUARIOS, CONFORME SEGUE: *1 BIBLIOTECARIO \500 A 750 ALUNOS *1 AUXILIAR DE BIBLIOTECA \500 A 750 ALUNOS *1 BIBLIOTECARIO –CHEFE \SETOR DO OC E DAS BBSS. *2 ESTAGIARIOS \BIBLIOTECARIO PARA OS SERVIÇOS AO USUARIO (AUXILIO NA LOCALIZAÇÃO DE MATERIAL, EMPRESTIMO, COMUTAÇÃO BIBLIOGRAFICA) E APOIO AOS SERVIÇOS TÉCNICOS (PRÉ-CATALOGAÇÃO COOPERATIVA, REPOSIÇÃO DE MATERIAL NAS ESTANTES, ETIQUETAGEM). 4) O PLANO ESTRATEGICO DO OC INCLUI UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA ALGUMAS CATEGORIAS FUNCIONAIS, SEGUNDO OPORTUNIDADES EMERGENTE. CONTA COM DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA ESPECIFICA PARA TAL	3
		1) O OC CONHECE O QUANTITATIVO DE PESSOAS LOTADAS POR CATEGORIA, POR FUNÇÃO E POR TITULAÇÃO. 2) A FORMAÇÃO DO PESSOAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS EM SUA MAIORIA ESTA DE ACORDO COM SUAS FUNÇÕES, MAS APRESENTA CASOS DE DESVIO DE FUNÇÃO. 3) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS MANTEM UMA PROPORÇÃO DE PESSOAL SEGUNDO O NUMERO DE USUARIOS, CONFORME SEGUE: *1 BIBLIOTECARIO \MAIS DE 1000 ALUNOS. *1 AUXILIAR DE BIBLIOTECA \MAIS DE 1000 ALUNOS. *1 BIBLIOTECARIO –CHEFE DO OC E DAS BBSS, SEM CHEFIAS INTERMEDIARIAS. *1 ESTAGIARIO PARA AUXILIAR NOS SERVIÇOS AOS USUARIOS E NOS SERVIÇOS TÉCNICOS.	2

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		4) O PLANO ESTRATEGICO DO OC INCLUI UM PROGAMA DE FORMAÇÃO DE PESSOAL PARA ALGUMAS CATEGORIAS FUNCIONAIS ,SEGUNDO OPORTUNIDADES EMERGENTE. CONTA COM DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA ESPECIFICA PARA TAL	
		1) O OC CONHECE O QUANTITATIVO DE PESSOAS LOTADAS POR CATEGORIA ,POR FUNÇÃO E POR TITULAÇÃO. 2) A FORMAÇÃO DO PESSOAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS EM SUA MAIORIA ESTA DE ACORDO COM SUAS FUNÇÕES , MAS APRESENTA CASOS DE DESVIO DE FUNÇÃO. 3) O SISTEMA DE BIBLIOTECAS MANTEM UMA PROPORÇÃO DE PESSOAL SEGUNDO O NUMERO DE USUARIOS ,CONFORME SEGUE: *1 BIBLIOTECARIO \MAIS DE 1000 ALUNOS. *1 AUXILIAR DE BIBLIOTECA \MAIS DE 1000 ALUNOS. *1 BIBLIOTECARIO –CHEFE DO OC E DAS BBSS , SEM CHEFIAS INTERMEDIARIAS. *NÃO CONTA COM ESTAGIÁRIOS . 4) O OC NÃO TEM PROGAMA DE FORMAÇÃO DE PESSOAL.A EDUCAÇÃO CONTINUADA E EPISODICA OU NÃO OCORRE .NÃO ESTABELECE PRIORIDADES POR CATEGORIAS FUNCIONAIS SEGUNDO AS NECESSIDADES .NÃO HÁ DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA PARA TAL	1
4.1ADMINISTR AÇÃO	4.1.4 ESPAÇO FISICO REFERE- SE AOS ESPAÇOS DESTINADOS AOS USUARIOS ,A ADMINISTRA ÇÃO E AOS MATERIAIS ;INCLUI AS CONDIÇÕES DE USO :CAPACIDAD E DE OCUPAÇÃO SIMULTANÊA , SALAS PARA TRABALHO INDIVIDUAL E EM GRUPO ,ACESSO A DEFICIENTES FISICOS	1) O EDIFICIO E APROPRIADO PARA BIBLIOTECA E SEGUE O PADRÃO :ACIMA DE 1M2 \ALUNO MATRICULADO E 1 ASSENTO \5 ALUNOS. 2) PARA USUARIOS ; *AREA DE 2.00 E 2.50 M²\ USUARIO PARA PRESENÇA SIMULTÂNEA DE MAIS 50% DOS ALUNOS MATRICULADOS NO TURNO DE MAIOR AFLUÊNCIA . *SALAS PARA ESTUDO EM GRUPO DE 4 A 6 USUÁRIOS , EM QUANTIDADE DE 4 A 5% DO TOTAL DE ALUNOS .MEDIDA 9 A 10CM². *MESAS INDIVIDUAIS EM QUANTIDADE DE 6 A 8% DO TOTAL DE ALUNOS 3) PARA A ADMINISTRAÇÃO \AREA TÉCNICA \SERVIÇOS *POSTO COLETIVO DE TRABALHO :5 A 6M²\2 PESSOAS *ÁREA DE CONVIVÊNCIA (SALA DE DESCANSO ,CAFÉ ETC) *DEPÓSITO (PARA MATERIAIS DE MANUTENÇÃO ,ASSEIO EQUIPAMENTOS ETC). *SALA DE REUNIÃO 4) PARA COLEÇÕES : * 1M² DE ESTANTE ABERTA \150 VOLUMES (OU 60M² \10.000 VOLUMES).CONSIDERAR DE 1,20 A 1,50 M DE CORREDOR ENTRE ESTANTES. *LAJES COM CAPACIDADE PARA SUPORTAR DE 750 -1000KG\ 5)CONDIÇÕES IMPRESCINDIVEIS DE ACESSIBILIDADE * RAMPAS DE ACESSO PARA DEFICIENTES FISICOS , SEGUNDO AS NORMAS DA ABNT E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR * ELEVADORES OU PLATAFORMA ELEVADORA ,SE FOR O CASO *POSTO DE CONSULTA AO CATALOGO ON-LINE E MOBILIARIO PARA DEFICIENTES *BANHEIROS PARA DEFICIENTES 6) OUTROS ESPAÇOS (PRESCINDIVEIS ,TENDO EM VISTA AQUELES QUE AS BB PODEM COMPARTILHAR COM A IES): *AREA PARA EXPOSIÇÕES ,LANÇAMENTO ETC. *AUDITORIO *SALA PARA TREINAMENTO	5
		1) O EDIFICIO E APROPRIADO PARA BIBLIOTECA E SEGUE O PADRÃO :ACIMA DE 1M² \ALUNO MATRICULADO E 1 ASSENTO \6 A 7 ALUNOS 2) PARA USUARIOS ; *AREA DE 2.00 E 2.50 M²\ USUARIO PARA PRESENÇA SIMULTÂNEA DE MAIS 50% DOS ALUNOS MATRICULADOS NO TURNO DE MAIOR AFLUÊNCIA . *SALAS PARA ESTUDO EM GRUPO DE 4 A 6 USUÁRIOS , EM QUANTIDADE DE 4 A 5% DO TOTAL DE ALUNOS .MEDIDA 9 A 10CM². *MESAS INDIVIDUAIS EM QUANTIDADE DE 4 A 5% DO TOTAL DE ALUNOS MEDIDA: 3) PARA A ADMINISTRAÇÃO \ÁREA TÉCNICA \SERVIÇOS *PARA A ADMNISTRAÇÃO \ÁREA TÉCNICA \SERVIÇOS *POSTO COLETIVO DE TRABALHO 5M²\2 PESSOAS *ÁREA DE CONVIVÊNCIA (SALA DE DESCANSO ,CAFÉ ETC) *DEPÓSITO (PARA MATERIAIS DE MANUTENÇÃO ,ASSEIO EQUIPAMENTOS ETC). *SALA DE REUNIÃO 4) PARA COLEÇÕES : * 1M² DE ESTANTE ABERTA \150 VOLUMES (OU 60M² \10.000 VOLUMES).CONSIDERAR DE 1,20 A 1,50 M DE CORREDOR ENTRE ESTANTES. *LAJES COM CAPACIDADE PARA SUPORTAR DE 750 -1000KG\ 5) CONDIÇÕES IMPRESCINDIVEIS DE ACESSIBILIDADE * RAMPAS DE ACESSO PARA DEFICIENTES FISICOS , SEGUNDO AS NORMAS DA ABNT E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR * ELEVADORES OU PLATAFORMA ELEVADORA ,SE FOR O CASO *POSTO DE CONSULTA AO CATALOGO ON-LINE E MOBILIARIO PARA	4

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		DEFICIENTES *BANHEIROS PARA DEFICIENTES 6) OUTROS ESPAÇOS (PRESCINDIVEIS ,TENDO EM VISTA AQUELES QUE AS BB PODEM COMPARTILHAR COM A IES): *AREA PARA EXPOSIÇÕES ,LANÇAMENTO ETC. *AUDITORIO *SALA PARA TREINAMENTO	
		1) O EDIFICIO APROPRIADO PARA BIBLIOTECA E SEGUE OPADRÃO :0,50M²ALUNO E 1 ASSENTO \8 A 10 ALUNOS . 2) PARA USUARIOS: *AREA DE 2.00 E 2.50 M² \USUARIO PARA CONSULTA SIMULTÂNEA DE 20 A 30% DOS ALUNOS MATRICULADOS NO TURNO DE MAIOR AFLUÊNCIA . * SALAS PARA ESTUDO EM GRUPO DE 4 A 6 USUÁRIOS NA QUANTIDADE DE 1 A 2% DO TOTAL DE ALUNOS .MEDIDA 8M² *MESAS INDIVIDUAIS NA QUANTIDADE PARA 2 A 3% DO TOTAL ALUNOS . 3) PARA A ADMINISTRAÇÃO \AREA TECNICA \SERVIÇOS *POSTO COLETIVO DE TRABALHO :5 A 6 M² \3 PESSOAS *NÃO DISPOE DE AREA DE CONVIVÊNCIA *DEPÓSITO (PARA MATERIAIS DE MANUTENÇÃO ,ASSEIO ,EQUIPAMENTO ETC). 4) PARA COLEÇÕES : * 1M² DE ESTANTE ABERTA \150 VOLUMES (OU 60M² \10.000 VOLUMES).CONSIDERAR DE 1,20 A 1,50 M DE CORREDOR ENTRE ESTANTES. *LAJES COM CAPACIDADE PARA SUPORTAR DE 750 -1000KG\ 5) CONDIÇÕES IMPRESCINDIVEIS DE ACESSIBILIDADE * RAMPAS DE ACESSO PARA DEFICIENTES FISICOS , SEGUNDO AS NORMAS DA ABNT E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR * ELEVADORES OU PLATAFORMA ELEVADORA ,SE FOR O CASO *POSTO DE CONSULTA AO CATALOGO ON-LINE E MOBILIARIO PARA DEFICIENTES *BANHEIROS PARA DEFICIENTES 6) OUTROS ESPAÇOS (PRESCINDIVEIS ,TENDO EM VISTA AQUELES QUE AS BB PODEM COMPARTILHAR COM A IES): *AREA PARA EXPOSIÇÕES ,LANÇAMENTO ETC. *AUDITORIO *SALA PARA TREINAMENTO	3
		1) O EDIFICIO ADAPTADO E SEGUE PADRÃO LONGE DO DESEJÁVEL .UM ASSENTO \11 A 14 ALUNOS 2) PARA USUARIOS ; *AREA DE 2.00 E 2.50 M² \USUARIO PARA CONSULTA SIMULTANÊA DE 10 A 20% DOS ALUNOS MATRICULADOS NO TURNO DE MAIOR AFLUÊNCIA .. *SALAS PARA ESTUDO EM GRUPO DE 4 A 6 USUÁRIOS , EM QUANTIDADE DE 4 A 5% DO TOTAL DE ALUNOS .MEDIDA:9 A 10M². *MESAS INDIVIDUAIS EM QUANTIDADE DE 6 A 8% DO TOTAL DE ALUNOS . 3) PARA A ADMINISTRAÇÃO \AREA TÉCNICA \SERVIÇOS *POSTO COLETIVO DE TRABALHO :5 A 6M²\2 PESSOAS . *AREA DE CONVIVÊNCIA (SALA DE DESCANSO ,CAFÉ ETC.) *DEPOSITO (PARA MATERIAIS DE MANUTENÇÃO ,ASSEIO ,EQUIPAMENTOS ETC.) * SALA DE REUNIÃO 4) PARA COLEÇOES 1M² DE ESTANTE ABERTA\150 VOLUMES (OU 60M²\10.000 VOLUMES).CONSIDERAR DE 1,20 A 1,50 M DE CORREDOR ENTRE ESTANTES. *LAJES COM CAPACIDADES PARA SUPORTAR DE 750 -1000KG\1M² 5) CONDIÇÕES IMPRESCINDIVEIS DE ACESSIBILIDADE *RAMPAS DE ACESSO PARA DEFICIENTES FISICOS ,SEGUNDO AS NORMAS DA ABNT E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR *ELEVADORES OU PLATAFORMA ELEVADORA ,SE FOR O CASO *POSTOS DE CONSULTA AO CATALOGO ON-LINE E MOBILIARIO PARA DEFICIENTES *BANHEIROS PARA DEFICIENTES 6) OUTROS ESPAÇOS (PRESCINDIVEIS ,TENDO EM VISTA AQUELES QUE AS BB PODEM COMPARTILHAR COM A IES): *AUDITORIO *SALA PARA TREINAMENTO	2
		1) O EDIFICIO E ADAPTADO E SEGUE PADRÃO LONGE DO DESEJÁVEL .UM ASSENTO \15 E MAIS ALUNOS. 2) PARA USUARIOS ; *AREA DE 2.00 E 2.50 M² \USUARIO PARA CONSULTA SIMULTANÊA DE 10 DOS ALUNOS MATRICULADOS NO TURNO DE MAIOR AFLUÊNCIA .. 3) PARA ADMINISTRAÇÃO \AREA TECNICA \SERVIÇOS *POSTO COLETIVO DE TRABALHO:6M² \4 PESSOAS	1

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		*NÃO CONTA COM DÉPOSITO (PARA MATERIAIS DE MANUTENÇÃO ,ASSEIO ,EQUIPAMENTOS ETC.)E NÃO COMPARTILHA COM A IES . *ESTANTE FECHADA *AS LAJES COM CAPACIDADE PARA SUPORTAR 750-1000KG/M2	
4.1ADMINISTR AÇÃO	4.1.5 FUNCIONAM ENTO REFERE-SE AOS DIAS E HORARIOS DE ABERTURA DA BIBLIOTECA	AS BB ABREM 7 DIAS \SEMANA E MAIS DE 12 HORAS DIÁRIAS ININTERRUPTAS, OFERECENDO TODOS OS SERVIÇOS	5
		AS BB ABREM 6 DIAS \SEMANA E MAIS DE 12 HORAS DIÁRIAS ININTERRUPTAS, OFERECENDO TODOS OS SERVIÇOS	4
		AS BB ABREM 5 OU 6 DIAS \SEMANA E 12 HORAS.DIÁRIAS ININTERRUPTAS DE SEGUNDA A SEXTA –FEIRA E UM MINIMO DE 4 OU 5 HORAS AOS SABADOS, AINDA QUE NÃO OFEREÇA TODOS OS SERVIÇOS	3
		AS BB ABREM 5 OU 6 DIAS \SEMANA EM HORARIO COMERCIAL,SEM INTERRUPÇÃO.	2
		AS BB ABREM 5 DIAS\SEMANA , EM HORARIO COMERCIAL. COM INTERRUPÇÃO	1
4.1ADMINISTR AÇÃO	4.1.6 INFRAESTRU TURA PARA SERVIÇOS REFERE –SE AOS RECURSOS TECNICOS E TECNOLOGIC OS DISPONIVEIS ,PARA USO INTERNO E PARA OS USUARIOS	1) AS BB CONTAM COM 1 MICRO \10 USUARIOS,2MICROS\300 A 400 TRANSAÇÕES DIARIAS, SENDO 1 PARA EMPRESTIMO E 1 PARA DEVOLUÇÃO \RENOVAÇÃO NA BIBLIOTECA ;1 EQUIPAMENTO DE AUTOEMPRESTIMO E AUTODEVOLUÇÃO ;1 SCANNER;1MICRO\PROFISSIONAL DE BIBLIOTECA. 2) AS BB OFERECEM ACESSO LIVRE A INTERNET ,A EXEMPLO DO QUE RECOMENDA O MANIFIESTO DE LA IFLA\UNESCO SOBRE INTERNET(http://www.ifla.org/ifaile/policy/ifaostat/internet-manifestouguideline-es.pdf)E DISPÕE DE REDE SEM FIO (WIRELESS) 3) AS BB CONTAM COM SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PARA USO INTERNO E PARA OS USUARIOS ,MEDIANTE AUTOSSERVIÇO	5
		1) AS BB CONTAM COM 1 MICRO \10 A 15 USUARIOS,2MICROS\ 400 TRANSAÇÕES DIARIAS, SENDO 1 PARA EMPRESTIMO E 1 PARA DEVOLUÇÃO \RENOVAÇÃO NA BIBLIOTECA ;1 EQUIPAMENTO DE AUTOEMPRESTIMO E AUTODEVOLUÇÃO ;1 SCANNER;1MICRO\PROFISSIONAL DE BIBLIOTECA.NÃO DISPÕES DE EQUIPAMENTO DE AUTOSSERVIÇO. 2) AS BB OFERECEM ACESSO LIVRE A INTERNET ,A EXEMPLO DO QUE RECOMENDA O MANIFIESTO DE LA IFLA\UNESCO SOBRE INTERNET(http://www.ifla.org/ifaile/policy/ifaostat/internet-manifestouguideline-es.pdf)E DISPÕE DE REDE SEM FIO (WIRELESS) 3) AS BB CONTAM COM SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PARA USO INTERNO E PARA OS USUARIOS ,MEDIANTE AUTOSSERVIÇO	4
		1) AS BB CONTAM COM 1 MICRO \15 A 20 USUARIOS ,2 MICROS\400 TRANSAÇÕES DIARIAS, SENDO 1 PARA EMPRÉSTIMO E 1 PARA DEVOLUÇÃO E RENOVAÇÃO NA BIBLIOTECA ;1 SACANNER; E 1 MICRO \PROFISSIONAL DE BIBLIOTECA .NÃO DISPÕE DE EQUIPAMENTO DE AUTOSSERVIÇO. 2) AS BB OFERECEM ACESSO LIVRE A INTERNET ,A EXEMPLO DO QUE RECOMENDA O MANIFIESTO DE LA IFLA\UNESCO SOBRE INTERNET(http://www.ifla.org/ifaile/policy/ifaostat/internet-manifestouguideline-es.pdf)E DISPÕE DE REDE SEM FIO (WIRELESS). 3) AS BB CONTAM COM SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS PARA USO INTERNO	3
		1) AS BB CONTAM COM 1 MICRO \MAIS DE 20 USUARIOS ;O SERVIÇO DE EMPRESTIMO\RESERVA\DEVOLUÇÃO ESTA PARCIALMENTE AUTOMIZADO ,1 MICRO\2 A 3 PROFISSIONAIS DE BIBLITECA. 2) AS BB OFERECEM ACESSO LIVRE A INTERNET , MEDIANTE CABEAMENTO (SEM WIRELESS). 3)AS BB NÃO CONTAM COM SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	2
		1)AS BB CONTAM COM 1 MICRO \MAIS DE 20 USUARIOS ;O SERVIÇO DE EMPRESTIMO \RESERVA \DEVOLUÇÃO E MANUAL ;1 MICRO \4 OU MAIS PROFISSIONAIS DE BIBLIOTECA . 2) AS BB NÃO OFERECEM ACESSO LIVRE A INTERNET. 3) AS BB NÃO CONTAM COM SERVIÇO DE REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	1
4.1ADMINISTR AÇÃO	4.1.7 SEGURANÇA E	1) O OC TEM POLITICAS E RECURSOS PARA A PREVENÇÃO E REPAROS DOS EDIFICIOS, DAS COLEÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS (SISTEMA DE ALARME CONTRA INCÊNDIO , EXTINTORES EM QUANTIDADE RECOMENDADA \M2 ,	5

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
	CONDIÇÕES AMBIENTAIS REFERE-SE AO AMBIENTE DA BIBLIOTECA EM GERAL, RELACIONADO COM A SEGURANÇA DOS BENS E DAS PESSOAS, ASSIM COMO AO CONFORTO E A RACIONALIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS, SEGUNDO SEU USO	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES, SISTEMA ANTIFURTO, MICROCAMERAS DE SEGURANÇA, LIMPEZA DO AMBIENTE, HIGIENIZAÇÃO DO ACERVO). 2) O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DAS BB OBEDECE AS NORMAS VIGENTES DE 200 A 300 LUX PARA AS SALAS DE LEITURA. 2.1 A TEMPERATURA DAS BB SE AJUSTA ENTRE 18 E 22 °C E HA CONTROLE DE UMIDADE	
		1) O OC TEM POLITICAS E RECURSOS PARA A PREVENÇÃO E REPAROS DOS EDIFICIOS, DAS COLEÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS (SISTEMA DE ALARME CONTRA INCÊNDIO, EXTINTORES EM QUANTIDADE RECOMENDADA 1M2, MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES, SISTEMA ANTIFURTO, LIMPEZA DO AMBIENTE, MAS NÃO CONTA MICROCÂMERAS DE SEGURANÇA). 2) O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DAS BB OBEDECE AS NORMAS DE 200 A 300 LUX PARA AS SALAS DE LEITURA. 3) A TEMPERATURA DAS BB SE AJUSTA ENTRE 18 E 22°C E HÁ CONTROLE DE UMIDADE.	4
		1) O OC TEM POLITICAS E RECURSOS PARA A PREVENÇÃO E REPAROS DOS EDIFICIOS, DAS COLEÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS (SISTEMA DE ALARME CONTRA INCÊNDIO, EXTINTORES EM QUANTIDADE RECOMENDADA 1M2, MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES, SISTEMA ANTIFURTO, MAS A MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E A LIMPEZA SÃO DEFICIENTES, NÃO CONTA COM SISTEMA DE ALARME CONTRA INCÊNDIO NEM MICROCÂMERAS DE SEGURANÇA). 2) O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DAS BB OBEDECE AS NORMAS VIGENTES DE 200 A 300 LUX PARA AS SALAS DE LEITURA. 3) A TEMPERATURA DAS BB É BOA, MAS NÃO SE CONTROLA A UMIDADE.	3
		1) O OC NÃO TEM POLITICAS NEM RECURSOS PARA A PREVENÇÃO. 2) AS BB SE RESTRINGEM A MANTER A INTEGRIDADE DO EDIFÍCIO, DAS COLEÇÕES E DOS EQUIPAMENTOS. APRESENTAM PROBLEMAS COM A MANUTENÇÃO E A LIMPEZA. 3) OS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, DE CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE DAS BB SÃO PRECÁRIOS	2
		1) O OC NÃO CONTA COM POLITICOS, NEM COM RECURSOS PARA A PREVENÇÃO. 2) AS BB APRESENTAM SINTOMAS DE DETERIORAÇÃO, SUJIDADE, INUTILIDADE, OBSOLESCÊNCIA QUANTO AO EDIFÍCIO, AS COLEÇÕES E AOS EQUIPAMENTOS EM GERAL. 3) AS BB NÃO TEM INICIATIVAS RELATIVAS AOS SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO, DE CONTROLE DA TEMPERATURA E DA UMIDADE	1
4.2 COMUNIDADE ACADÊMICA	4.2.1 USUÁRIOS REFERE-SE AO CONTROLE DOS DIFERENTES TIPOS DE USUÁRIOS (ESTUDANTES DE	O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE FUNÇÕES DAS BIBLIOTECAS E INTEGRADO E TAMBÉM INTEGRA OS SISTEMAS CORPORATIVOS (ACADÊMICOS), O QUE PERMITE CONTROLAR ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, DOCENTES E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	5

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
	GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO ,PROFESSORES ,PESQUISADORES , PESSOAL TECNICO –ADMINISTRATIVO E COMUNIDADE E EXTERNA		
		O SISTEMA GERENCIAMENTO NÃO INTEGRA TODAS AS FUNÇÕES DAS BB , NEM OS SISTEMAS CORPORATIVOS (ACADÊMICOS),PORTANTO CONTROLA ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E PÓS –GRADUAÇÃO ,DOCENTES E FUNCIONARIOS TECNICO –ADMINISTRATIVOS	4
		O SISTEMA GERENCIAMENTO NÃO INTEGRA TODAS AS FUNÇÕES DAS BB , NEM OS SISTEMAS CORPORATIVOS (ACADÊMICOS),PORTANTO NÃO CONTROLA AUTOMATICAMENTE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO E PÓS –GRADUAÇÃO ,DOCENTES E FUNCIONARIOS TECNICO –ADMINISTRATIVOS	3
		O SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS BB E PARCIALMENTE AUTOMATIZADO , MAS NÃO INTEGRA AS FUNÇÕES E NÃO SE UTILIZA DOS SISTEMAS CORPORATIVOS (ACADÊMICOS)	2
		O SISTEMA DE GERENCIALMENTE DAS BB NÃO E AUTOMATIZADO	1
4.2 COMUNIDADE ACADÊMICA	4.2.2 PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PLANO DE ENSINO REFERE-SE A INTEGRAÇÃO DO TRABALHO DA BIBLIOTECAD O PROJETO PEAGÓGICO DE CURSO	O OC CONHECE E UTILIZA REGULARMENTE PARA AQUISIÇÃO E ESTUDOS DO ACERVO OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS E/OU PLANOS DE ENSINO DAS UNIDADES ACADÊMICAS (DISCIPLINAS),COM AS RESPECTIVAS EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR RECOMENDADAS	5
		O OC CONHECE E UTILIZA EVENTUALMENTE OS PROJETOS PEDAGOGICOS DE CURSOS E IOU PLANOS DE ENSINO DAS UNIDADES ACADÊMICAS (DISCIPLINAS),COM AS RESPECTIVAS EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR RECOMENDADAS	4
		O OC CONHECE E UTILIZA RARAMENTE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS E/OU PLANOS DE ENSINO DAS UNIDADES ACADÊMICAS (DISCIPLINAS),COM AS RESPECTIVAS EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BASICA E COMPLEMENTAR RECOMENDADAS.	3
		O OC CONHECE E NÃO UTILIZA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS E/OU PLANOS DE ENSINO DAS UNIDADES ACADÊMICAS (DISCIPLINAS),COM AS RESPECTIVAS EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BASICA E COMPLEMENTAR RECOMENDADAS.	2
		O OC NÃO CONHECE E NÃO UTILIZA OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS E/OU PLANOS DE ENSINO DAS UNIDADES ACADÊMICAS (DISCIPLINAS),COM AS RESPECTIVAS EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BASICA E COMPLEMENTAR RECOMENDADAS.	1
4.3 FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.1 SELEÇÃO DE RECURSOS INFORMATICAIS REFERE-SE AO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MATERIAIS DE	1) O OC DISPÕE DE UMA POLITICA DE SELEÇÃO ORIENTADA AOS PROGAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS- GRADUAÇÃO , NA QUAL SE DETERMINAM : *CRITÉRIOS DE AMPLITUDE ;PROFUNDIDADE E DIVERSIDADE DE CONTEUDOS . *CRITÉRIOS DE SUFICIÊNCIA :QUANTIDADE \USUARIO. *CRITÉRIOS DE VIGÊNCIA :GRAU DE ATUALIDADEVÁREA. *RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES . *TIPOS E SUPORTES. *IDIOMA. *BIBLIOTECA OU COLEÇÃO DE DESTINO . *ACESSOS ALTERNATIVOS A OUTROS RECURSOS DE INFORMAÇÃO . *POLITICAS DE COOPERAÇÃO :BIBLIOTECAS LOCAIS, REGIONAIS, NACIONAIS,	5

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
	INFORMAÇÕES QUE SERÃO INCORPORADAS OU DESCARTADAS, SEGUNDO AS NECESSIDADES, A PERTINÊNCIA, A ATUALIDADE, A QUANTIDADE, TIPO, SUPORTE, O IDIOMA, TENDO EM VISTA OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA POLÍTICA DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO	CONSORCIOS. *CRITÉRIOS PARA A COLEÇÃO NUCLEAR (BIBLIOGRAFIA BÁSICAS, ALTA DEMANDA). *OBRAS GERAIS E ESPECIALIZADAS DE REFERÊNCIA E CONSULTA. *CRITÉRIOS PARA DEFINIR A COLEÇÃO BÁSICA PARA ESTUDO POR PARTE DOS DOCENTES, OUTRAS COLEÇÕES ESPECÍFICAS PARA O ENSINO, A COLEÇÃO PARA A PESQUISA E A COLEÇÃO DE APOIO PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA. *CRITÉRIOS PARA FORMAR A COLEÇÃO CULTURAL DESTINADA À FORMAÇÃO INTEGRAL DO INDIVÍDUO (REPRESENTATIVA DO PENSAMENTO UNIVERSAL, TEMAS LOCAIS DE INTERESSE ETC.) OBRAS QUE REGISTRAM E/OU REPRESENTAM A HISTÓRIA DA IES (PUBLICAÇÕES EM GERAL, TESES ETC.). 2) A COMISSÃO DE BIBLIOTECA (OU GRUPO ESPECÍFICO) PARTICIPA ATIVAMENTE DA SELEÇÃO (REVISÃO DAS BIBLIOGRAFIAS DOS PROGRAMAS EM FACE DAS BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS, COMPARAÇÃO COM OUTRAS COLEÇÕES SEMELHANTES, ESTUDO DE USO, DIAGNÓSTICO DE LACUNAS TEMÁTICAS, ESTUDO DA ANTIGUIDADE DA COLEÇÃO POR ÁREAS TEMÁTICAS, COBERTURA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA IES.). 3) O OC TEM CONTROLE DAS SUGESTÕES (INCORPORAÇÕES, DESCARTE, TRANSFERÊNCIAS: QUANTIDADE, ASSUNTO, TIPO, SUPORTE, IDIOMA, ATUALIDADE. 4) AS POLÍTICAS ESTABELECEM PADRÕES MÍNIMOS PARA CRIAR OU MANTER UMA BS SEGUNDO ESTUDO PRELIMINAR DE VIABILIDADE, TENDO EM CONTA; *10 A 15 VOLUMES NACIONAIS \ALUNO MATRICULADO (CONSIDERANDO A COLEÇÃO TOTAL DO SISTEMA BIBLIOTECA). *100 VOLUMES \PROFESSOR DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. *1 VOLUME DE LEITURA OBRIGATORIA \ALUNOS *10 TÍTULOS \DISCIPLINA * *1 VOLUME INCORPORADO \1 ALUNO \ ANO (INCREMENTO ANUAL). *CURSO NOVO; ANALISAR AS PROPOSTAS DO INEP (2008)** *COLEÇÃO ATUAL : 6 A 7 TÍTULOS DE REVISTAS NACIONAIS A TEXTO COMPLETO \CURSO *8 A 12 TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS ***A TEXTO COMPLETO \MESTRADO *13 A 15 TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS A TEXTO COMPLETO \DOUTORADO (ESTES 3 CRITÉRIOS DEVEM SER CUMULATIVOS) *1 BASE DE DADOS OU ABSTRACT INTERNACIONAL \ÁREA PRINCIPAL DE CONHECIMENTO PARA A DOCÊNCIA OU PESQUISA .EX; library and information science abstracts (LISA), biological abstracts, psychological abstracts etc. * LIVROS ELETRÔNICOS PRIORITARIAMENTE DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA, POR COMPRA INDIVIDUAL OU EM CONSÓRCIO .OBS; ESTE CRITÉRIO AINDA NÃO DEVE SER DETERMINANTE NO BRASIL. *OS 5 PRIMEIROS CRITÉRIOS (EM NEGRITO) NECESSARIAMENTE NÃO SÃO ABSOLUTOS; NEM PRECISAM SER SEGUIDOS UM A UM; PODEM SER COMPARADOS OU COMBINADOS ENTRE SI PARA QUE SE TENHA ELEMENTOS PARA AVALIAR A COLEÇÃO COMO UM TODO. **EM 2008, O INEP PASSA A DISPOR DE 5 INSTRUMENTOS, SENDO 1 DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE RENOVACÃO E RECONHECIMENTO; E 4 DE AUTORIZAÇÃO (A) PARA BACHARELADO E LICENCIATURA, (B) SUPERIOR DE TECNOLOGIA, ((C) DE DIREITO E (D) DE MEDICINA. A QUANTIDADE DE LIVROS POR CURSO, QUANTO A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR, VARIA DE UM INSTRUMENTO PARA OUTRO, SEGUNDO AS PECULIARIDADES DO CURSO. NO ENTANTO, NO DOCUMENTO DE CARÁTER GERAL, INTITULADO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (INEP, 2008e), A RECOMENDAÇÃO QUANTO A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E DE UM TÍTULO \8 ALUNOS \TURMA E UM MÍNIMO DE 3 TÍTULOS. *** DESCONSIDERAR OS ITENS REFERENTE A REVISTA NACIONAIS E INTERNACIONAIS E A BASES DE DADOS, CASO A IES TENHA ACESSO AO PORTAL DE PERIÓDICOS MANTIDO PELA CAPES, QUE OFERECE MAIS DE 12.600 TÍTULOS A TEXTO COMPLETO (DADO DE ABRIL \2009). NESTE CASO, CONSIDERAR O CONTROLE OU ESTUDO DE USO DAS REVISTAS FORNECIDO PELO PORTAL	
		1) O OC DISPÕE DE UMA POLÍTICA DE SELEÇÃO ORIENTADA AOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, TENDO EM CONTA OS CRITÉRIOS INDICADOS PARA A NOTA 5. 2) A COMISSÃO DE BIBLIOTECA (OU GRUPO ESPECÍFICO) PARTICIPA ATIVAMENTE DA SELEÇÃO (REVISÃO DAS BIBLIOGRAFIAS DOS PROGRAMAS EM FACE DAS BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS, COMPARAÇÃO COM OUTRAS COLEÇÕES SEMELHANTES, ESTUDO DE USO, DIAGNÓSTICO DE LACUNAS TEMÁTICAS, ESTUDO DA ANTIGUIDADE DA COLEÇÃO POR ÁREAS TEMÁTICAS, COBERTURA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA IES.). 3) O OC TEM CONTROLE DAS SUGESTÕES (INCORPORAÇÕES, DESCARTE, TRANSFERÊNCIAS: QUANTIDADE, ASSUNTO, TIPO, SUPORTE, IDIOMA	4

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		ATUALIDADE. 4) AS POLÍTICAS ESTABELECEM PADRÕES MÍNIMOS PARA CRIAR OU MANTER UMA BIBLIOTECA SEGUNDO ESTUDO PRELIMINAR DE VIABILIDADE, TENDO EM CONTA; * 6 A 9 VOLUMES NACIONAIS (ALUNO (CONSIDERANDO A COLEÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS)). *30 A 40 VOLUMES (PROFESSOR DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) *1 VOLUME DE LEITURA OBRIGATORIA (8 A 12 ALUNOS) * 7 A 9 TÍTULOS (DISCIPLINA) *1 VOLUME INCORPORADO (2 ALUNOS (INCREMENTO ANUAL)) *CURSO NOVO ; ANALISAR AS PROPOSTAS DO INEP (2008) *CURSO ATUAL ***: 4 A 5 TÍTULOS DE REVISTAS NACIONAIS A TEXTO COMPLETO \CURSO *6 A 9 TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS A TEXTO COMPLETO \MESTRADO; *10 A 12 TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS A TEXTO COMPLETO \DOUTORADO (ESTES 3 CRITÉRIOS DEVEM SER CUMULATIVOS). *1 BASE DE DADOS OU ABSTRACT INTERNACIONAL (ÁREA PRINCIPAL DO CONHECIMENTO PARA A DOCÊNCIA OU PESQUISA EX:library and information science abstracts (LISA),biological abstracts ,psychological abstracts etc. * LIVROS ELETRÔNICOS PRIORITARIAMENTE DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA , POR COMPRA INDIVIDUAL OU EM CONSÓRCIO .OBS; ESTE CRITÉRIO AINDA NÃO DEVE SER DETERMINADO NO BRASIL. *OS 5 PRIMEIROS CRITÉRIOS (EM NEGRITO)NECESSARIAMENTE NÃO SÃO ABSOLUTOS NEM PRECISAM SER SEGUIDOS UM A UM ;PODEM SER COMPARADOS OU COMBINADOS ENTRE SI PARA QUE SE TENHA ELEMENTOS PARA AVALIAR A COLEÇÃO COMO UM TODO . **EM 2008, O INEP PASSA A DISPOR DE 5 INSTRUMENTOS, SENDO 1 DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE RENOVAÇÃO E RECONHECIMENTO ; E 4 DE AUTORIZAÇÃO (A) PARA BACHARELADO E LICENCIATURA ,(B) SUPERIOR DE TECNOLOGIA ,(C) DE DIREITO E (D) DE MEDICINA . A QUANTIDADE DE LIVROS POR CURSO , QUANDO A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR , VARIA DE UM INSTRUMENTO PARA OUTRO, SEGUNDO AS PECULIARIDADES DO CURSO . NO ENTANTO , NO DOCUMENTO DE CARÁTER GERAL, INTITULADO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (INEP ,2008 e) , A RECOMENDAÇÃO QUANTO A BIBLIOGRAFIA BÁSICA É DE UM TÍTULO (8 ALUNOS \TURMA E UM MÍNIMO DE 3 TÍTULOS . *** DESCONSIDERAR OS ITENS REFERENTE A REVISTA NACIONAIS E INTERNACIONAIS E A BASES DE DADOS , CASO A IES TENHA ACESSO AO PORTAL DE PERIÓDICOS MANTIDO PELA CAPES , QUE OFERECE MAIS DE 12.600 TÍTULOS A TEXTO COMPLETO (DADO DE ABRIL \2009).NESTE CASO, CONSIDERAR O CONTROLE OU ESTUDO DE USO DAS REVISTAS FORNECIDO PELO PORTAL	
		1) O OC DISPÕE DE UMA POLÍTICA DE SELEÇÃO ORIENTADA AOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS- GRADUAÇÃO , MAS INCLUI APENAS 8 ITENS DOS 13 CONSIDERADOS PARA A NOTA 5. 2) A COMISSÃO DE BIBLIOTECA (OU GRUPO ESPECÍFICO) PARTICIPA ATIVAMENTE DA SELEÇÃO (REVISÃO DAS BIBLIOGRAFIAS DOS PROGRAMAS EM FACE DAS BIBLIOGRAFIAS SELECIONADAS ,COMPARAÇÃO COM OUTRAS COLEÇÕES SEMELHANTES , ESTUDO DE USO ,DIAGNÓSTICO DE LACUNAS TEMÁTICAS ,ESTUDO DA ANTIGUIDADE DA COLEÇÃO POR ÁREAS TEMÁTICAS ,COBERTURA DE ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DESENVOLVIMENTO DA IES.). 3) O OC TEM CONTROLE DAS SUGESTÕES (INCORPORAÇÕES ,DESCARTE, TRANSFERÊNCIAS:QUANTIDADE ,ASSUNTO ,TIPO ,SUPORTE ,IDIOMA ,ATUALIDADE. 4) AS POLÍTICAS ESTABELECEM PADRÕES MÍNIMOS PARA CRIAR OU MANTER UMA BIBLIOTECA SEGUNDO ESTUDO PRELIMINAR DE VIABILIDADE , TENDO EM CONTA; * 4 A 5 VOLUMES NACIONAIS (ALUNO (CONSIDERANDO A COLEÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS)). *10 A 20 VOLUMES (PROFESSOR DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA) *1 VOLUME DE LEITURA OBRIGATÓRIA (13 A 15 ALUNOS) * 4 A 6 TÍTULOS (DISCIPLINA) *1 VOLUME INCORPORADO (3 ALUNOS (ANO (INCREMENTO ANUAL)) * CURSO NOVO ;ANALISAR AS PROPOSTAS DO INEP (2008)** *COLEÇÃO ATUAL :3 A 4 TÍTULOS DE REVISTAS NACIONAIS A TEXTO COMPLETO \CURSO *5 A 7 TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS ***A TEXTO COMPLETO \MESTRADO *8 A 9 TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS A TEXTO COMPLETO \DOUTORADO (ESTES 3 CRITÉRIOS DEVEM SER CUMULATIVOS) *1 BASE DE DADOS OU ABSTRACT INTERNACIONAL(ÁREA PRINCIPAL DE CONHECIMENTO PARA A DOCÊNCIA OU PESQUISA .EX:library and information science abstracts(LISA),biological abstracts, psychological abstracts etc.	3

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		* NÃO CONTA COM LIVROS ELETRÔNICOS . E ESTE CRITÉRIO AINDA NÃO DEVE SER DETERMINADO NO BRASIL. *OS 5 PRIMEIROS CRITÉRIOS (EM NEGRITO) NECESSARIAMENTE NÃO SÃO ABSOLUTOS; NEM PRECISAM SER SEGUIDOS UM A UM ;PODEM SER COMPARADOS OU COMBINADOS ENTRE SI PARA QUE SE TENHA ELEMENTOS PARA AVALIAR A COLEÇÃO COMO UM TODO. **EM 2008, O INEP PASSA A DISPOR DE 5 INSTRUMENTOS ,SENDO 1 DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE RENOVAÇÃO E RECONHECIMENTO ;E 4 DE AUTORIZAÇÃO (A)PARA BACHARELADO E LICENCIATURA ,(B) SUPERIOR DE TECNOLOGIA ,(C) DE DIREITO E (D) DE MEDICINA . A QUANTIDADE DE LIVROS POR CURSO , QUANTO A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR , VARIA DE UM INSTRUMENTO PARA OUTRO , SEGUNDO AS PECULIARIDADES DO CURSO. NO ENTANTO , NO DOCUMENTO DE CARATER GERAL, INTITULADO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (INEP,2008e), A RECOMENDAÇÃO QUANTO A BIBLIOGRAFIA BÁSICA E DE UM TÍTULO 18 ALUNOS \TURMA E UM MINIMO DE 3 TÍTULOS	
		1) O OC NÃO APLICA CRITÉRIOS E NÃO CONTROLA OS PADRÕES MINIMOS .CONTA COM ALGUMAS ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A SELEÇÃO , MAS NÃO TEM A CONSISTÊNCIA DE UMA POLÍTICA. 2) A COMISSÃO DE BIBLIOTECA NÃO PARTICIPA DO PROCESSO DE SELEÇÃO . 3) O OC NÃO TEM CONTROLE DAS SUGESTÕES RELATIVAS A INGRESSÕES E DESCARTE . 4) O OC OU AS BB NÃO TEM POLITICAS , MAS SEGUEM ALGUNS PADRÕES: *3 VOLUMES NACIONAIS \ALUNO (CONSIDERANDO A COLEÇÃO TOTAL DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS) *5 A 8 VOLUMES \PROFESSOR DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA . *1 VOLUME DE LEITURA OBRIGATÓRIA \16 A 20 ALUNOS * 2 A 3 TÍTULOS \DISCIPLINA* *MENOS DE 1 VOLUME INCORPORADO\4 A 6 ALUNOS (INCREMENTO ANUAL) * CURSO NOVO: ANALISAR AS PROPOSTAS DO INEP (2008)** *COLEÇÃO ATUAL: 2 A 3 TÍTULOS REVISTAS NACIONAIS A TEXTO COMPLETO \CURSO * NÃO CONTA COM TÍTULOS DE REVISTAS INTERNACIONAIS . * NÃO CONTA COM BASE DE DADOS OU ABSTRACT INTERNATIONAL . *OS 5 PRIMEIROS CRITÉRIOS (EM NEGRITO)NECESSARIAMENTE NÃO SÃO ABSOLUTOS NEM PRECISAM SER SEGUIDOS UM A UM ;PODEM SER COMPARADOS OU COMBINADOS ENTRE SI PARA QUE SE TENHA ELEMENTOS PARA AVALIAR A COLEÇÃO COMO UM TODO . **EM 2008, O INEP PASSA A DISPOR DE 5 INSTRUMENTOS, SENDO 1 DE DE AVALIAÇÃO PARA FINS DE RENOVAÇÃO E RECONHECIMENTO ; E 4 DE AUTORIZAÇÃO (A) PARA BACHARELADO E LICENCIATURA ,(B) SUPERIOR DE TECNOLOGIA ,(C) DE DIREITO E (D) DE MEDICINA . A QUANTIDADE DE LIVROS POR CURSO , QUANDO A BIBLIOGRAFIA BASICA E COMPLEMENTAR , VARIA DE UM INSTRUMENTO PARA OUTRO, SEGUNDO AS PECULIARIDADES DO CURSO . NO ENTANTO , NO DOCUMENTO DE CARATER GERAL, INTITULADO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO (INEP ,2008 e) , A RECOMENDAÇÃO QUANTO A BIBLIOGRAFIA BASICA E DE UM TITULO 18 ALUNOS \TURMA E UM MINIMO DE 3 TITULOS .	2
		1)O OC NÃO APLICA CRITÉRIOS , NÃO CONTROLA OS PADRÕES MINIMOS E NÃO CONTA COM ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A SELEÇÃO (APENAS RECEBE PEDIDOS DE COMPRA). 2) NÃO TEM COMISSÃO DE BIBLIOTECA . 3) NÃO SEGUE PADRÕES DE SELEÇÃO DE LIVROS (EXEMPLO:DO INEP)	1
4.3 FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.2 AQUISIÇÃO DE RECURSOS INFORMATICAIS REFERE-SE AO PROCESSO DE OBTENÇÃO DOS MATERIAIS DE INFORMAÇÃO POR COMPRA,	1) O OC DISPÕE DE UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO ORIENTADA AOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS- GRADUAÇÃO, TENDO EM VISTA AS SEGUINTE FONTES DE RECURSOS :ORÇAMENTO DA IES, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO , DEPARTAMENTOS, PRÓ-REITORIAS, PROJETOS ESPECIAIS , FONTES EXTERNAS ETC. 2) O OC EXECUTA TODO O PROCESSO DE AQUISIÇÃO E DETERMINA A (S) ÉPOCA (S) DA COMPRA .NOS CASOS EM QUE OCORRE AQUISIÇÃO DESCENTRALIZADA (ISTO É, DIRETAMENTE PELAS BBSS), O OC TEM CONTROLE DO PROCESSO , POR MEIO DE RELATÓRIO. 3) HÁ CONTROLES DA AQUISIÇÃO POR COMPRA , DOAÇÃO E PERMUTA \QUANTIDADE ,ÁREA ,ASSUNTO OU CURSO ,TIPO E SUPORTE ,IDIOMA ,ATUALIDADE, REPOSIÇÃO ,FONTE DE RECURSOS . 4) O OC TEM CONTROLE DO DESCARTE . 5) AS POLITICAS ESTABELECEM PADRÕES MÁXIMOS : *PERDA DE 3% \ANO \COLEÇÃO ABERTA . *PERDA DE 1%\ANO\COLEÇÃO FECHADA. 6) O INCREMENTO É DE 1 LIVRO \1ALUNO \ANO.	5

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
	DOAÇÃO E PERMUTA, SEGUNDO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES		
		1) O OC DISPÕE DE UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO ORIENTADA AOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, TENDO EM VISTA AS SEGUINTE FONTES DE RECURSOS :ORÇAMENTO DA IES, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO , DEPARTAMENTOS, PRÓ-REITORIAS, PROJETOS ESPECIAIS , FONTES EXTERNAS ETC. 2) O OC EXECUTA TODO O PROCESSO DE AQUISIÇÃO E DETERMINA A (S) ÉPOCA (S) DA COMPRA .NOS CASOS EM QUE OCORRE AQUISIÇÃO DESCENTRALIZADA (ISTO É, DIRETAMENTE PELAS BBSS), O OC TEM CONTROLE DO PROCESSO , POR MEIO DE RELATÓRIO. 3) HÁ CONTROLES DA AQUISIÇÃO POR COMPRA , DOAÇÃO E PERMUTA \QUANTIDADE ,ÁREA ,ASSUNTO OU CURSO ,TIPO E SUPORTE ,IDIOMA ,ATUALIDADE, REPOSIÇÃO ,FONTE DE RECURSOS . 4) O OC TEM CONTROLE DO DESCARTE . 5) AS POLÍTICAS ESTABELECEM PADRÕES MÁXIMOS : *PERDA DE 3% \ANO\COLEÇÃO ABERTA . *PERDA DE 1%\ANO\COLEÇÃO FECHADA. 6) O INCREMENTO É DE 1 LIVRO \1ALUNO \ANO	4
		1) O OC DISPÕE DE UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO ORIENTADA AOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, TENDO EM VISTA AS SEGUINTE FONTES DE RECURSOS :ORÇAMENTO DA IES, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO , DEPARTAMENTOS, PRÓ-REITORIAS, PROJETOS ESPECIAIS , FONTES EXTERNAS ETC. 2) O OC EXECUTA TODO O PROCESSO DE AQUISIÇÃO E DETERMINA A (S) ÉPOCA (S) DA COMPRA .NOS CASOS EM QUE OCORRE AQUISIÇÃO DESCENTRALIZADA (ISTO É, DIRETAMENTE PELAS BBSS), O OC TEM CONTROLE DO PROCESSO , POR MEIO DE RELATÓRIO. 3) HÁ CONTROLES DA AQUISIÇÃO POR COMPRA , DOAÇÃO E PERMUTA \QUANTIDADE ,ÁREA ,ASSUNTO OU CURSO ,TIPO E SUPORTE ,IDIOMA ,ATUALIDADE, REPOSIÇÃO ,FONTE DE RECURSOS . 4) O OC TEM CONTROLE DO DESCARTE . 5) AS BB TEM CONTROLE SOBRE AS PERDAS E ESTAS SE DÃO DENTRO DOS SEGUINTE PERCENTUAIS : *PERDA DE 4 A 5% \ANO\COLEÇÃO ABERTA. *PERDA DE 1%\ANO\COLEÇÃO FECHADA. 6) O INCREMENTO É DE 1LIVRO\3ALUNOS\ANO	3
		1) O OC DISPÕE DE ALGUMAS ORIENTAÇÕES PARA A AQUISIÇÃO DE INTERESSE DOS PROGRAMAS DE GRADUAÇÃO . 2) O OC NÃO EXECUTA , MAS PARTICIPA DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO .A COMPRA É ESPORADICA. 3) HÁ ALGUM TIPO DE CONTROLE DA AQUISIÇÃO POR COMPRA, DOAÇÃO E PERMUTA\QUANTIDADE ,ÁREA ,ASSUNTO OU CURSO ,TIPO E SUPORTE , IDIOMA,ATUALIDADE ,REPOSIÇÃO ,FONTE DE RECURSOS . 4) O OC CONTROLA PRECARIAMENTE O DESCARTE OCORRIDO NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA COLEÇÃO. 5) O OC NÃO TEM CONTROLE SOBRE AS PERDAS ANUAIS , EMBORA CONHEÇAM O PADRÃO RECOMENDAVEL. 6) O INCREMENTO É DE 1 LIVRO \4 A 6 ALUNOS \ANO	2
		1) O OC NÃO CONTA COM POLÍTICA NEM DIRETRIZES PARA AQUISIÇÃO .LIMITA-SE A RECEBER PEDIDOS DE COMPRA . 2) O OC NÃO PARTICIPA DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO.A COMPRA É ESPORÁDICA 3) O OC TEM CONTROLES PRECÁRIOS DE AQUISIÇÃO POR COMPRA, DOAÇÃO, E PERMUTA \QUANTIDADE ,ÁREA OU ASSUNTO OU CURSO ,TIPO E SUPORTE , IDIOMA ,ATUALIDADE , REPOSIÇÃO ,FONTES DE RECURSOS . 4) O OC CONTROLA PRECARIAMENTE O DESCARTE. 5) AS BB NÃO CONHECEM OS PADRÕES RECOMENDAVÉIS E NÃO TEM CONTROLE SOBRE AS PERDAS ANUAIS. 6) O INCREMENTO É DE 1 LIVRO \7ALUNOS E MAIS \ANO	1
4.3 FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO	4.3.3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	1) O OC ADOTA FORMATO INTERNACIONAL DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS ,REGRAS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO ,SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E TEM CONTROLE DE AUTORIDADES POR ASSUNTO ,AUTOR E EDITORA. 2) O OC CONTROLA AS QUANTIDADES:	5

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
NTD DAS COLEÇÕES	O REFERE-SE AO PROCESSO DE REGISTRO E INDEXAÇÃO DOS DOCUMENTOS ADQUIRIDOS, COM BASE NAS NORMAS INTERNACIONAIS, DE MODO A ASSEGURAR A REPRESENTAÇÃO E A RECUPERAÇÃO EFICAZES DA COLEÇÃO	*NÚMERO DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO ORIGINAL :MÍNIMO DE 24 TÍTULOS \6HORAS\PESSOA. *NÚMEROS DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO COOPERATIVA :MÍNIMO DE 72 TÍTULOS\6HORAS\PESSOA. 3) O OC CONTROLA O TEMPO QUE TARDA UMA OBRA PARA SER POSTA A DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO (TRATAMENTO + PREPARAÇÃO PARA USO):30 A 60 MINUTOS. 4) O OC CONTROLA A QUALIDADE DA BASE DE DADOS DO ACERVO ,BEM COMO O MATERIAL NÃO –CATALOGADO. 5) O OC CONTROLA NUMERICAMENTE OS PROCESSOS DE REGISTRO E ETIQUETAGEM . *1 300 A 360 TÍTULOS REGISTRADOS \6 HORAS \PESSOA *300 A 360 TÍTULOS ETIQUETADOS \6HORAS\PESSOA1) O OC ADOTA FORMATO INTERNACIONAL DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS ,REGRAS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO ,SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E TEM CONTROLE DE AUTORIDADES POR ASSUNTO ,AUTOR E EDITORA. 2) O OC CONTROLA AS QUANTIDADES: *NÚMERO DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO ORIGINAL :MÍNIMO DE 24 TÍTULOS \6HORAS\PESSOA. *NÚMEROS DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO COOPERATIVA :MÍNIMO DE 72 TÍTULOS\6HORAS\PESSOA. 3) O OC CONTROLA O TEMPO QUE TARDA UMA OBRA PARA SER POSTA A DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO (TRATAMENTO + PREPARAÇÃO PARA USO):30 A 60 MINUTOS. 4) O OC CONTROLA A QUALIDADE DA BASE DE DADOS DO ACERVO ,BEM COMO O MATERIAL NÃO –CATALOGADO. 5) O OC CONTROLA NUMERICAMENTE OS PROCESSOS DE REGISTRO E ETIQUETAGEM . *1 300 A 360 TÍTULOS REGISTRADOS \6 HORAS \PESSOA *300 A 360 TÍTULOS ETIQUETADOS \6HORAS\PESSOA	
		1) O OC ADOTA FORMATO INTERNACIONAL DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS ,REGRAS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO ,SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E TEM CONTROLE DE AUTORIDADES POR ASSUNTO ,AUTOR E EDITORA. 2) O OC CONTROLA AS QUANTIDADES: *NÚMERO DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO ORIGINAL :18 A 23 ITENS \6HORAS\PESSOA. *NÚMEROS DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO COOPERATIVA :65 ITENS\6HORAS\PESSOA. 3) O OC CONTROLA O TEMPO QUE TARDA UMA OBRA PARA SER POSTA A DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO (TRATAMENTO + PREPARAÇÃO PARA USO)1 A 1H30M. 4) O OC CONTROLA A QUALIDADE DA BASE DE DADOS DO ACERVO ,BEM COMO O MATERIAL NÃO –CATALOGADO. 5) O OC CONTROLA NUMERICAMENTE OS PROCESSOS DE REGISTRO E ETIQUETAGEM . *250 A 300 TÍTULOS REGISTRADOS \6 HORAS \PESSOA *250 A 300 TÍTULOS ETIQUETADOS \6HORAS\PESSOA	4
		1) O OC ADOTA FORMATO INTERNACIONAL DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS ,REGRAS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO ,SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E TEM CONTROLE DE AUTORIDADES POR ASSUNTO ,AUTOR E EDITORA 2) O OC CONTROLA AS QUANTIDADES: *NÚMERO DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO ORIGINAL :12 A 17 ITENS \6HORAS\PESSOA. *NÚMEROS DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO COOPERATIVA :55 A 64 ITENS\6HORAS\PESSOA. 3) O OC CONTROLA O TEMPO QUE TARDA UMA OBRA PARA SER POSTA A DISPOSIÇÃO DO USUÁRIO (TRATAMENTO + PREPARAÇÃO PARA USO);1H30 A 2H30M. 4) O OC CONTROLA PRECARIAMENTE A QUALIDADE DA BASE DE DADOS E DO MATERIAL NÃO CATALOGADO. 5) O OC CONTROLA NUMERICAMENTE OS PROCESSOS DE REGISTRO E ETIQUETAGEM : *180 A 240 TÍTULOS REGISTRADOS \6 HORAS\PESSOA. *180 240 TÍTULOS ETIQUETADOS \6HORAS\PESSOA	3
		1) O OC ADOTA FORMATO INTERNACIONAL DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS ,REGRAS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO ,SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO E TEM CONTROLE DE AUTORIDADES POR ASSUNTO ,AUTOR ,MAS NÃO POR EDITOR. 2) O OC CONTROLA AS QUANTIDADES : *NÚMERO DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO ORIGINAL :8 A 11 ITENS \6HORAS\PESSOA. *NÚMEROS DE TÍTULOS DE CATALOGAÇÃO COOPERATIVA :40 A 54 ITENS\6HORAS\PESSOA	2

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		3) O OC CONTROLA O TEMPO QUE TARDA UMA OBRA PARA SER POSTA A DISPOSIÇÃO DO USUARIO (TRATAMENTO + PREPARAÇÃO PARA USO);1H30 A 2H30M. 4) O OC CONTROLA PRECARIAMENTE A QUALIDADE DA BASE DE DADOS E DO MATERIAL NÃO CATALOGADO. 5) O OC CONTROLA NUMERICAMENTE OS PROCESSOS DE REGISTRO E ETIQUETAGEM : *100 A 180 TITULOS REGISTRADOS \6 HORAS\PESSOA. ENTRE 100 180 TITULOS ETIQUETADOS \6HORAS\PESSOA	
		1) O OC NÃO ADOTA FORMATO INTERNACIONAL DE REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS 2) O OC CONTROLA AS QUANTIDADES: *NUMERO DE TITULOS DE CATALOGAÇÃO ORIGINAL :ATE 7 ITENS\6HORAS\PESSOA. *NUMERO DE TITULOS DE CATALOGAÇÃO COOPERATIVA : ATE 40 ITENS \6 HORAS \PESSOA 3) O OC NÃO CONTROLA O TEMPO QUE TARDA UMA OBRA PARA SER POSTA A DISPOSIÇÃO DO USUARIO. 4) O OC NÃO TEM CONTROLE DE QUALIDADE DA BASE DE DADOS, NEM DO MATERIAL NÃO CATALOGADO. 5) A BP CONTROLA NUMERICAMENTE OS PROCESSOS DE REGISTRO E ETIQUETAGEM : * MENOS DE 100 TITULOS REGISTRADOS \6HORAS\PESSOA *MENOS DE 100 TITULOS ETIQUETADOS \6 HORAS \PESSOA	1
4.3 FORMAÇÃO DESENVOLVIMENTO E PROCESSAMENTO DAS COLEÇÕES	4.3.4 CONDIÇÕES DE ACESSO A COLEÇÃO REFERE -SE AS CONDIÇÕES DE CONTROLE QUANTITATIVO , DE ACESSO A TODO TIPO DE RECURSOS INFORMATIVOS	1) AS BB CONTROLAM NUMERICAMENTE MEDIANTE INVENTÁRIO ; * A ACESSIBILIDADE ;VOLUMES DE LIVRE ACESSO ;VOLUMES DE ACESSO FECHADO (NESTE CASO, OBRAS RARAS, DE MEMÓRIA , COLEÇÕES ESPECIAIS ETC) * OS TIPOS DE MATERIAL :MONOGRAFIAS (TITULOS E EXEMPLARES);REVISTAS (TITULOS CORRENTES E INTERROMPIDOS);MATERIAIS ESPECIAIS. 2) AS BB ARMAZENAM AS COLEÇÕES EM ESTANTES ABERTAS E DEVIDAMENTE SINALIZADAS . 3) AS BB DISPÕEM DE ESPAÇO FÍSICO PARA CRESCIMENTO DAS COLEÇÕES (20 ANOS). 4) AS BB AVALIAM O USO DA COLEÇÃO (ÍNDICE DE USO). 5) AS BB PARTICIPAM DO CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (CCN) 6) AS BB DISPONIBILIZAM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA IES POR MEIO DA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BTDTD) E DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	5
		1) A BB CONTROLAM NUMERICAMENTE MEDIANTE INVENTÁRIO ;] *A ACESSIBILIDADE : VOLUMES DE LIVRE ACESSO; VOLUMES DE ACESSO FECHADO (NESTE CASO, OBRAS RARAS , DE MEMÓRIA ETC) * OS TIPOS DE MATERIAL : MONOGRAFIAS (TITULOS CORRENTES E INTERROMPIDOS); MATERIAIS ESPECIAIS . 2) AS BB ARMAZENAM AS COLEÇÕES EM ESTANTES ABERTAS E DEVIDAMENTE SINALIZADAS. 3) AS BB DISPÕEM DE ESPAÇO FÍSICO PARA CRESCIMENTO DAS COLEÇÕES (15 A 19 ANOS). 4) AS BB AVALIAM O USO DA COLEÇÃO (ÍNDICE DE USO) . 5) AS BB DISPONIBILIZAM DO CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (CCN) 6) AS BB DISPONIBILIZAM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA IES POR MEIO DA BDTD E DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	4
		1) AS BB CONTROLAM NUMERICAMENTE MEDIANTE INVENTÁRIO. *A ACESSIBILIDADE : VOLUMES DE LIVRE ACESSO; VOLUMES DE ACESSO FECHADO (NESTE CASO, OBRAS RARAS , DE MEMÓRIA ETC) * OS TIPOS DE MATERIAL :MONOGRAFIAS (TITULOS E EXEMPLARES);REVISTAS (TITULOS CORRENTES E INTERROMPIDOS);MATERIAIS ESPECIAIS. 2) AS BB ARMAZENAM AS COLEÇÕES EM ESTANTES ABERTAS E DEVIDAMENTE SINALIZADAS. 3) AS BB DISPÕE DE ESPAÇO FÍSICO PARA CRESCIMENTO DAS COLEÇÕES ESTABELECIDO NAS POLÍTICAS DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO (10 A 14 ANOS). 4) AS BB AVALIAM O USO DA COLEÇÃO (ÍNDICE DE USO). 5) AS BB PARTICIPAM DO CATÁLOGO COLETIVO NACIONAL DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS (CCN) 6) AS BB DISPONIBILIZAM A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA IES POR MEIO DA BDTD E DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	3
		1) AS BB TÊM DIFICULDADE PARA CONTROLAR NUMERICAMENTE (INVENTÁRIO EPISÓDICO)	2

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		*A ACESSIBILIDADE: VOLUMES DE LIVRE ACESSO; VOLUMES DE ACESSO FECHADO (NESTE CASO, OBRAS RARAS, DE MEMÓRIA ETC) * OS TIPOS DE MATERIAL :MONOGRAFIAS (TÍTULOS E EXEMPLARES); REVISTAS (TÍTULOS CORRENTES E INTERROMPIDOS); MATERIAIS ESPECIAIS. 2) AS BB ARMAZENAM AS COLEÇÕES EM ESTANTES ABERTAS E DEVIDAMENTE SINALIZADAS. 3) AS BB DISPÕE DE ESPAÇO FÍSICO PARA CRESCIMENTO DAS COLEÇÕES ESTABELECIDO NAS POLÍTICAS DE SELEÇÃO E AQUISIÇÃO (9 ANOS E MENOS). 4) AS BB TÊM UM PRECÁRIO SISTEMA DE CONTROLE DO USO DA COLEÇÃO (ÍNDICE DE USO). 5) AS BB NÃO PARTICIPAM DO CCN, NÃO DISPONIBILIZAM DISSERTAÇÕES E TESES PELA BDTD, NEM CONTAM COM POLÍTICAS PARA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	
		1) AS BB NÃO CONTROLAM NUMERICAMENTE (NÃO EXECUTAM INVENTÁRIO): * A ACESSIBILIDADE :VOLUME DE LIVRE ACESSO ;VOLUMES DE ACESSO FECHADO (NESTE CASO, OBRAS RARAS ,DE MEMÓRIA ETC) *OS TIPOS DE MATERIAL ;MONOGRAFIA (TÍTULOS E EXEMPLARES);REVISTAS (TÍTULOS CORRENTES E INTERROMPIDOS);MATERIAIS ESPECIAIS. 2) A BB ARMAZENAM AS COLEÇÕES EM ESTANTES FECHADAS E MAL SINALIZADAS. 3) AS BB NÃO DISPÕEM DE ESPAÇO PARA CRESCIMENTO DAS COLEÇÕES . 4) AS BB NÃO TÊM SISTEMA DE CONTROLE DO USO DA COLEÇÃO (ÍNDICE DE USO). 5) AS BB NÃO PARTICIPAM DO CCN , NÃO DISPONIBILIZAM DISSERTAÇÕES E TESES PELA BDTD , NEM CONTAM COM POLÍTICAS PARA REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	1
SERVIÇOS DE ATENÇÃO AO USUÁRIO	4.4.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERE-SE A TODOS OS ASPECTOS RELATIVOS AOS SERVIÇOS AOS USUÁRIOS , TENDO EM VISTA SUA SATISFAÇÃO	1) AS BB OFERECEM E TEM CONTROLE , SE FOR O CASO , DE TODOS OS ITENS INDICADOS: *CONSULTA LOCAL AO ACERVO GERAL (TOTAL/ TIPO E SUPORTE MATERIAL) ASSUNTO ETC. * PESQUISAS ORIENTADAS (TOTAL E TIPO DE USUÁRIO (TIPO E SUPORTE MATERIAL)ASSUNTO, * EMPRESTIMO EM DOMICILIO , RESERVA , DEVOLUÇÃO (TOTAL E TIPO DE USUÁRIO (TIPO E SUPORTE MATERIAL)ASSUNTO * EMPRÉSTIMO ENTRE BIBLIOTECAS (TOTAL E TIPO DE USUÁRIO (TIPO E SUPORTE MATERIAL)ASSUNTO *COMUTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA (TOTAL E TIPO DE USUÁRIO *CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS (POR DEMANDA ,POR OFERTA/ TIPO DE USUÁRIO) *CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO DOS TRABALHOS PRODUZIDOS NA IES * SERVIÇO DE FOTOCOPIAS *ACESSO LIVRE A INTERNET PARA USUÁRIOS *VISITAS GUIADAS *ORIENTAÇÃO PARA NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS *PÁGINA WEB COM OFERTA DE SERVIÇOS *SERVIÇOS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS *SERVIÇOS PARA ALUNOS E DOCENTES DE CURSOS A DISTÂNCIA * OUTROS SERVIÇOS (PRESCINDÍVEIS):DISSEMINAÇÃO SELETIVA, TRADUÇÃO DE RESUMOS , ELABORAÇÃO DE RESUMOS ETC 2) AS BB CONTROLAM OS ITENS NÃO ATENDIDOS . 3) O OC DISPÕE DE REGULAMENTO DE EMPRÉSTIMO E USO DA BIBLIOTECA APLICADO A TODO O SISTEMA DE BIBLIOTECAS . 4) OS PROCESSOS DE EMPRÉSTIMOS SÃO AUTOMATIZADOS E SE INTEGRAM AO SISTEMA ACADÊMICO DA IES (ALUNOS ,DOCENTES ,TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS) 5) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO CONTAM COM LINHAS TELEFÔNICAS ,FAX,CORREIO ELETRÔNICO ,CORREIO CONVENCIONAL E OUTRAS FACILIDADES DE COMUNICAÇÃO INTERNA . 6) O OC DIVULGA OS SERVIÇOS E AS NORMAS ATRAVÉS DE DIFERENTES CANAIS; FOLHETOS ,QUADROS , BOLETIM DE ÚLTIMAS AQUISIÇÕES ,PÁGINA WEB ETC. 7) O OC REALIZA ESTUDOS SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DAS BB (ESTUDO DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO). 8) O OC POSSUI UM CANAL DE RECEBIMENTO DE SUGESTÕES , CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES ,ELOGIOS(CAIXA DE SUGESTÕES ,OUVIDORIA ,FALE CONOSCO ETC.)	5
		1) AS BB OFERECEM E TEM CONTROLE DE 90% DOS SERVIÇOS DESTACADOS EM NEGRITO CORRESPONDENTE À NOTA 5. 2) AS BB CONTROLAM OS ITENS NÃO ATENDIDOS . 3) O OC DISPÕE DE REGULAMENTO DE EMPRÉSTIMO E USO DA BIBLIOTECA APLICADO A TODO O SISTEMA DE BIBLIOTECAS . 4) OS PROCESSOS DE EMPRÉSTIMOS SÃO AUTOMATIZADOS E SE INTEGRAM	4

GRUPO DE INDICADORES	INDICADOR	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO
		AO SISTEMA ACADÊMICO DA IES (ALUNOS ,DOCENTES ,TÉCNICO ADMINISTRATIVOS) 5) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO CONTAM COM LINHAS TELEFÔNICAS ,FAX,CORREIO ELETRÔNICO ,CORREIO CONVENCIONAL E OUTRAS FACILIDADES DE COMUNICAÇÃO INTERNA . 6) O OC DIVULGA OS SERVIÇOS E AS NORMAS ATRAVÉS DE DIFERENTES CANAIS; FOLHETOS ,QUADROS , BOLETIM DE ULTIMAS AQUISIÇÕES ,PAGINA WEB ETC. 7) O OC REALIZA ESTUDOS SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DAS BB (ESTUDO DE SATISFAÇÃO DO USUARIO)	
		1) AS BB OFERECEM E TEM CONTROLE DE 60 E 80% DOS SERVIÇOS DESTACADOS EM NEGRITO CORRESPONDENTE À NOTA 5. C 3) A BP DISPÕE DE REGULAMENTO DE EMPRÉSTIMO E USO DA BIBLIOTECA APLICADO A TODO O SISTEMA DE BIBLIOTECAS . 4) OS PROCESSOS DE EMPRÉSTIMOS SÃO AUTOMATIZADOS E SE INTEGRAM AO SISTEMA ACADÊMICO DA IES (ALUNOS ,DOCENTES ,TÉCNICO ADMINISTRATIVOS) 5) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO USUARIO CONTAM COM POUCAS LINHAS TELEFÔNICAS ,ACESSO DIFÍCIL A FAX E AO CORREIO CONVENCIONAL , MAS UTILIZAM CORREIO ELETRÔNICO. 6) O OC DIVULGA OS SERVIÇOS E AS NORMAS ATRAVÉS DE DIFERENTES CANAIS; FOLHETOS ,QUADROS , BOLETIM DE ULTIMAS AQUISIÇÕES ,PAGINA WEB ETC. 7) O OC REALIZA ESTUDOS SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DAS BB (ESTUDO DE SATISFAÇÃO DO USUARIO)	3
		1) AS BB OFERECEM E TEM CONTROLE DE 30 A 50% DOS SERVIÇOS DESTACADOS EM NEGRITO CORRESPONDENTE À NOTA 5. 2) AS BB CONTROLAM PRECARIAMENTE OS ITENS NÃO ATENDIDOS . 3) O OC DISPÕE DE REGULAMENTODE EMPRESTIMO E USO DA BIBLIOTECA, MAS TEM DIFICULDADES EM SUA APLICAÇÃO A TODO O SISTEMA DE BIBLIOTECAS. 4) OS PROCESSOS DE EMPRÉSTIMOS SÃO PARCIALMENTE AUTOMATIZADOS. 5) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO USUARIO CONTAM COM CORREIO ELETRÔNICO MAS TÊM DIFICULDADES PARA USAR O CORREIO CONVENCIONAL , ALEM DE APRESENTAR PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA. 6) O OC DIVULGA OS SERVIÇOS E AS NORMAS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS SOMENTE ATRAVÉS DE FOLHETOS E QUADRO MURAL. 7) O OC NÃO REALIZA ESTUDOS SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DA BB	2
		1) AS BB OFERECEM E TEM CONTROLE DE PELOMONOS DE 30% DOS SERVIÇOS DESTACADOS EM NEGRITO CORRESPONDENTE À NOTA 5. 2) AS BB NÃO CONTROLAM OS ITENS NÃO ATENDIDOS. 3) A BP DISPÕE DE REGULAMENTO DE EMPRESTIMO E USO DA BIBLIOTECA, MAS NÃO TEM DIFICULDADES EM SUA APLICAÇÃO A TODO SISTEMA E BIBLIOTECAS. 4) OS PROCESSOS DE EMPRESTIMOS SÃO MANUAIS . 5) OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO USUARIO NÃO CONTAM COM NENHUMA LINHA TELEFÔNICA, NÃO DISPÕE DE FAX, CONTAM COM CORREIO ELETRÔNICO E TÊM DIFICULDADES PARA USAR O CORREIO CONVENCIONAL , ALEM DE APRESENTAR PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA. 6) O OC NÃO COSTUMA DIVULGAR OS SERVIÇOS , EMBORA EVENTUALMENTE USE O QUADRO MURAL. 7) O OC NÃO REALIZA ESTUDOS SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DAS BB	1



ANEXO B – carta de anuência da diretora do SISTEMOTECA da UFPB.

Eu, Maria de Fatima dos Santos Alves, Matrícula SIAPE 03328275, Diretora do sistemoteca da UFPB, declaro estar **ciente e de acordo** com a pesquisa a ser realizada no sistema de biblioteca universitária da UFPB por Vicente Paulo Ramalho, matrícula 2015106968, vinculado à linha de pesquisa: Gestão, Avaliação e Financiamento do Ensino Superior aluno do Curso de mestrado profissional em políticas públicas, gestão e avaliação da educação superior – MPPGAV, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Professor Dr. Swamy de Paula Lima Soares. Cujo título do trabalho é: SINAES E OS INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: construindo um modelo para SISTEMOTECA DA UFPB.

A finalidade deste trabalho é colaborar para a construção de um instrumento de avaliação do desempenho do sistemoteca da UFPB, nesse sentido, pode contemplar preocupações relacionadas a questões de ordem formativa, regulamentária e participativa, que por sua vez influenciam no cumprimento da missão da biblioteca universitária.

João Pessoa, 25 de janeiro de 2017.